

2 Ao dia quinze do mês de maio de dois mil e quinze, às nove horas, no plenário da Casa de
3 Direitos Humanos – sede do CEAS/MG, realizou-se a ducentésima Plenária Ordinária do
4 CEAS, coordenada pela presidente Maria Alves de Souza – FETAEMG, onde estavam
5 presentes os seguintes conselheiros titulares: Maria Alves de Souza – FETAEMG; Simone
6 Albuquerque - SEDESE; Hermellis Messias Tirado de Campos-CMAS São Francisco de
7 Paula, Ronaldo Gonçalves de Oliveira – CMAS Juiz de Fora; Patrícia Pinto Valadares -
8 FEAPAE/MG; Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND; Lúcia Elena Santos Rodrigues -
9 COGEMAS; Júlio César de Oliveira Brum – IMSNS; Geisiane Lima Soares – Caritas; Rodrigo
10 dos Santos França – ASSPROM; Denise de Cássia Cunha - CRESS 6ªREG; Shirley
11 Aparecida Moreira - CMAS SARZEDO; Mila Magalhães Ribeiro – SEPLAG; Marta Maria
12 Castro Vieira da Silva – SEDESE. Conselheiros Suplentes; Isabela de Vasconcelos Teixeira -
13 SEDESE; Isabel Fernandes de Azevedo – SES. Membros da Secretaria Executiva:
14 Consolação Cifani; Nilce Araújo, Ângelo Machado, Vera Lucia Rodrigues, Adelmira Sirqueira,
15 Rosalice Tassar, Maria Paula Max Douglas, Raquel Trindade, Bruno Chaves; Regina
16 Caldeira, Rosângela Maria ; Maria Mansur . **MARIA:** Agora dando sequência aqui. Gostaram
17 de abraçar né? A Patrícia disse que hoje até tem café especial aí para nós! Antes de dar
18 sequência aqui, eu queria aproveitar a oportunidade e dizer que hoje é o dia do assistente
19 social. É justamente o dia para gente refletir sobre a nossa luta enquanto trabalhadores da
20 área, enquanto o público que a gente atua, e pensar no trabalho que a gente tem quanto
21 Conselho. Mas, também, eu acho que na luta geral da política de assistência, o quanto a
22 gente tem ainda que conquistar, que avançar e que, independente, eu acho dos desafios que
23 perpassam pelas as nossas ações, pelas nossas instituições, pelo cotidiano da sociedade.
24 Eu acho que o trabalho do assistente social em si é um trabalho que precisa ainda ser mais
25 reconhecido pelo conjunto da sociedade, porque tem hoje função fundamental para o
26 crescimento de um país, para o crescimento de uma nação e para a garantia do direito do
27 sujeito, das pessoas, do cidadão. Eu acho que isso é fundamental para nós. Antes da gente
28 passar aqui, para a justificativa de ausência, eu queria passar para a Simone. Se ela quiser
29 dá um oi ou falar sobre. **SIMONE:** Bom dia a todos os conselheiros e conselheiras. Bem, eu

30 Também quero em nome da nossa presidenta Maria, em nome da nossa secretária executiva
31 Consolação, parabenizar todos os assistentes sociais. Esses profissionais, que sem dúvida
32 nenhuma, são profissionais muito importantes na conquista de direitos. Eu sempre digo que
33 o assistente social, ele é um profissional que ele não só luta pelo direito, mas ele
34 também estabelece o patamar de direito que ele quer lutar por ele. Então, eu acho que é
35 uma categoria que realmente merece de nós toda consideração, todo respeito. Claro, junto
36 com as categorias, não é? Mas eu quero mesmo é parabenizar. Eu acho que hoje, sem
37 dúvida nenhuma, é um grande dia. **MARIA:** Muito bem. Seguindo aqui, a gente justifica a
38 ausência do nosso conselheiro Fernando Alves, que é da Rede Cidadã, que foi por um
39 motivo de viagem. Também da Adriana Rocha, que é da SEAPA, que é por motivo de
40 trabalho. E, também, não é conselheiro, mas que nos acompanha, permanentemente, que é
41 a Liziane Vasconcelos. Ela é do Ministério Público, e, também, não pode comparecer aqui
42 com a gente hoje, uma vez que ela se encontra reunida com os prefeitos gestores municipais,
43 que acompanham a Câmara de Paraopeba. Na sequência, a gente precisa apreciar aqui os
44 pontos de pauta que a gente tem, e a gente passa para a nossa reflexão. Eu quero, inclusive,
45 já aproveitar e dizer que... **VOLNEY:** Eu tenho inclusão de pauta. **MARIA:** Mas nós temos a
46 aprovação da ata anterior. Desculpa aí viu gente. Nós temos aprovação da ata da reunião
47 anterior, que inclusive foi encaminhada por e-mail, e que já foi revista pelo nosso conselheiro
48 Hermellis. Alguém tem algo a dizer? **VOLNEY:** Eu tenho um informe, tá? **MARIA:** Tá. Sobre
49 a ata, podemos considerar aprovada? Então muito bem! Nós temos aqui, nos informes, o
50 informe da reunião da mesa diretora da CIB, que é com o conselheiro Hermellis, do Conselho
51 Nacional de Assistência Social da regional aqui de Belo Horizonte, que é com a Simone, do
52 COGEMAS, e nós temos também, que é a reunião do MAB, que aconteceu aqui inclusive da

53 PCH Fumaça, que vai ser com a conselheira Isabela. Eu queria, inclusive, também solicitar
54 um ponto de informe que é de algumas atividades que eu participei que se diz respeito à
55 política de assistência social, e que eu queria incluir também. Queria também solicitar um
56 ponto de inclusão, que é informar sobre a questão do processo de regulamento do processo
57 de escolha aqui, para todos, de deliberação na plenária. Aquele grupo que a gente propôs,
58 para poder discutir o regulamento do funcionamento das escolhas das entidades do
59 Conselho, que ficou das entidades indicar os nomes, vocês lembram? Então eu queria
60 incluir, para gente também poder falar sobre isso. E, agora, o Volney está solicitando.
61 Alguém mais queria solicitar informe? Então Volney, acréscimo de mais um informe.
62 Podemos começar então? Já com o informe sobre a reunião da mesa diretora, que
63 aconteceu ontem, que vai ser com a nossa companheira Patrícia. **PATRÍCIA:** Bom dia a
64 todos. Parabéns à todos os assistentes sociais também. Como foi proposto, desde a plenária
65 anterior, as reuniões que nós fizemos da mesa diretora, a gente vai passar alguns informes
66 mais relevantes do que aconteceu em plenária. A gente fez a apreciação da pauta de hoje, a
67 gente discutiu em relação a uma proposta de colocar no site do CEAS um indicativo de
68 perguntas e respostas. Porque são muitos CMAS, muitas instituições têm ligado para o
69 CEAS, pedindo informação, e elas são repetitivas. Então, a gente discutiu essa proposta de
70 estar colocando no site, para que essas situações não ocorram repetidamente, que já estão
71 lá dentro do site. Surgiu a discussão da Legislação 13.019 - marco regulatório. Está até como
72 ponto de pauta, que a gente solicitou para gente discutir um pouco. Na hora que voltar este
73 ponto de pauta, eu vou falar mais um pouco a respeito dele. Nós discutimos, também, a
74 respeito dos indicativos para as comissões, que foram discutidos ontem, e os convites que
75 foram realizados para o CEAS, para que a gente também se manifestasse para presença de
76 palestrantes nas conferências de assistência social. Então, muito obrigado. **MARIA:** Muito
77 bem Patrícia. Hermellis, sobre a CIB. **HERMELLIS:** Estou um pouco rouco gente, porque
78 estou gripado. A CIB aconteceu na última sexta-feira na tarde à partir das 14 horas, aqui na
79 Casa de Direitos Humanos, e teve como pauta 4 pontos. O primeiro deles é sobre o marco
80 regulatório do terceiro setor, onde foi apresentado, inclusive, as diretrizes que a CIT está
81 pensando como colocar no decreto, porque é regulamentação da lei do marco regulatório. Eu
82 apresentei, também, aos presentes, a nossa proposta para a conferência, as pré-
83 conferências e a conferência estadual, naquela tiragem de delegados por porte de
84 quantidade de Minas até o máximo de participação, de quantos delegados poderiam.
85 Fizeram as suas colocações. A gente trouxe também, ou, a gente vai discutir na hora que for
86 falar da conferência. Os informes, também, da câmara técnica da regionalização, que havia
87 acontecido também no dia anterior, e os informes dos demais, COGEMAS e CIT, que houve
88 o repasse dos recursos pelo governo federal e pelo governo do Estado aos municípios, que
89 foi também esperado pelos demais gestores presentes. **MARIA:** Bom dia secretário André. A
90 gente está no momento dos informes, mas como o nosso secretário chegou, eu acho que é
91 um momento oportuno para gente ouvi-lo. Então, a gente passa a palavra. **VOZES AO**
92 **FUNDO** É gente, ele é assistente social também. Acho que merece até uma salva de
93 palmas, a gente ter um secretário que é assistente social. **PALMAS** Inclusive, a Consolação
94 está me avisando que ele veio justamente para os informes. Então, aproveita a oportunidade
95 e já passa todas as informações precisas para nós. **ANDRE QUINTÃO:** Bem gente, bom dia
96 todos e a todas. Eu queria, inicialmente, cumprimentar à Maria e todos os integrantes aqui do
97 Conselho. Nós já estivemos juntos depois da eleição e da composição do Conselho, mas no
98 Conselho, eu já participei até da plenária ampliada, mas aqui no Conselho é a primeira
99 reunião, e como a gente já tem um conjunto de informações para subsidiar e instruir para as
100 deliberações do Conselho, então, eu combinei de passar aqui hoje. Um dia histórico:
101 éducentésima? Essa reunião é de número 200 do Conselho Estadual da Assistência Social,
102 então tem um significado também. Hoje nós estamos completando 200 reuniões. Eu
103 participei da primeira Conferência Estadual da Assistência Social. Foi lá no Mineirinho. Foi
104 em 1995. A gente tinha feito a nossa, em Belo Horizonte em setembro, e em outubro e em 96
105 foram aprovadas as legislações da capital de BH, criando o CPF, o Conselho, Plano e
106 Fundo, e, também, a lei do Estado, de 96. Então 2015 marca, porque é, também, 20 anos

107 que ocorreram as primeiras conferências. **SIMONE:** Está velho em André? **ANDRÉ**
108 **QUINTÃO:** Mas estou conservado, viu Simone? **RISOS.** Mas, então, eu fiz questão de vim
109 aqui, e queria também cumprimentar todos os assistentes sociais pela passagem, aqui, do
110 dia 15 de maio. Infelizmente assim, um dia ruim hoje, porque nós perdemos uma grande
111 militante dos direitos humanos. Não sei se vocês conheceram a Girlene Reis, da prefeitura
112 de Belo Horizonte. Ela acompanhava os objetivos do milênio. Era uma pessoa muito
113 valorosa, nova, teve um AVC ontem. Pessoa que ajudou muito, inclusive na construção da
114 política de direitos humanos em Belo Horizonte. Mas é a vida, não é? Então, eu não vou
115 tomar muito o tempo de vocês, mas eu queria aqui trazer duas informações básicas.
116 Hermellis também entrou agora na recomposição do COGEMAS, não é? Próxima reunião dia
117 12 de junho, e farei questão de, também, cumprimentar a diretoria. O que a gente queria
118 apresentar, que tem um pacto direto na política de assistência social.... Eu lembro que lá na
119 PUC, que foi a plenária descentralizada, nós havíamos assumido um compromisso com
120 relação aos municípios, e, portanto, com política de imprimir uma dinâmica de transferência
121 regular e automática do piso mineiro, para que os municípios pudessem planejar melhor a
122 execução dos seus recursos. Esse foi um compromisso assumido. Eu deixei de maneira
123 clara, inclusive nas várias reuniões do COGEMAS, que esse ano, em função do buraco de
124 R\$ 7.000 000 000 no orçamento, e no caso da SEDESE, pelas despesas de outras áreas
125 também anteriores, e pela proposta apresentada no ano passado, na Assembleia, de menos
126 30% do orçamento da SEDESE, a gente trabalharia aproximadamente com 40% do
127 orçamento base de 2014 e que isso exigiria de nós, assim, um sacrifício muito grande, mas,
128 que eu, já havia acertado com o governador o compromisso da transferência aos municípios.
129 Porque no ponto de vista do Estado é o único, não é o único não, porque tem a série
130 histórica, mas é, talvez do ponto de vista universal, sim, o principal repasse. Então, assim
131 que foi aprovado o orçamento na Assembleia no final de março, e depois vieram os decretos
132 orçamentários, e, aí, rapidamente eu queria cumprimentar você Simone e a sua equipe. Nós
133 conseguimos quitar todas as parcelas de 2015. Eu comuniquei ao COGEMAS, ou seja, a
134 gente pagou janeiro, pagou fevereiro, pagou março. Venceu abril, roda o pagamento maio,
135 até o final de maio e início de junho sai. Essa vai ser a nossa tentativa e determinação.
136 Então, do ponto de vista formal no decreto a gente tem até que transformar, porque o decreto
137 fala em transferência programada, mas, aí, independente do decreto, nada não impede
138 depagar mês a mês. Pelo contrário, a lei do SUAS fala em transferência regular e
139 automática, então a gente já vai pagando, mas a gente tem que depois adequar o decreto,
140 pensando também no marco legal. Mas essa foi uma notícia muito boa, porque está sendo
141 com muito sacrifício. É igual em casa, quando você vai juntar moedinha para comprar uma
142 fruta. Junta aí e compra, não é? Nós estamos fazendo isso dentro da secretaria, evitando
143 gastos desnecessários, para gente ter esse recurso para pagamento do piso. Isso foi muito
144 importante. Eu fui na AMM semana passada. Vários municípios relataram que a salvação
145 deles, apesar de que o recurso não ser grande, foi exatamente o pagamento do piso. Então,
146 eu queria reiterar esse compromisso e fazer esse comunicado. A segunda questão é com os
147 recursos parados em conta, que foi o outro objeto da minha explanação lá na PUC. O
148 pessoal da Simone, da Subsecretaria, já está discutindo os termos de referência. Nós vamos
149 fazer um processo, uma força tarefa no Estado, todo de indução orientada dos gastos. Vocês
150 sabem que os municípios têm muitos recursos paralisados nas contas por muitos motivos,
151 não é? Não vem ao caso aqui. Mas, com certeza, também pela pouca estrutura de
152 capacitação e assessoramento técnico do Estado. Então isso, também, eu tinha acertado
153 com o governador, uma parte do recurso que tem no Fundo, que a gente vai tentar discutir,
154 inclusive, aqui no Conselho, provavelmente a Simone deve apresentar depois, quando
155 estiver fechado, a proposta da força tarefa. Mas em dezembro de 2014, esse dado hoje deve
156 estar diferente, deve ter caído lógico, passando 3, 4 meses, nós estávamos com quase R\$
157 200 milhões paralisados em contas municipais, R\$ 178 milhões federal e R\$ 22 milhões
158 estadual. Piso mineiro é R\$ 53 milhões/ano. Então vejam bem, a gente está com 4 anos de
159 piso mineiro parco em contas municipais. Então o Piso para mim é prioridade assim absoluta,
160 porque o que eu acertei com o governador é, assim, o nosso nós vamos fazer, o regular, o

161 automático e tal, mas vamos fazer uma força tarefa para ajudar os municípios a gastar o que
162 está parado. Porque se fica parado, gente, não tem jeito. Como é que a gente vai discutir a
163 proposta, em agosto, do PPAG orçamento. O pessoal vão falar “uai secretário, se o dinheiro
164 está parado, você está querendo mais dinheiro para ficar parado no município? Você vai
165 cumprir a lei e o dinheiro fica parado?” Não, é insustentável politicamente. Até eu se fosse o
166 governador falava “está faltando muitas coisas, está faltando vaga nas prisões, está faltando
167 isso e aquilo e eu vou colocar recurso para ficar parado?” A gente sabe que a transferência
168 não regular e automática, é, inclusive, um dos motivos para o recurso ficar parado, vocês
169 sabem disso. O prefeito não vai contratar pessoal se não tem. Lúcia você vai falar com seu
170 prefeito assim “o Piso mineiro aqui dá para gente fazer uma equipe volante, lá em Poços de
171 Caldas. Aí o prefeito vai falar “o dinheiro vai vim todo mês?” Não, eu não sei. Se não sabe,
172 então não. Aí ele fica com o dinheiro. Quando chegar, a gente vê o que que faz. É isso que o
173 prefeito faz. Aí quando chega cai quase duzentas coisas para fazer na prefeitura, jurídico
174 lento, contador não está atualizado, aí vem aquela... vocês sabem mais do que eu disso.
175 Então, onde que eu quero chegar? Esse ano é quase que o ano, assim, do cartão de
176 apresentação. Isso que eu estou falando, sabe Hermellis, para o pessoal que está falando
177 assim “e o atrasado?” Eu falei “por favor, o dinheiro que eu tiver aqui eu quero pagar o
178 regular automático, porque não adianta eu pagar para você uma parcela de setembro, aí cai
179 a arrecadação de agosto, e eu atraso. Aí eu fico 2 meses sem pagar. Pago outubro, aí chega
180 no final do ano e acabou o orçamento, porque outubro, novembro e dezembro não vai dar
181 para pagar não”. Eu não quero isso. Eu quero pagar esse ano o regular automático, para que
182 no final do ano vocês falarem “prefeito, olha! Você viu aqui? Recebeu aqui”. Eu também
183 estou me comunicando com os prefeitos, eu também sou um agente de comunicação, eu
184 também discuto nas associações de prefeitos isso para ajudar os gestores. Nós vamos ter
185 uma bela conferência, que vocês estão organizando, então nós vamos ter um espaço,
186 inclusive, de avanço, porque eu também não quero ficar na secretaria só para pagar Piso
187 mineiro regular e automático, isso é obrigação. Mas esse ano a gente tem que, então, buscar
188 diminuir esse saldo até para gente melhorar a política pública, para gente ter condição de
189 avançar o volume de recurso. Eu falei com a Simone, por exemplo, a questão da vazão
190 escolar, do acompanhamento social das famílias. É uma das metas da norma operacional de
191 2012. Os CRAS têm que acompanhar um número x de famílias cujo os filhos estão em rota
192 de vazão escolar, tem essa meta. Poxa! Vamos induzir essa meta. Você pode fazer isso de
193 várias formas, inclusive ampliando equipe, integrando com política de educação, pode na
194 assistência social psicólogo para acompanhar o trabalho realizado, integrar com as escolas e
195 tal. Aí, o pessoal do município quando a gente for induzir o gasto, eles vão fazer um quadro e
196 falar “olha secretário, esse recurso aqui dá para fazer em 1 ano”. Eu falo “então tá! Faça em
197 1 ano. Se você em 1 ano me apresentar um resultado positivo, você me ajuda a discutir no
198 governo o seguinte, nós estamos com um bom modelo aqui de acompanhamento, que
199 reduziu a evasão escolar, reduziu isso, reduziu aquilo. Vamos juntar no piso mineiro um plus
200 para esse tipo de cumprimento de meta?” Você entendeu? Eu preciso dessa indução
201 orientada de gasto. É, também, uma forma da gente buscar melhores resultados, que
202 garantem um maior financiamento. Temos também, não é Simone? Depois você pode em
203 outro momento, você pode e tem uma dimensão técnica, jurídica, nós vamos ter que
204 contratar equipes para fazer isso. Vocês não sabem o que eu sofro, aí, é como cidadão,
205 assistente social, quando eu vou em um município, vejo uma entidade como eu conheço
206 algumas, os idosos estão dormindo em cama sob risco, porque não é aquela cama
207 preparada. É com as camas que eles ganharam, e tem dinheiro parado de Fundo da
208 Assistência Social e o prefeito não sabe que podia fazer, na conta desse pessoal, ter feito um
209 convênio com a entidade. Então é isso. Tem que diminuir isso. Se eu não chegar no fim do
210 ano com esse saldo não é? E nesse sentido, Simone foi confirmado ontem, na quarta-feira
211 que vem eu vou estar com a Ministra Tereza Campelo, porque esse não é um problema só
212 de Minas, é um problema nacional. Tem R\$ 1 bilhão paralisado em conta, e a ministra me
213 relatou na última vez quando ela foi discutir, o governo federal está tendo que cortar 60, 70
214 bilhões do orçamento. Quando ela foi discutir no planejamento, todo mundo tem esses dados

215 lá, eles jogaram isso na cara dele. Tem R\$1bilhão parado na assistência social, como é que
216 você vai pedir mais? Então a gente vai apresentar para a ministra, lá na quarta, o modelo.
217 Quem sabe a gente até ajuda o ministério a realizar a parceria. No caso dos Estados
218 também, prá mim, eu não acho que é muito bom, mas para Minas é boa, porque na última
219 reunião do Fórum Nacional dos Secretários do Estado eu fui eleito, por unanimidade, o
220 presidente do FONSEAS, que é o Fórum Nacional da Assistência. Então, isso vai nos dar um
221 espaço, também, de negociação com o ministério, de questões de apoio do ministério aos
222 Estados e municípios. Estou trabalhando muito com o CONGEMAS nacional, que é o Zé
223 Rodrigues. Inclusive, na próxima pauta, nós vamos discutir os atrasos de repasse do recurso
224 federal, vamos discutir a questão do saldo em conta e vamos discutir o marco regulatório. Foi
225 sugestão de pauta que eu apresentei lá para o ministério. Então essas duas questões eu
226 queria quase que prestar contas para você. Isso eu quero fazer viu Simone? Lógico que a
227 agenda, a gente viaja muito também a pedido do governador, mas igual eu estou fazendo no
228 COGEMAS, no COGEMAS eu já fui em 3 reuniões. Eu vou na abertura no informe. É quase
229 prestar contas. Isso é bom para mim também, porque lá dentro, o Luizão mesmo falou
230 comigo, que é o nosso superintendente, “e o cronograma do Piso que nós temos que
231 acertar?” Eu falei “oh! Tem que ser sempre antes da reunião do COGEMAS, se não eu não
232 vou na reunião do COGEMAS não! Eu falei que vai ser regulado e automático” **RISOS** Então
233 é uma prestação de contas. Hoje eu vim aqui apresentar essas duas questões: regularização
234 do Piso Mineiro desse ano e a força tarefa que já está em pleno vapor, e construção técnica.
235 A última coisa, porque informe é informe, não é? Não é ponto de pauta. Eu sei, porque já
236 participei de boa parte dessas 200 reuniões. Uma das causas das fragilidades de
237 assessoramento técnico é o desaparecimento das 20 regionais da SEDESE. Eu já sabia
238 que estava frágil, mas não imaginava que era tanto. Nós estamos com uma linha de ação, de
239 alinhamento dos diretores com as prioridades da secretaria, de envolvimento das diretorias
240 nos processos, também, de conferências e tal, de capacitação técnica. Agora, têm que
241 ampliar um pouco as equipes nas regionais, elas são muito diferentes entre si. Muita gente
242 aposentando, não houve reposição dos bens materiais, despejo, telefone cortado, ausência
243 de papel higiênico na SEDESE, é tudo e os problemas vão de ausência de servidor à
244 ausência de papel higiênico na SEDESE. Quando você vai visitar, a placa está errada, igual
245 eu fui lá em Patos. Eu rodei 3 vezes. Tinha uma placa, CPPT, passei 3, não é aqui, rodava,
246 não é aqui, e na terceira eu falei, vou ligar. Quer dizer, não é placa, a placa é de outra coisa,
247 nem deve existir mais CPPT naquela versão. O SINE era no UAI, em outro lugar, e lá estava
248 a placa SINE, lá em Patos. Eu estava em uma reunião lá, chegou um cidadão “eu vim aqui,
249 eu queria uma vaga de emprego e tal...” eu vi, não estou contando, eu estava lá na hora.
250 Falei é lógico ué, culpa nossa. Nossa que eu digo não nossa. Agora é nossa, porque eu sou
251 o governo. Não é do cidadão, ué. O cidadão viu a placa do SINE, ele não é obrigado a saber
252 que o SINE funciona em outro lugar. Então uma referência, “oh! Essa é a diretoria regional
253 da SEDESE”. Nós tínhamos, na secretaria, um concurso aberto, 40 vagas, 20 psicólogos e
254 20 assistentes sociais. Eu recebi autorização do Secretário de Planejamento. Já está sendo
255 processado. Provavelmente, o provável é porque tem perícia, tem todo um processo de
256 apresentação, têm os prazos, vocês sabem como que é. Está autorizado! Agora está no
257 processamento de publicar, chamar, apareceu, não apareceu. Então nós vamos chamar os
258 40 do interior, 20 assistentes sociais e 20 psicólogos. O cenário que a diretora lá do pessoal
259 me deu é de que, até no final de junho, a gente pode até ter uma parte, os que não
260 atrasarem a posse, essas coisas. Então muito provável que em julho a gente já tenha. Nós
261 vamos fazer capacitação e serviço para eles de conferência. Coincidiu justamente com o
262 período da preparação das regionais e da estadual. Tive autorização do secretário Helvécio
263 também, porque lá, na secretaria, tem os especialistas em gestão pública, o pessoal que
264 forma na João Pinheiro e vão para a secretaria, chamados a carreira do EPPGGs. Aquele
265 que tiver aqui, em BH, e quiser ir para o interior, ele tem autorização para levá-lo. Por
266 exemplo, tem uma menina que o noivo dela é de Juiz de Fora. Ela queria saber qual projeto
267 a gente teria. Eu expliquei a nova SEDESE e ela topou. Então eu falei “não termina o
268 noivado, porque eu vou precisar muito de você, e fica pelo menos 4 anos casado enquanto a

269 gente estiver, para gente ter um especialista lá em Juiz de Fora”. Porque a gente tem pelo
270 menos um trio: um gestor pessoal de planejamento, um assistente social e um psicólogo. A
271 minha ideia é que essa pactuação de CREAS regional, que vocês estão acompanhando
272 bem, é que a gente possa inclusive vincular o CREAS sem espécie... Não estou falando
273 fisicamente ou na mesma cidade, porque esses critérios vocês vão discutir, mas ser uma
274 unidade vinculada. A gente tem que começar a descentralizar. Estou vendo a forma, e, aí, eu
275 não tenho concursado, que eu quero ter também uma pessoa da área do trabalho na
276 diretoria regional, porque hoje, é impressionante, o SINE é como se fosse uma figura
277 autônoma. Então não é a única unidade do trabalho o SINE - trabalho tem, economia
278 solidária tem um monte de coisa. Mas no caso do emprego formal, o SINE, às vezes é o
279 prefeito que manda. Você não está vinculado à lógica. Então gente, eu estou falando isso,
280 porque pode fortalecer muito a ação de descentralizar. Eu queria dar essa notícia boa no dia
281 do assistente social. Pelo menos 20 já estão a caminho da SEDESE, e espero que sejam
282 bem aproveitados, assim como os psicólogos concursados, para que a gente possa
283 fortalecer essa ação regionalizada. E, aí Simone, quando tiver uma pauta mais tranquila, eu
284 também me disponho aqui a vir para apresentar mais a SEDESE, enquanto conjunto de
285 ações, porque a gente está querendo vincular muito o trabalho da assistência com o trabalho
286 de oportunidade. Estou vendo a Maria Alves aqui. Nós, no mês passado, dia 30, a gente está
287 ressuscitando, botando combustível em um convênio, por exemplo, que estava paralisado lá
288 do Ministério do Trabalho, de qualificação de indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Tem a ver
289 com o nexa, mas estou falando assim, tem outras iniciativas nossas. Tem um que a gente
290 está fazendo a referência dos catadores de material reciclável. R\$ 3 milhões de recursos
291 parados. Então, o público da assistência, as ações de promoção, a gente está com outras
292 iniciativas. Me disponho aqui, e a gente ver com o tempo. **LÚCIA:** Deputado André, eu queria
293 sugerir que, nessa apresentação, a gente também pudesse ouvir de vocês qual a
294 interlocução que nós vamos conseguir fazer com o ministério do emprego, em relação ao
295 jovem aprendiz, sabe? E o trabalho protegido. Porque, às vezes, a gente tem dificuldades
296 com as delegacias regionais do MDE, que não faz fiscalizações. Entendeu? Então, as
297 empresas não se mobilizam para cumprir. Tanto a questão da pessoa com deficiência,
298 quanto o jovem aprendiz. Isso eu estou dizendo, porque o MDS pediu para a gente fazer
299 discussão do Pronatec trabalho, que é o da pessoa com deficiência, e o viver sem limites. É
300 bem difícil fazer andar, fazer acontecer. Então, eu acho que é muito bem-vinda essa
301 articulação com o trabalho, para a gente gerar oportunidades. E eu fiquei impressionada com
302 o evento que teve na minha cidade com aflusos de anilhas em um convite, que era uns
303 oportunistas, que estavam querendo vender curso usando o jovem aprendiz. Então, assim, o
304 número de famílias que se mobilizou foi muito grande. A gente teve uma medida real da falta
305 dessa oportunidade para os jovens. Você conhece bem o meu município. Não tem tanto
306 problema assim. **ANDRÉ QUINTÃO:** O que eu queria, viu gente, é isso. Inclusive essa
307 questão da educação e qualificação profissional, Lúcia, já havia um projeto construído no
308 último ano pelo escritório de prioridades do ano anterior. Eu não sou daquelas pessoas, que,
309 só porque foi do governo passado, joga fora. De jeito nenhum. Teve aporte ali de recursos.
310 Então nós pegamos esse projeto, a equipe dele nós trouxemos uma parte dela para a
311 secretaria, está na área do trabalho. A gente está ajustando ele ao nosso público, porque ele
312 foi um projeto com a cara, assim, das exigências do mercado. Então, nós fizemos o contrário,
313 nós apresentamos qual que é o nosso público, e falamos como é que a gente é esse projeto
314 ao nosso público alvo? E esse, por exemplo, do aprendiz, é importante porque, qual são os
315 problemas enfrentados na qualificação? Você tem problema de conteúdo, de metodologia, de
316 escolha do curso pelo adolescente. Se não é instruído, ele também jovem, ou, mesmo
317 adulto, pode escolher um curso errado, um curso desconectado do mercado. Mas a outra
318 questão é renda. Se a gente pega um jovem mais pobre, arruma uma colocação de aprendiz
319 e oferta um curso que ele quer, é o ideal. Porque ele já está colocado. Pode, inclusive,
320 continuar lá, se ele tiver capacidade, e, ao mesmo tempo, se oferta uma qualificação
321 vinculada no lugar que ele está. Então essa coisa do aprendiz, que você está falando, nós
322 discutimos essa semana, o redesenho do projeto. E lógico, né, gente, nós vamos ter projetos

323 integrados do governo. Eu acho. Acho não né? Não tem que achar nada. Nós vamos
324 trabalhar a questão da pobreza rural, do combate à pobreza de maneira integrada, etambém
325 jovens em situação de vulnerabilidade. A gente trata políticas universais como é o caso do
326 SUAS, mas núcleos da pobreza extrema hoje ele é reproduzido nas médias e grandes
327 cidades, em uma geração nova que não trabalha e nem estuda, que vai para o tráfico, que
328 está no subemprego. E no campo, pelos núcleos extremos, que são acampados,
329 reassentados, quilombolas, o agricultor pobre que não tem nem a DAP, não é? Que não
330 consegue acesso ao PRONAF. Ele está perdido lá no rincão. Então, nós vamos ter processo
331 de governo. Com certeza a SEDESE vai ter um papel não só pela assistência, mas também
332 pelo trabalho, e a gente está à disposição. Mas a gente marca. Inclusive nós estamos com o
333 papel da FUCAM. Muita gente nem sabe o que é a FUCAM, que é a Fundação Caio Martins,
334 que mudou muito. Hoje nós estamos redesenhando também o seu propósito. São 6 fazendas
335 que a instituição tem, 5 no norte de Minas. 1 em Esmeraldas e 5 no norte de Minas. Tem o
336 papel da UTRAMIG, que é uma fundação vinculada SEDESE que pode ser o braço
337 operacional nosso do Pronatec Brasil Sem Miséria. Isso eu quero discutir com a ministra,
338 também, semana que vem. A gente está com muitas frentes. Já passou aquele período de
339 mais sufoco. Tínhamos muitas coisas para resolver do ano passado, mas nós já estamos
340 avançando, inclusive com novas pautas. Mas eu queria dizer que a minha expectativa em
341 relação aos conselhos em geral, principalmente da assistência, é que a gente utilize mesmo
342 esses espaços para entrar no conteúdo do debate da política pública. Eu cansei de fazer
343 palestras sobre a análise de controle social falando que a pior coisa que tem é conselho
344 homologatório de decisão do executivo. Isso não dá. Eu quero que aqui seja um espaço de
345 formulação também, que as pessoas optem, que as pessoas falem é isso. Como é que a
346 gente ajuda os municípios? Como é que está a pobreza extrema no campo? É um espaço
347 mesmo de formulação, até para gente também oxigenar as nossas ideias. Agora eu estou
348 indo para uma reunião com o Durval, porque eu virei secretário geral do CONSEA, que é o
349 Conselho de Segurança Alimentar. O governador me deu essa atribuição e esse ano nós
350 vamos ter uma tarefa, olhem só, nós vamos ter que fazer 25 conferências regionais, de 15 de
351 junho a 12 de julho. Porque são estruturação das comissões regionais. E tem a estadual,
352 mas a estadual está mais tranqüila. O problema é agora. Então nós vamos ter que fazer.
353 Estou em um sufoco danado, porque fui pego assim meio de surpresa, uns 20 dias atrás,
354 então nós estamos reunindo e organizando secretaria executiva do conselho, câmara
355 técnica. Mas eu vou pedir a ajuda de vocês. Eu sei que tem muitos militantes das duas
356 áreas. Às diretorias regionais eu vou também pedir o apoio. É uma pauta importante, direitos
357 humanos e alimentação, principalmente para as populações vulnerabilizadas, comunidades
358 tradicionais. Mas vou pedir esse apoio de vocês e do ponto de vista da nossa conferência,
359 tenho certeza que vai ser uma conferência muito bem organizada por vocês e espero que ela
360 também seja um, não só porque é um novo governo, mas 20 anos depois. Eu acho que é um
361 momento da gente dar um salto de qualidade. **LÚCIA:** Eu estou impressionada. Nós fomos
362 um dos primeiros municípios a implantar o PAA, que é o Programa de Aquisição de
363 Alimentos, e no começo a gente tinha dificuldade para convencer o produtor a confiar que ele
364 vai receber direto, porque a gente recebe alimento e o produtor recebe via Caixa Econômica,
365 Banco do Brasil, direto do governo federal. A gente já tem depoimentos muitos claros dos
366 filhos dos produtores, agora com a esperança de permanecer no campo, porque tem a
367 garantia da venda do produto. E a outra ponta que soma conosco, é que esse produto vai
368 para as instituições. A produção você entrega para as instituições que atendem o público da
369 assistência social, e é um recurso muito importante, porque as pessoas que, às vezes, estão
370 na linha de miséria lá no campo com PAA, ela passa ter uma renda garantida. Então, eu
371 acho assim, foi uma feliz escolha do governador ao te colocar lá, porque as coisas somam
372 ainda passando pelo viés do trabalho, que é o trabalho possível no campo. Agora eu não vou
373 falar o que eu acho da FUCAM, porque você já entendeu. Mistura tudo que dá certo. **ADNRÉ**
374 **QUINTÃO:** Bom, gente, então é isso. Queria agradecer a paciência de vocês e assim, Maria,
375 que vocês acharem que é conveniente, eu disponho a vir aqui para uma pauta mais de
376 apresentação. A gente está fazendo um planejamento estratégico e o conselho e a secretaria

377 executiva está, inclusive, na metodologia do planejamento, vai ter um momento de discussão
378 do planejamento com os conselhos, para gente validar, para gente perfeição. São várias
379 etapas, talvez a gente possa até conjugar nessa etapa, talvez, uma apresentação preliminar.
380 Bom trabalho para vocês, bom dia. **MARIA:** Bom dia. Palmas né gente? **APLAUSOS** Em
381 nome de todo conselho, se alguém também quiser agradecer fique à vontade, mas acho que
382 somos nós que temos que agradecer, justamente, pela disponibilidade de construir esse
383 diálogo permanente. Acho que, historicamente, o conselho trabalhou para que isso
384 acontecesse. Não que nós fizéssemos aqui uma demarcação de força, mas que a gente
385 pudesse estar olhando para o desafio de Minas Gerais, inclusive para o desafio do Brasil, e
386 ver quais são os melhores caminhos. Eu acho que você traz essa proposta e isso é muito
387 interessante, principalmente quando faz a relação entre urbano e rural. Eu, particularmente
388 aqui, como representante do campo, fico muito satisfeita de ouvir isso, porque eu acho que o
389 grande desafio, que a gente no meio urbano, são consequências da vulnerabilidade sociais
390 do campo, e a gente não pode tirar isso de vista. Inclusive estava conversando com a
391 Patrícia, e conversei com a Consolação assim que cheguei de Brasília, onde que, inclusive, a
392 gente vem vendo historicamente no Brasil, a colocação de que, por exemplo, trabalho infantil
393 no campo hoje é, conseqüentemente, devido a situação da agricultura familiar, onde que
394 hoje, segundo dados da ONU, é 80%, no Brasil, o trabalho infantil no campo. Do total do
395 trabalho infantil no Brasil 80% está campo. Então isso é a prova real. Eu disse isso lá em
396 Brasília para a diretora, se eu não me engano de proteção básica, eu disse para ela o
397 seguinte se isso já é dados reais, então isso é a prova real de que o campo ela estar
398 descoberto, e a assistência social precisa compreender, olhar de forma mais profunda,
399 porque é levando proteção, é levando política, trabalho, que a gente vai conseguir combater
400 esses números, ou diminuir esses números. O Conselho está aqui de portas abertas. A gente
401 vai estar chamando sim, porque eu acho que mais importante do que discutir meramente a
402 pauta, é construir caminhos práticos para que essa pauta se consolida e possa trazer
403 resultados reais. Que a gente possa fazer aquilo que a gente estava falando no início,
404 quando a gente votou para mesa diretora, que a nossa meta possa se resultar em avaliações
405 políticas de resultado, e é isso que a gente quer. Então seja bem-vindo. A gente agradece e
406 vamos construir juntos. Estamos aqui para isso. **ANDRÉ QUINTÃO:** Bom trabalho.
407 **APLAUSOS MARIA:** Simone agora é com você. **SIMONE:** Sou eu? **MARIA:** Sim. **VOLNEY:**
408 Eu tenho um informe Maria. **MARIA:** Mas está nos informes e é a Simone agora. **VOLNEY:**
409 Desculpa. **MARIA:** Tudo bem. **SIMONE:** Rapidamente. Primeiro, o presidente do Conselho
410 Nacional, ele no Encontro Nacional em Fortaleza, no encontro do COGEMAS, ele falou
411 publicamente, agradecendo o secretário André pela presença do conselho aqui, e disse que
412 foi a melhor reunião descentralizada que o conselho fez nos últimos anos, e nós pudemos
413 discutir a representatividade dos usuários, trabalhadores de entidades nos conselhos. Foram
414 realizadas duas oficinas em um dia e duas no outro. Nós também tivemos a discussão e
415 debate da realização das conferências deste ano. Acho que também foi muito importante
416 para o Conselho Estadual. Acho que a gente também conseguiu trocar experiência não só
417 realizada pelo Conselho Nacional, mas também pelos Conselhos Estaduais. É isso.
418 Obrigada. **MARIA:** Muito bem Simone. A gente, inclusive, agradece os conselheiros que
419 acompanharam, e teve disponibilidade em todo processo. Eu que acho que foi bem bacana a
420 nossa participação mesmo, avaliando aqui, internamente, para nós. A próxima a fazer o
421 informe é a Lúcia do COGEMAS. **VOZES AO FUNDO** Enquanto você mastiga, eu queria,
422 inclusive, aproveitar e agradecer à Patrícia, que ontem colaborou muito com a gente na mesa
423 diretora, uma vez que eu e a Simone não pôde estar. E também o Hermellis pela CIB, uma
424 vez que eu não estava na CIB, porque estava em Brasília e ele “mandou ver”. Muito bem!
425 **LÚCIA:** A principal pauta do COGEMAS foi a eleição da nova mesa diretora, e eu vou pedir
426 para o conselheiro Hermellis falar para gente. Inclusive porque ele está agora na diretoria e
427 eu não pude comparecer, por questões lá da gestão de Poços de Caldas, na reunião do
428 COGEMAS. **HERMELLIS:** Como a conselheira Lúcia falou, o principal ponto de pauta nosso
429 foi a eleição da nova diretoria para o mandato de 2 anos, 2015-2017. Apresentou-se uma
430 chapa única de consenso que foi conversado bastante, e acho que as ideias foram, desde o

431 final do ano passado, cominando essa chapa, que foi resolvida lá na reunião mesmo. Foi
432 com a presença de 48 municípios, que se fizeram presentes. Pela representatividade, eu
433 acho que é muito pouco ainda essa questão da mobilização, e aponto um desafio para a
434 nova diretoria, que é mobilizar esses gestores realmente, e fazer com que possa contribuir
435 nessa construção, nesse momento da política de assistência social. O pensamento dessa
436 nova diretoria é construir, realmente, um colegiado forte, onde possa defender, realmente, os
437 municípios, e se apresentar nos espaços, realmente, com essa característica de defesa dos
438 municípios. Então os membros, que compõem a diretoria, estão bem comprometidos e bem
439 dispostos a contribuir com isso. Dos 48 municípios no total de 87 pessoas, dentre eles
440 servidores da SEDESE e Subs, representantes do CAO do direito da criança e do
441 adolescente do Ministério Público de Minas, e representante da Assembleia Legislativa.
442 Também teve como pauta a prestação de contas pela última diretoria das contas de 2014 e
443 os informes gerais, que teve com a presença do secretário André. E, como palestra, tivemos
444 a Simone, que apresentou a regionalização da proteção social especial, assumindo e
445 apresentando, de vez, a questão da regionalização pelos municípios. Compondo, agora, a
446 vice-presidência do COGEMAS, eu fiquei também muito feliz em poder contribuir com esse
447 processo, e aprender com os gestores mais experientes, e poder participar realmente desse
448 processo mesmo, onde que o foco maior é o SUAS, e que Minas seja, realmente, a meta de
449 desenvolver cada vez no nosso município essa política tão cara a todos nós militantes da
450 área. É isso gente. Obrigado. **LÚCIA:** Fala a composição. **HERMELLIS:** A composição ficou,
451 assim, como presidente a Júlia Restori do município de Coronel Fabriciano, vice-presidente
452 eu, do município de São Francisco de Paula, 1º secretário Marcelo Mourão, de Belo
453 Horizonte, 2º secretário a Cátia Sales, de Sabará, 1º tesoureiro Patrícia Nunes, de Timóteo,
454 2º tesoureiro Hermano Santos, de Ponte Nova. No conselho fiscal Aline Carmona, de
455 Araçuaí, Zilda Vieira, de Conselheiro Lafaiete, Edilene Costa, de Ipatinga, Dilma Jorge, de
456 Sete Lagoas, e o Jaime Rodrigues, de Governador Valadares. Lembrando também, que
457 compondo essa diretoria, está previsto no estatuto o conselho de representantes regionais.
458 Então nós já temos alguns nomes, que também vão compor essa chapa. A gente está
459 pensando estrategicamente para distribuir bem, e ser mais participativo em forma das
460 regiões. Aproveitando, todo esse momento, dizer, também, que o governo do Estado tem
461 essa proposta de construir os Fóruns Regionais, no momento da conferência nas regionais,
462 via SEDESE. Então, esses momentos de região, a nova diretoria quer frisar realmente para
463 participar e construir, juntos com esses membros da mesa diretora e do conselho fiscal, um
464 colegiado forte e bem representativo. Que, como a gente pode verificar nas reuniões do
465 COGEMAS, salvo a primeira desse ano que houve na lá cidade administrativa, junto com a
466 SEDESE, que teve a participação de mais de 500 pessoas, as outras reuniões do
467 COGEMAS estavam sendo esvaziadas. Pode ver pelo retrato do ano passado mesmo, com
468 pouca participação dos gestores, pouco interesse mesmo e mobilização, que houve nesses
469 últimos tempos. A gente tem como proposta é reavivar isso, os representantes regionais.
470 Fortalecer essa questão de participação mesmo, para gente construir um colegiado forte.
471 **MARIA:** Tudo bem Lúcia? Então vamos passar para o próximo informe, que é com a Isabela.
472 **ISABELA:** Bom, a gente trouxe aqui mais para comunicar mesmo. Na última plenária a gente
473 tinha deliberado para realização de uma reunião com o MAB, que é o Movimento dos
474 Atingidos por Barragens. A gente tinha recebido um ofício deles solicitando essa reunião, ela
475 aconteceu no dia 13. Vieram representantes do próprio movimento e, também, atingidos
476 diretos pela barragem da PCH Fumaça. Foi muito importante, porque a gente percebeu os
477 pontos que foram relatados vieram muito de encontro com os pontos que já tinham no
478 relatório, que a gente estava analisando. Mas foi muito rico a gente poder ouvir isso direto
479 deles. Mas, para além disso, a gente percebeu que, de fato a situação da PCH Fumaça, ela
480 é muito complexa Tem uma série de questões de violações de direitos humanos, que a gente
481 precisa compreender melhor a relação com o empreendimento, e a própria relação com os
482 municípios, não é? Várias questões da política de assistência social que cabe a gente, como
483 CEAS, para apoiar na defesa do direito dessas pessoas. Depois da reunião, o grupo sentou
484 e definiu, realmente, pela visita à PCH Fumaça, aos distritos que foram atingidos das

485 comunidades, que são em Mariana e Diogo Vasconcelos. A gente está planejando a viagem
486 para o dia 25 e 26 de maio. Então a gente já quer ir logo para colher mais informações, e a
487 ideia nossa, do grupo de monitoramento, é de analisar as questões do PAS, que parece que
488 não foram cumpridas, que ainda estão pendentes, ou desdobramentos à partir das questões
489 do PAS, e como controle social mesmo, da defesa dos direitos dessas pessoas. Então, a
490 gente vai ter uma reunião com o Conselho Municipal de Assistência Social dos dois
491 municípios e fazer visitas às comunidades, para conversar com o pessoal atingido. A nossa
492 idéia, a partir dessa visita, é elaborar um relatório, e a partir desse relatório fazer um
493 comunicado ao Ministério Público, que está acompanhando essa situação da PCH Fumaça,
494 e possivelmente ao COPAM. Então é isso. Se alguém quiser complementar, inclusive a
495 nossa presidente, um ponto importante também que eu esqueci e que eu não sei que é aqui.
496 **VOZES AO FUNDO MARIA:** Então, ninguém mais quer complementar não, né? Eu senti
497 falta do Ronaldo aqui. Até perguntei por ele, mas ele chega depois do almoço. Indo para o
498 ponto de informe que eu tinha pedido, é em relação como eu disse anteriormente. Nós
499 tivemos em Brasília na semana passada, e essa semana onde a gente teve reunião do
500 Comitê Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, o CONTRAF, que é o Conselho
501 Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável, e aí reúne diversos povos do campo,
502 quilombola, ribeirinhos, povos de terreiros, enfim, uma diversidade muito grande. E o
503 interessante é que a construção nossa do debate, foi justamente, inclusive, a gente trazer o
504 desafio da política de assistência, onde a gente fez uma avaliação de, já que a gente tem
505 hoje um GT Nacional, que discute representatividade e as políticas direto para esses povos
506 que, aí, não é só do campo, é urbanos também. Como esse ano é um ano de conferência, e
507 me parece que a média esse ano são de 15 conferências, e, no que tange a conferência de
508 assistência, como a gente pode estar fazendo essa relação entre o MDA e o MDS, para
509 garantir que esse comitê, que já existe, possa também estar mobilizando e articulando para
510 garantir que os povos estejam presentes, tanto nas etapas municipais e estadual e,
511 possivelmente, na nacional. Então foi um debate interessante. Foi novo, até porque, não se
512 tem muito costume de na pauta do GT colocar essas discussões que perpassam, por exemplo,
513 para o MDS. Geralmente a gente tem uma discussão mais direta com o MDA e, aí assim, foi
514 bem bacana, e agora estamos com essa missão juntos, no caso o MDA, construir essa
515 relação para que os povos, também diretamente, possam estar se inserindo, procurando os
516 municípios, os conselhos de assistências para poder garantir as suas participações. Eu achei
517 que foi uma coisa bastante interessante nesse sentido. Uma outra coisa que eu queria
518 colocar aqui, que talvez fogue um pouco, mas eu acho que a política de assistência ela é isso,
519 ela perpassa, ela é transversal. Foi, inclusive, a avaliação que a gente fez dentro do GT, do
520 acesso às políticas públicas de forma geral, principalmente as do campo. Até que ponto essa
521 políticas tem garantido a geração de renda de forma sustentável? Ou seja, será que muitos
522 agricultores hoje, historicamente a partir do PRONAF - que é o Programa de Fortalecimento
523 da Agricultura Familiar, por um exemplo, vêm acessando os chamados créditos. Será que
524 esses créditos, realmente, têm mudado a vida das pessoas permanentemente? Tem dado
525 condição para que ele próprio tenha condição de viver na terra, independente de amanhã ter
526 acesso a esse crédito? Ou mesmo se ele venha a ter o acesso às essas políticas, de forma
527 geral, que não só o crédito, ele ter acesso de forma consciente como protagonista do seu
528 modo de elevação de vida? Esse foi um dos grandes debates, porque a compreensão que a
529 gente tem é que, ainda nós, não conseguimos trabalhar as políticas, para que elas gerem no
530 sujeito do campo, nas pessoas e no cidadão uma consciência crítica. Por exemplo, a sua
531 propriedade, ela é um negócio próprio dele. Ele precisa ser visto como um negócio que dá
532 lucro, um negócio que dá prejuízo, que tem que ser avaliado a forma de produção, a forma
533 de agregação de valor, a forma de comercialização, e a gente percebe que o conjunto por
534 mais que a gente tem política de comercialização, como a própria Lúcia colocou aqui o PAA
535 e várias outras, mas o agricultor em si ele não tem a consciência de que ele é o protagonista
536 disso, que ele pode fazer diversas avaliações para que ele possa se planejar e replanejar
537 sempre a sua produção, para poder viver de forma sustentável. Então, eu achei essa
538 discussão muito interessante. É uma avaliação mais interna para nós da política geral da

539 assistência. Como, por exemplo, as pessoas que acessam o Bolsa Família. Como é que elas
540 acessam? Ela consegue perceber que ela está acessando, para poder ter uma elevação? E
541 que é preciso que ela entenda, inclusive, que ela tem consciência de que precisa melhorar a
542 renda e sair daquilo naturalmente? Então assim, eu adorei a discussão e espero que a gente
543 consiga avançar e trazer essa reflexão no nosso cotidiano, para gente poder construir, quem
544 sabe, um processo aqui de reestruturação até mesmo daquilo que a gente tem como
545 específico nos pontos de pauta da conferência. Para gente poder trazer nas conferências
546 esses momentos, para as pessoas refletirem sobre a sua realidade, que pode ser diversas e
547 nas diversas regiões do Estado. A outra coisa foi as audiências que a gente teve no próprio
548 MDS. Tivemos no Ministério da Previdência e no Ministério da Educação. Começando pela
549 educação, uma coisa que achei que foi bacana, foi a proposta que a gente discutiu com a
550 SECAD, que foi da gente fazer avançar dentro do Pronatec, em especial a garantia, por
551 exemplo, as escolas e famílias agrícolas pudessem executar o Pronatec. Porque hoje os
552 institutos podem, os CMAS podem, mas não conseguiu incluir, de fato, na lá ponta, quem
553 realmente tem vulnerabilidade. E no caso do campo a gente tem que compreender o que a
554 gente deixou. Foi uma falha muito grande a gente não ter conseguido avançar, para ter nas
555 escolas famílias agrícolas direto, podendo executar, e aí fez o compromisso de construir, e
556 para isso tem que ser mudada a lei, para garantir que as escolas famílias agrícolas do Brasil
557 inteiro pudesse executar. Eu acho que vai ser um avanço muito grande e, de forma bem
558 bacana, com um valor cultural muito forte e social também. No caso do MDS e, aí, mais
559 direto na questão da diretoria da proteção básica, foi à questão do trabalho infantil no campo,
560 foi o que eu acabei de dizer na minha fala. E, aí, inclusive, de forma indireta a questão do
561 PETI. A gente sempre bateu nessa tecla no que tange o campo, como é que a gente
562 consegue acessar o PETI. Como é que a gente consegue que as secretarias municipais, que
563 os conselhos municipais, que as políticas, enfim. Eu já disse isso outras vezes aqui, a política
564 de assistência pudesse compreender e no que tange criança do campo, esse é o grande
565 desafio. A gente dialogou isso, lógico, jogou na nossa cara o dinheiro parado nas prefeituras,
566 que nós tínhamos que ir atrás dos gestores municipais e não sei o que. Essa conversa não é
567 fora de linha, não é? A gente até entende. Mas qual foi a avaliação, inclusive, que nós
568 fizemos juntos? Tudo bem, realmente, muitos desafios que a gente tem na política de
569 assistência, é necessário a gente fazer o embate direto nos municípios, cobrar, participar dos
570 conselhos, fazer uma participação mais qualificada. Agora, também é preciso a gente
571 construir uma estratégia, principalmente por ser um ano de conferência dá gente, também ter
572 meta, tem meta para tanta coisa no governo para gente acabar, com a miséria extrema que é
573 a pobreza extrema. Então porque que a gente não tira meta de acabar com o trabalho infantil
574 no campo? Uma vez quem, por exemplo, segundo os dados que a própria diretora colocou,
575 80% do trabalho infantil do Brasil está no campo. Se 80% está no campo inclusive tem
576 nominal os municípios, é possível você saber tanto por % em tal município e etc. Se existe
577 isso precisamos, juntos, tentar achar uma saída para combater o trabalho infantil no campo.
578 Porque tudo bem. É colocado para os movimentos sociais no campo, que isso é culpa da
579 agricultura familiar, mas se e culpa da agricultura familiar, também está muito provável que é
580 real que as políticas sociais ainda não conseguiram combater, ou melhor, não conseguiram
581 de fato atender o público do campo. Chega lá, se está trabalhando é porque não está tendo
582 condição de estar em outro lugar que seja de provedor. Socialmente, culturalmente e, assim,
583 sucessivamente. O bacana, inclusive, foi citado algumas experiências e eu fiquei muito feliz
584 de ouvir do André que no Estado, eu não me lembro, certamente de Sergipe, ou da Paraíba,
585 mas é um dos dois, e os dois tem um trabalho bem bacana. Um colega colocou o seguinte:
586 ele estava dentro do avião e encontrou a secretária de estado dele, e começaram a discutir
587 sobre esses problemas, e chegaram à conclusão que eles precisavam fazer qualificação e
588 formação justamente com os atores do campo de forma geral, já que a maioria está lá e
589 também nas periferias dos grandes centros. Onde que está a outra porcentagem muito forte,
590 de conscientização, inclusive das próprias famílias, dos próprios movimentos sociais. No
591 caso do campo, aqui, é um desafio nosso. Você discute isso com os dirigentes dos
592 sindicatos, vocês acham que é fácil? Dar a condição para que o dirigente reflita que

593 realmente criança trabalhar é um problema, e aí, a ideia é como é que a gente também faz
594 essa reflexão, para que as pessoas possam, em vez de estar escondendo o problema, estar
595 discutindo para que as ações possam chegar lá. Eu estou dizendo isso porque vocês já
596 imaginaram, por exemplo, a onde tem uma creche no campo? Existe? Eu não consigo achar.
597 Então, nós não podemos esconder o problema do trabalho infantil no campo, porque a partir
598 da hora que nós omitimos a discussão, nós estamos negando o direito de levar a política de
599 assistência social. E lá nesse Estado, que eu não me lembro direito se é Sergipe ou Paraíba,
600 propôs de fazer essa informações e ele trouxe aqui, na lógica do quilombola, do indígena,
601 que a gente pode inclusive estar fazendo um grande trabalho aqui em Minas Gerais nesse
602 sentido, não só do trabalho infantil no campo, mas justamente dessa lógica, que o André põe
603 na integração entre as políticas, da gente fazer essa relação entre campo e cidade, entre
604 periferia e os demais municípios. Porque uma coisa é tratar serviço, tratar política de
605 assistência social em um município igual Ouro Verde de Minas, tem 7 mil habitantes, outra
606 coisa é tratar aqui em Belo Horizonte. Isso varia. Precisa considerar onde a vulnerabilidade é
607 mais forte, a característica e a forma de avançar nesse processo. Eu conversando com
608 Consolação ela falou “você tem que dizer isso no conselho, porque é interessante”. Pois é,
609 eu estava viajando, não passei no conselho aqui, mas eu estava discutindo a política de
610 assistência e falei do nosso conselho. Lógico não é? Não vou deixar de divulgar da nossa
611 estratégia de fazer a nossa conferência, de trazer diversidade, trazer, de fato, da conferência
612 essa cara mesmo da política, que a gente acredita. Não porque as pessoas vão vim para a
613 conferência com isso, mas que as pessoas darão oportunidade da gente construir, dentro da
614 conferência, estratégias para atender realmente o público que nós imaginamos. Já estamos
615 na 200 reuniões desse conselho, mas imagino que esse é o principal objetivo desse
616 conselho, que ele sonhou com isso. Então era isso, e agora eu passo para o Volney.
617 **VOLNEY:** Bom, o ponto de informe eu quero retirar de pauta, uma vez que o secretário
618 André nos já adiantou. A nossa entidade, queria saber qual que seria o cronograma para
619 chamada dos concursados para sua posse. Isso já foi respondido. Então pode tirar de pauta.
620 Outro informe que eu tenho, eu estive ano passado em Montes Claros para uma reunião de
621 URCMAS, se não me falhe a memória, e chegando lá na antiga rodoviária concentra-se
622 todos os conselhos: conselho do idoso, da pessoa com deficiência, de assistência. Eu fiquei
623 muito assustado, uma casa onde concentra todos os conselhos não tinha acessibilidade, não
624 tinha banheiro, nada. Chegando aqui em Belo Horizonte, eu fiz uma representação no
625 Ministério Público em meu nome, e na sexta-feira agora eu recebi a carta do Ministério
626 Público aonde ele chamou o município, e foi possível resolver todos os problemas sem
627 precisar de mover uma ação civil pública contra o município. Então, eu gostaria de vocês
628 concordarem que essa informação fosse encaminhada para o conselho do idoso e do
629 conselho para pessoa com deficiência. Vocês concordam? Eu passo para Consolação. Então
630 seria esse o informe. **MARIA:** Todo mundo ficou em silêncio, mas todo mundo concorda não
631 é? Ótimo! **CONSOLAÇÃO:** Do Ministério Público aqui para o Volney: Excelentíssimo Senhor,
632 comunico vossa senhoria que a representação, reclamação ou notícia registrada como
633 notícia de fato nessa promotoria de justiça, sobre o número “tal” solicitando atuação do
634 Ministério Público do Estado de Minas Gerais foi encerrada. Descrição do fato: A
635 representação informa que os banheiros da casa da cidadania de Montes Claros não tem
636 acessibilidade para as pessoas com deficiência. Motivo: arquivamento com solução do
637 problema em 31 de março de 2015. Informamos a vossa senhoria que vossa senhoria possui
638 prazo de 10 dias, à partir do recebimento desse, para interpor recurso e acompanhamento.
639 Ai vem aqui indeferimento do inquérito. Torna-se de notícia, de fato instaurado à partir da
640 representação ofertada por Volney Lopes de Araújo Costa, informou o representante, que os
641 banheiros da Casa da Cidadania de Montes Claros não tem acessibilidade para as pessoas
642 com deficiência. Oficiado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, apresentou-se o
643 ofício de folha A4 requisitar geração de prazo, sendo pleito atendido. Certificado nos autos a
644 fim do prazo deferido, para apresentação da resposta pela Secretaria Municipal de
645 Desenvolvimento Social essa foi novamente requisitada, ocasião em que se apresentou o
646 ofício na determinada folha, que notificou a solução do problema, é o relatório. Examinando

647 os fatos narrados, observe-se que não há situação a ensejar a atuação do Ministério Público.
648 Com efeito, extrai-se do relatório de folhas que o problema foi solucionado no âmbito
649 administrativo. Por isso ele indeferiu a instauração do inquérito civil. Termos muito jurídicos.
650 Se for encaminhar, teria que ser só a informação de que o problema foi resolvido não é?
651 **SIMONE:** Primeiro eu quero parabenizar o Volney. Acho que todas às vezes que eu
652 participei de alguma conferência, fui em alguma reunião, sinceramente Volney, eu tive
653 vontade de fazer a mesma coisa. Depois você me ensina o caminho das pedras, porque
654 agora, comigo também vai ser assim. Fui em algum lugar, não tem, eu vou direto no
655 Ministério Público, vou logo entrar com uma ação de cumprimento, de dever, de
656 acessibilidade. Eu acho que está corretíssimo, concordo plenamente, tem que divulgar
657 mesmo para os conselhos. Esse negócio de pegar no microfone e falar “ah, não tem
658 acessibilidade”, eu não topo mais e nem quero viver isso mais. Então eu acho que você está
659 de parabéns mesmo, e quero também cumprimentar a nossa presidenta pela fala dela. Dizer
660 presidenta que nós estamos juntos com o Superintendente de Política de Assistência Social,
661 Ronaldo Camargo, que está aqui entre nós. Quero cumprimentá-lo. Nós estamos discutindo
662 o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Estado de Minas Gerais. A gente já
663 conversou. Assim que tiver um desenho mais claro, nós vamos trazer o programa aqui. Ele é
664 um programa sintonizado em nível nacional, é um programa que o conselho deve ter
665 discutido aqui no ano passado, porque teve o aceite da SEDESE de adesão ao programa, e
666 nós estamos desenhando. Ele vai começar. Tem uma meta de 70 municípios aonde está
667 concentrado o trabalho infantil em Minas Gerais. Então nós, rapidamente, vamos trazer o
668 programa aqui também, para que a gente possa discutir com os senhores e as senhoras, o
669 que nós estamos pensando para contribuir. Erradicar sozinho é muito complicado, não é?
670 Mas contribuí para erradicação do trabalho infantil aqui em Minas Gerais. Obrigado.
671 **VOLNEY:** Simone, só acrescentando, eu estive em Valadares também, e lá o problema era a
672 bilheteria no segundo andar. O deficiente chegava e pedia para faxineira comprar passagem
673 para ele. Representei, também, o problema da bilheteria lá em Valadares. **MARIA:** Eu acho
674 que a gente precisa dar uma salva de palmas para o Volney, gente. **APLAUSOS VOZES AO**
675 **FUNDO** Muito bem! Na hora que eu passei para o Volney, eu tinha me esquecido de falar do
676 processo de escolha. Na plenária passada, ficou combinado, aprovou entre a gente, que nós
677 teríamos algumas entidades que estariam indicando, e essas entidades, que ficou de indicar
678 pessoas para estar junto com o nosso conselheiro Júlio, que seria ele o coordenador, juntos
679 com essas pessoas, vindo das entidades, coordenaria o processo. Os nomes das pessoas
680 não chegaram. Então, eu queria informar e solicitar que a gente faça isso urgentemente, para
681 que a gente possa já começar a conduzir o processo, e já representar na próxima reunião de
682 junho, pode ser? **PATRÍCIA:** Mas a gente já tinha indicado algumas instituições que as
683 pessoas iriam colocar os nomes. **MARIA:** Exatamente isso. **PATRÍCIA:** E quais são as
684 instituições? **MARIA:** CRP, FETAEMG, quem mais? Conselho de BH. **VOLNEY:** Bom gente,
685 porque a gente estava na pendência era para saber onde seria a conferência. Como já está
686 definido em Belo Horizonte, o sindicato, ele pode estar contribuindo com um colaborador.
687 **MARIA:** Muito bem Volney. **VOLNEY:** O que vai ser na data da conferência, não é Júlio? No
688 dia da conferência, não é? **MARIA:** Mas é para participar do processo, e aí como vai ser
689 construído? A gente, inclusive, na próxima reunião, é discutir sobre isso. **VOLNEY:** Então o
690 sindicato indica uma pessoa. A gente vai mandar o nome por e-mail. **MARIA:** Tranquilo!
691 Ótimo! Agora de forma inclusive triste, eu queria passar a palavra para o Vinícius. **VINÍCIUS:**
692 Bom dia a todos. Eu vim aqui para me despedir e comunicar, pessoalmente, a minha saída
693 do conselho municipal de Belo Horizonte, porque eu fui convidado para ocupar o cargo de
694 coordenador do CREAS da regional noroeste, e como eu estava no conselho municipal na
695 representação de trabalhador como sociedade civil, na medida que ocupo o cargo, não é
696 compatível eu estar fazendo as duas representações. Então saí do conselho municipal e,
697 automaticamente, eu saio também da minha representação aqui no conselho estadual. É
698 uma saída, uma decisão, uma escolha que não foi fácil. Eu faço ela com o coração apertado,
699 de estar saindo desses movimentos. Movimento de conselho que aprendi muito, e cheguei a
700 falar com algumas pessoas que essa participação no conselho me salvou, assim, em termos

701 de realização do trabalho, realização da vida profissional, porque eu já tinha trabalhado na
702 prefeitura como contratado, depois voltei como concursado. Isso, naquele momento, foi muito
703 angustiante para mim, voltar para o mesmo lugar onde eu estava antes, e a participação no
704 conselho realmente me colocou em um outro movimento, ampliando bastante o leque de
705 conhecimento sobre a assistência social, sobre a participação. Aprendi muito sobre isso, e
706 levo daqui acho que um compromisso que mais tenho tocado em todas as reuniões que eu
707 participei no conselho municipal, no conselho estadual e no conselho nacional, que é a
708 mobilização e participação dos usuários nas entidades de controle, nas instâncias de
709 controle e de participação social. Acho que o CREAS, enquanto média complexidade tem um
710 desafio muito grande nesse sentido, porque, normalmente, quando se pensa em mobilização
711 pensa lá no CRAS, das participações dos usuários lá do CREAS. Do CREAS, a gente não
712 tem muito essa coisa assim, vamos trazer os usuários do CREAS para poder participar das
713 conferências, para que eles digam também, e isso perpassa por uma cultura. O movimento
714 do CREAS, que precisa mudar de politização dos seus usuários. Então eu saio daqui com
715 isso muito forte dentro de mim, de que é preciso a gente politizar os usuários do CREAS,
716 para que eles participem mais. Isso é um aprendizado, que eu levo dessa minha participação
717 nos conselhos. Agradecer a todos. Acho que aprendi muito aqui no conselho estadual. Acho
718 que é uma experiência que vale a pena, realmente, participar. Brinquei lá, no Fórum dos
719 Trabalhadores, que eu estou saindo um pouco, no momento mais “filé” do processo dos
720 conselhos, tanto nesse novo momento de governo, como também da organização dos
721 trabalhadores em Belo Horizonte, que hoje estar em um patamar, em um nível diferente do
722 que estava no ano passado, e de fato, é um momento bem “filé”, um momento de
723 conferência e tudo. Então, por isso, ficou uma decisão muito difícil, mas que eu estou
724 apostando que seja positivo, também, o crescimento profissional. Novos desafios. Então
725 venho me despedir. Deixo a disposição para contribuição, a partir agora, desse novo lugar
726 como coordenador do CREAS da noroeste, e estou aí para o que der e vier. Vocês
727 precisando, é só me chamar. Vocês já têm o meu telefone, meus contatos, ok? Então gente,
728 muito obrigado e até a próxima. **APLAUSOS VOZES AO FUNDO** Bom, sobre minha saída. A
729 gente já está com um indicativo, uma pessoa para poder estar vindo aqui. Eu só não
730 consegui trazer ela hoje, porque, na verdade, a gente teve uma perda no conselho municipal,
731 porque a gente não conseguiu manter a representação dos trabalhadores na presidência. Se
732 a gente tivesse conseguido, já estaria automático a minha substituição aqui, mas a gente já
733 conseguiu amarrar com o novo presidente do conselho municipal, que é o Márcio lá da
734 ASSPROM, que é um cara muito bom também. A gente perde na representação do
735 trabalhador, mas a gente ganha também na experiência, na competência do Márcio, na
736 contribuição que ele tem, que é incalculável. O Márcio, realmente, é um cara brilhante, e
737 muito bom mesmo. A gente ficou feliz com essa entrada dele, mas para os trabalhadores foi
738 uma perda. Mas, ainda assim, já conversamos com o Márcio, e a intenção, é do Márcio,
739 indicar o trabalhador que está me substituindo, que é o Ítalo Mazone, para poder estar vindo
740 aqui compor a vaga do conselho municipal e da URCMAS, no meu lugar. O Ítalo também é
741 um cara muito bom. Vocês vão gostar dele. É uma pessoa muito inteligente, é psicólogo
742 também. Conhece a assistência social, trabalha no nível central em Belo Horizonte com a
743 questão do acompanhamento de entidades. Ele é supervisor de entidades e tudo de
744 convênios. Então, é uma pessoa que vai vim para somar com certeza, e para contribuir muito
745 aqui, no conselho estadual, também. Tudo que eu estava fazendo ele vai assumir com
746 certeza. Só a presidência que a gente não conseguiu, mas o restante eu já falei com ele para
747 ele estar na comissão organizadora em Belo Horizonte, aqui no conselho estadual. Era para
748 ele ter vindo hoje, mas como a gente não conseguiu acertar isso, aí, ele não veio. Eu vou
749 passar os contatos. Eu até já passei os contatos dele para a Lúcia, depois eu passo para
750 vocês e, aí, alguma coisa, de repente, já manda tudo como convidado, enquanto ele não
751 toma posse, ok? Beleza? **MARIA:** Obrigado mesmo. É triste despedida, não é gente? Vamos
752 agora para o próximo ponto de pauta, que é a recomposição do GT PCH Fumaça. Com a
753 saída do conselheiro José Henrique – governamental, e do Vinícius que é da sociedade civil.
754 Então, a gente precisa recompor esse GT. **PATRÍCIA:** Eu me candidato enquanto sociedade

755 civil. **MARIA:** Muito bem. A Patrícia. E governamental? **ISABELA:** Pode falar? **MARIA:**
756 Pode. **ISABELA:** A gente até estava discutindo. Não existe a obrigatoriedade de manter a
757 paridade do grupo, e a gente tem uma questão prática que é caber no carro, para fazer a
758 visita. Porque tem o motorista, a técnica Rosa, que vai nos acompanhar, e cabe mais 3
759 pessoas. Está eu e Volney, e, aí, falando em nome do grupo, pela gente, a Patrícia
760 compondo está ótimo. Com certeza vai contribuir muito. **VOZES AO FUNDO** Desculpa gente,
761 então, eu que confundi. Eu achei que não tinha a obrigatoriedade de ter paridade. Eu achei
762 que era o grupo, que não tinha que ter paridade. Então gente, eu falei errado. Peço
763 desculpas aqui. Tem que ter paridade sim. A gente precisa de um representante
764 governamental. **SIMONE:** Eu só queria saber se tem alguma atividade urgente, ou a gente
765 pode... Porque nós estamos precisando compor, de fato, a representação governamental. Eu
766 quero saber se a gente ainda tem um tempo, para gente indicar o representante presidente.
767 **MARIA:** Pelo o que eu entendi, o que vocês estão propondo aqui, sobre a ideia do carro, é
768 quem fôsse na visita agora, e o que eu queria sugerir é que, nesse caso, então a gente deixa
769 a indicação governamental para a próxima plenária, e vocês “tocam” a visita, com o que
770 vocês já estavam planejando e tudo. Depois nós vamos discutir isso. Todos os conselheiros
771 concordam que a Patrícia substitua o Vinícius? Ok? E concordam que o governo substitua o
772 José Henrique na próxima reunião? Substituição aprovada. Agora nós temos o Rodrigo com
773 a relatoria. Viu Rodrigo? Deu tudo certo na parte da manhã. **RODRIGO:** Termo de relatoria.
774 Conselheiro relator Rodrigo. O nome do empreendimento é CGH Santana do Deserto.
775 Empreendedor Mário Dário Werneck. A responsável pela elaboração do PAS é a MLT
776 Engenharia de Projetos Ambientais Ltda. Eles estão aqui atrás no pleno. O município
777 envolvido é Santana do Deserto. O tipo de processo e negociação do PAS é uma central
778 geradora hidrelétrica de Santana do Deserto. A data da entrega é hoje. Analisando o PAS, eu
779 solicitei uma diligência a que eu queria qualificar o meu relato aqui, e enaltecer o trabalho da
780 secretaria executiva, Consolação, e a técnica Rosalice, porque em dado momento da minha
781 análise eu me vi, a gente defende tanto a assistência, e senti muito a falta de algumas
782 amarras da assistência. Fiz a solicitação da retificação e fui contemplado. Então agradeço a
783 secretaria executiva e também o pessoal da MLT, que entendeu que aqui, neste conselho, a
784 convergência nossa existem. As políticas públicas elas são intersetoriais, transversais, mas o
785 carinho também com a assistência é algo que a gente perde. A gente luta, por isso eu falo da
786 proteção social. E vi lá diversas parcerias com EMATER, mas senti muito falta com a
787 parceria com o CRAS. Então, se não tiver o nosso pessoal, também lá na ponta, envolvido,
788 me deixou um pouco perplexo nesse ponto. Quando a gente estuda lá na escola o
789 Aristóteles, na meta física, e eu fiquei espantado. Mas eu fui contemplado já, e agradeço.
790 Essa avaliação do PAS, nessa minha solicitação de diligência, constatou a necessidade de
791 inclusão de alguns pontos como eu falei. Então a parceria do CRAS para a contratação de
792 uma mão-de-obra local, a inclusão das prioridades dos beneficiários da política de
793 assistência social local, dos empregados para a contratação de mão-de-obra, sendo
794 necessário na hora da empreitada. A solicitação, como eu falei, foi acatada e já está incluída
795 no PAS. Na minha fundamentação o empreendimento denominado CGH Santana do Deserto
796 pretende ser implantado em um trecho de Ribeirão Canguiço, na zona rural de Santana do
797 Deserto, e vai gerar 1MW de energia. O PAS vai descrevendo a situação das propriedades,
798 um atingido, Sr. Miguel Arcanjo, ele vai abrigar essa estrutura necessária para instalação do
799 empreendimento. Já a segunda propriedade ela não vai ser atingida diretamente pelo
800 empreendimento, pelas proximidades com o mesmo no trecho vazão lá do rio. As atividades
801 produtivas desenvolvidas no local consistem na pecuária de corte, produção de sementes. A
802 água do ribeirão, de acordo com informações locais, será utilizada para essa, para aceitação
803 do animal, pesca amadora. Não há o uso de água no trecho de vazão reduzida, o que reduz
804 ainda mais e potencializa os impactos sobre propriedade, isso é algo importante, quero
805 deixar aqui claro para vocês. Durante o levantamento socioeconômico, a área de influência
806 direta do empreendimento, não foi constatada a presença de famílias, que sobrevivem nas
807 atividades econômicas desenvolvidas nesse Ribeirão Canguiço. Nos levantamentos
808 socioambientais foram avaliados as condições de vida da população nos aspectos da saúde,

809 educação, produtividade, renda, finanças, saneamento e outros fatores. Isso é importante
810 para a formação dos indicadores que eles apresentaram no PAS, considerando o IDH médio.
811 Consta na minha avaliação que todas as interferências estabelecidas sobre medidas
812 preventivas e de controle, tanto para implantação do posto de atendimento social,
813 composição de equipe de trabalho a fluxo de mão-de-obra, como sua desmobilização após a
814 construção da CGH de Santana do Deserto, vai evitar, assim, danos para a comunidade
815 receptora pela proteção social e demanda dos seus serviços essenciais. A apresentação do
816 monitoramento dos aspectos socioeconômicos é anunciado, que deverá ser entendido como
817 instrumento de controle da capacidade preventiva dos impactos e risco ambientais. O
818 empreendedor poderá avaliar a necessidade de novas investidas caso ocorrer, como forma
819 resgatar e corrigir os problemas socioambientais não prognosticados ou insuficientes
820 mitigados, ou compensados pelas medidas propostas. Também por força da resolução 498
821 de 2014, que nós aprovamos aqui nesse pleno, eles já realizaram audiência pública. Então
822 aquilo, que a gente aprovou em meados de novembro/dezembro, já está acontecendo de
823 fato, lá no território, na ponta. Então a população, mais as autoridades, já foram consultadas
824 sobre essa implantação dessa CGH. E por fim, eu faço exposto cumprir todos os requisitos
825 legais da resolução 498 de 2014, e submeto as informações relatadas nessa
826 contextualização, e, como subsídio, sou favorável a aprovação do PAS dessa CGH, em
827 Santana do Deserto. O meu parecer conclusivo, à vista dessa documentação apresentada
828 pelo relator membro desse CEAS, encaminhado para deferimento desse pleno. Obrigado.

829 **MARIA:** Rosa você quer falar alguma coisa? **ROSA:** Eu queria só falar para plenária, que
830 esse foi o primeiro empreendimento que foi obrigatório audiência pública, e em conversa com
831 o gestor municipal, com a comunidade em si, eles acharam muito interessante, porque, até
832 então, a obrigação de audiência pública era da área ambiental, e nesses 10 anos que eu
833 venho acompanhando essas famílias e populações atingidas por barragem, eles sempre
834 reclamavam que os técnicos da área ambiental falavam de coisas que eles não entendiam,
835 aí quando chegava o assistente social, ou psicólogo, eles começavam a entender um pouco
836 dos direitos deles. A conversa com o pessoal foi muito bom, porque foi a primeira vez que foi
837 obrigatório apresentação pública do plano de assistência social. Quando eu cheguei em uma
838 reunião com o conselho municipal, eles já estavam cientes do plano, eles já estavam
839 sabendo quais que são os direitos. Esse foi o único atingido que não vai ter reassentamento,
840 porque é um trecho só do rio e tem pouca produção, ele falou assim que agora já sabe que
841 tem o conselho, que vai ter um posto, que vai ter um assistente social. Se caso ele tiver
842 algum problema, ele sabe onde vai recorrer. Então eu achei importante falar isso para a
843 plenária, porque foi muito positivo a inclusão, a obrigatoriedade dessa audiência pública em
844 relação ao plano de assistência social, que, pelo menos, nesse primeiro já demonstrou um
845 ponto positivo para essa resolução. **RODRIGO:** Eu só queria complementar no que a
846 Rosalice está falando, e para o empreendedor que está aqui atrás nosso pleno, do fator da
847 nossa rede de atendimento local que existe lá. Como é uma área de interesse social e eles
848 acataram, foi exitosa essa solicitação, e essa visão que eles tiveram de incluir o que, de fato,
849 ocorreu em relação às questões sociais. Elas se façam com a presença das autoridades e
850 das pessoas locais. A referência desse conselho aqui, a política pública lá na ponta que é o
851 CRAS, a secretaria, todos os nossos equipamentos sociais que estão lá, e que continue
852 sendo assim, para que a política pública realmente seja, de fato, algo a beneficiar o usuário.
853 É o que a gente quer e o que a gente vem lutando, e pedindo aqui nesse conselho. É isso.

854 **MARIA:** Algum conselheiro tem algum questionamento? Alguma pergunta? Então vamos
855 encaminhar para votação? Podemos começar? **GEISIANE:** Com o relator. **VOLNEY:** Com o
856 relator. **JÚLIO:** Com o relator. **HERMELLIS:** Com o relator. **SIMONE:** Com o relator. **MARIA:**
857 Com o relator. **PATRÍCIA:** Com o relator. **LÚCIA:** Com o relator. **SHIRLEY:** Com o relator.
858 **MILA:** Com o relator. **ISABEL:** Com o relator. **MARIA:** Então com exceção da Denise, que
859 nesse momento não se encontra na mesa, ficou aprovado pelo consenso de todos os
860 conselheiros. Seguindo para o próximo ponto de pauta. A discussão da possibilidade de
861 gravação das comissões temáticas. A gente até falou sobre isso na nossa plenária passada,
862 e ontem discutiram na reunião da mesa diretora, e a Patrícia vai falar o que teve ontem para

863 nós aqui. Antes de passar a palavra para a Patrícia, eu vou registrar que está aqui conosco a
864 futura conselheira que é a Silvânia, da Secretaria Estadual da Educação, que ainda não foi
865 nomeada, mas está aqui conosco, e logo vai estar aqui sentada à mesa com a gente. Uma
866 salva de palmas para ela. **APLAUSOS - PATRÍCIA:** Bom, a gente está voltando com esse
867 ponto de pauta da possibilidade de gravação das comissões temáticas, porque foi colocado
868 na última plenária, no finalzinho, estava esvaziada. Então, a gente não conseguiu ter uma
869 deliberação específica de como poderia ser feito isso. A discussão foi feita, da questão que a
870 gente não tem uma infraestrutura hoje para que todas as comissões fossem gravadas, e que
871 isso necessitaria um levantamento de custos para ser feito a SEDESE para que a gente
872 possa fazer isso. Ontem a reunião da mesa diretora ela já foi gravada, mas as das
873 comissões ainda não foram gravadas. Então, por isso, a gente resolveu colocar no ponto de
874 pauta, porque precisa de uma decisão também de vocês em relação a esse
875 encaminhamento de custos para a SEDESE, e aí a gente trouxe para discussão. **ISABELA:**
876 A ideia seria a gente encaminhar um ofício para a SEDESE pedindo uma estimativa dos
877 custos, que a gente teria para conseguir fazer a gravação, para gente fazer uma análise junto
878 ao orçamento do CEAS, que, de fato, o custo vai ser dentro do orçamento do CEAS, e aí,
879 para gente poder fazer essa análise e ver se vai ser viável neste momento. **DENISE:** Então a
880 deliberação é para o envio do ofício? **ISABELA:** É. **MARIA:** Quer falar Volney? **VOLNEY:** Eu
881 acho oportuno, a gente ter esse custo, até mesmo, porque, como é que ficou a situação dos
882 conselheiros suplentes? Se serão bancados nas suas vindas ou não? Porque eu acho muito
883 mais interessante, a gente ter a presença dos conselheiros suplentes, do que você ter um
884 custo de uma degravação de ata. Então eu queria que a gente também desse uma pensada
885 nesse aspecto. **MARIA:** Muito bem Volney. São duas coisas distintas, está contrapondo
886 agora. A primeira proposta era fazer avaliação da gravação das reuniões das comissões
887 temáticas, certo? Eu acho que isso não tem problema também a gente avaliar esse
888 processo. O primeiro ponto é o encaminhamento do ofício da avaliação da discussão, que já
889 foi na plenária passada, na reunião da mesa diretora ontem, e que está com essa proposta
890 de avaliar e construir esse processo. Uma coisa é essa discussão. A outra coisa, que o
891 Volney traz, é a gente agilizar o processo de vinda dos conselheiros suplentes, que já é um
892 processo normal, natural deste conselho, ter os conselheiros suplentes participando das
893 reuniões. Então isso já é um processo natural deste conselho. O que ainda este ano não
894 aconteceu, devido o que a gente já sabe e foi traido neste conselho, a discussão da questão
895 do orçamento, mas enfim. **VOZES AO FUNDO** Sim. Na primeira ampliada que foi também
896 para os municípios. Obrigada viu Hermellis. Mas então, só para deixar claro, que são duas
897 coisas distintas. A Simone pediu a fala. **SIMONE:** Primeiro é o seguinte, eu nunca mais vou
898 fazer em reunião da mesa diretora. Isso já decidí. Ontem foi uma exceção. Um assunto
899 desse não precisa vim para o pleno nesse momento, porque o orçamento foi liberado
900 semana passada e, confessadamente, foi apresentado pessoalmente, hoje, pela Lúcia, do
901 COGEMAS, Então não tive nem tempo ainda para me apropriar e lógico, vou com a
902 secretaria executiva, vou fazer o planejamento das ações aqui do conselho, ter condições de
903 responder isso que o Volney colocou. Então peço desculpas, mais pela a minha agenda
904 mesmo. Semana passada foi câmara técnica da CIB, depois a CIB, COGEMAS de manhã,
905 enfim. Claro que eu tenho que dar conta disso tudo, não estou arrumando desculpa não, mas
906 estou pedindo viu presidente? Se a senhora concorda, e os senhores também, que a gente
907 possa, eu vou comprometer a sentar com a secretária executiva aqui do conselho, sentar
908 com a minha equipe lá, e me apropriar do orçamento que foi liberado mesmo na semana
909 passada. Claro, o esforço, primeiro nosso, com a liberação do orçamento, foi pagar o piso
910 mineiro. Sinceramente, francamente para vocês, tudo o que nós fizemos foi no esforço para
911 isso. Então eu acho que na próxima plenária, inclusive na própria comissão de financiamento
912 do conselho, foi eu que coloquei essa necessidade. Para mim é importante todas as duas,
913 tanto de trazer os conselheiros suplentes, quanto de gravar e desgravar as comissões. Eu
914 acho que a gente tem que debruçar sobre o orçamento, para responder essa pergunta. Por
915 isso, eu acho que não sei o porquê, veio aqui como ponto de pauta. Não precisa nem
916 mandar ofício. Isso é uma obrigação minha, da Consola, da Isabela, da gente fazer uma

917 leitura do orçamento. **ISABELA:** Só para tirar uma dúvida. O que veio para ponto de pauta
918 da plenária, porque, geralmente, a gente libera sobre os ofícios que serão encaminhados. A
919 ideia não é de pedir para a SEDESE uma análise do orçamento, seria de pedir esse
920 levantamento dos cursos para gravação e de gravação da reunião de comissões. Pode ser
921 uma falha nossa na hora de conversar. Não sei se o pessoal entendeu igual. **SIMONE:** Eu só
922 quero falar com a conselheira Isabela que para fazer o levantamento, eu como gestora posso
923 só fazer o levantamento e mandar para o conselho. Tenho que fazer o levantamento e
924 averiguar se no orçamento foi planejado, do ano passado para esse ano, a execução dessa
925 questão. É nesse sentido que eu falei. Então eu não vejo, se quiserem mandar ofício para
926 mim gente, vocês podem mandar, mas eu estou falando com vocês que não precisa.
927 **MARIA:** Eu estou dando risada, mas não é por nada não. É, porque é bom, na realidade, a
928 gente tratar as coisas com leveza, por isso que eu estou dando risada. É porque a gente está
929 com a Simone aqui, a gente discutindo que vai mandar ofício para ela, e ela dizendo que
930 vocês não tem a necessidade. Eu estou aqui e assumi esse compromisso. Então, foi só
931 nesse sentido. Quando a Simone coloca a questão dela ter faltado na reunião da mesa
932 diretora, assim, como eu acredito, se eu estivesse, talvez a gente teria trazido esse ponto de
933 pauta, uma vez que a mesa diretora estava em maioria, veio, e a gente poderia ter chegado
934 nesse consenso também Simone, porque eu vejo que a proposta da mesa diretora foi no
935 sentido, justamente, de não exigir uma coisa e, de repente, a gente não ter condição de
936 colocar isso para funcionar nesse momento. Isso foi trazido na plenária justamente pela
937 questão da importância, uma vez que a gente mesmo discutiu aqui, que se a gente
938 questiona-se demais as decisões das comissões temáticas não teria necessidade dela se
939 reunir anteriormente. Lembram disso? Inclusive na plenária passada. Aí a proposta de
940 gravar, uma vez que as decisões tomadas são muito importantes. Então eu vejo aqui, que
941 nós não estamos nos contradizendo, nós estamos é reafirmando a necessidade de se gravar
942 as reuniões das comissões temáticas, e que a SEDESE pelo o que eu sinto está disposta,
943 inclusive de tomar as devidas providências para avaliar quando que, legalmente, a gente
944 pode colocar isso para funcionar. Então eu vejo que a Isabela, a Patrícia, e os demais
945 membros da mesa diretora, também estavam nesse mesmo pensamento seu, só que o ofício
946 veio no sentido de oficializar esse trâmite legal. Imagino que a tentativa era essa, não é?
947 Diante do que Simone colocou da não necessidade de enviar o ofício, não precisa? Todos os
948 conselheiros concordam? **SHIRLEY:** Até uma posição do que a gente discutiu ontem.
949 Discutiu-se, inclusive, se seria interessante trazer os informes do que a mesa faz e das
950 decisões. Foi uma coisa que nós colocamos: quanto mais a comunicação circular e, no caso
951 do ofício, quanto mais ela estiver no papel, mais a gente tem história, e a situação
952 organizada, até porque a gente não vai estar aqui sempre. Tem que ter a situação toda
953 organizada, para que outras pessoas consigam chegar e visualizar. Então, nesse sentido, eu
954 acredito que é interessante sim. Ela já deu o retorno, mas nós sabemos que é a palavra, nós
955 sabemos aqui e, se alguém mais questionar, a gente tem o papel. É nesse sentido. **MARIA:**
956 Então a Simone, pelo o que eu estou sentindo aqui do meu lado, está concordando que a
957 gente encaminhe o ofício. Talvez a gente relatando esse processo da necessidade de se ter,
958 justamente pela importância. É isso Simone? **DENISE:** O registro desse momento vai estar
959 na próxima ata. **JÚLIO:** Meu Deus do céu, para que tanta confusão por causa disso, gente?
960 **VOZES AO FUNDO MARIA:** Júlio você está certo. Uma vez que esse momento é um
961 momento de amadurecimento, e da gente avaliar o que a gente está construindo nesse
962 momento. O que eu estou sentindo é o seguinte: a Simone está aqui colocando abertamente
963 o processo e disposição, junto nesse conselho, que está sendo gravado e relatado em ata,
964 dizendo que não tem a necessidade de mandar esse ofício. A Shirley coloca para mandar,
965 mas como já está gravado, lavrado em ata, este conselho compreende a não necessidade de
966 não enviar o ofício? Vocês concordam de não precisar enviar o ofício? Quem discorda e
967 acha que tem que mandar o ofício se manifeste, por favor. Então vai enviar o ofício.
968 Passando para o próximo ponto pauta, que é sobre os convites de indicação de nomes para
969 a nossas diversas conferências. Os convites já chegaram até nós. **VOZES AO FUNDO**
970 **DESCULPA.** Das URCMAS. São eventos gerais. Desculpa aí gente. É que também estão

971 chegando das conferência, e estamos na mesma situação. Na mesa diretora de ontem, os
972 “meninos” avaliaram sobre esses eventos, inclusive na plenária passada avaliamos juntos
973 que era importante a gente ter a participação de conselheiros, que estivessem próximos nas
974 suas microrregiões, que já estão próximos dos municípios, e que eles possam estar atuando,
975 atendendo esses convites. A Patrícia até brincou comigo, dizendo que os convites estão
976 vindo, muito nominal, à mim. Quero dizer que estou muito tranquila, da gente atender o
977 nosso acordo natural. **VOZES AO FUNDO** A ideia é que se mantém o diálogo e atender os
978 conselheiros, que estão nas regiões como a gente já combinou na plenária passada. Diante
979 dessa discussão eu queria passar para Patrícia, para ela dizer como foi a discussão na
980 reunião da mesa diretora. **PATRÍCIA:** Na verdade, esse da URCMAS, está convidando para
981 reunião para falar sobre as conferências. Como a gente vai discutir essa pauta hoje à tarde
982 por isso a gente resolver trazer isso, porque é uma organização, é um enfoque de
983 orientação, de como vai ser a conferência. A gente ainda está fazendo o documento, por isso
984 a gente trouxe aqui hoje, e se estivesse alguém próximo, também, de São João Del Rei, que
985 também se candidata-se para a gente poder estar atendendo esse ponto, porque a gente vai
986 estar discutindo a questão da conferência hoje à tarde, apesar do documento a gente ter
987 discutido via e-mail. **MARIA:** Como nós estamos com várias agendas aqui de eventos
988 marcados, e considerando, inclusive, o que a Patrícia colocou, eu até queria ver com a
989 Simone, e os demais conselheiros, se a gente já possa ver aqui e que eu acharia
990 interessante já para essas agendas, que já estão colocadas, algum conselheiro que tenha
991 disponibilidade de participar. **DENISE:** Vai falar desses aqui especificamente? **MARIA:** Sim.
992 Só esse aí. No caso do dia 29/05... **VOZES AO FUNDO - DENISE:** No caso da URCMAS
993 aqui já é 29. 29 é a outra semana já. O nosso documento de orientação vai passar aqui hoje,
994 e deve sair já na próxima semana. Talvez isso, fazer essa análise. Como eles estão nos
995 chamando para esclarecer procedimento para as conferências, um documento oficial está
996 saindo no início da próxima semana. Será que é o caso de ir presencialmente? Entendeu?
997 Só para gente eliminando algumas agendas, se não a gente, também, não vai dar conta,
998 porque aqui ainda não é conferência, é uma reunião, para explicar como é que vão ser as
999 conferências. É nesse sentido que eu estou chamando a atenção, porque se não, daqui a
1000 pouco, a gente não dá conta também. **CONSOLAÇÃO:** Como se trata de URCMAS e a
1001 gente fala desse apoio, eu acho que a gente tinha que aproveitar essa oportunidade, porque
1002 é uma URCMA que está funcionando. A gente tem 9 no universo a gente está tentando
1003 fomentar, então eu acho importante o conselho estar nessa reunião, levando essa
1004 informação, até falando dessa importância, porque eu acho que é isso que eles também
1005 sentem falta. **MARIA:** No caso desse, do dia 29, é uma pauta, Denise, muito específica da
1006 área nossa, os outros são mais convites mesmo, formalidades, que eu acho que leva em
1007 consideração o que você disse. **VOLNEY:** Eu coloco o meu nome à disposição para essa
1008 URCMAS de São João Del Rei, desde que esse documento seja construído junto com essa
1009 secretaria executiva aqui. **DENISE:** O documento da comissão organizadora. **VOLNEY:**
1010 Então eu me disponho a ir. **HERMELLIS:** Só lembrando, que é na cidade de São Brás do
1011 Suaçuí. **VOLNEY:** Sim, é até mais perto para mim, porque está pertinho de Entre Rios de
1012 Minas. **SHIRLEY:** Só lembrar que esse documento, que vai ser apresentado hoje, ele é uma
1013 orientação geral. Ele não é específico de conferência. **DENISE:** Não. Ele é de conferência.
1014 **SHIRLEY:** Não gente, as orientações gerais. Você lembra das orientações, que a gente
1015 discutiu na última? **DENISE:** Só para esclarecer, você estava falando do documento da
1016 comissão de políticas. **SHIRLEY:** Sim. **DENISE:** Não! Nós estamos falando do documento da
1017 comissão organizadora da conferência, que vai dá norte para as conferências municipais.
1018 **SHIRLEY:** Então tem outro documento que também vai ser falado à tarde? **DENISE:** Sim. A
1019 comissão organizadora vai apresentar o resultado do seu trabalho, da primeira reunião, na
1020 verdade. **MARIA:** Diante disso, nós temos o Volney, que se dispôs para o dia 29/05. Tem
1021 mais algum? Já está resolvido? Eu queria ver se tinha mais algum conselheiro, que tem
1022 interesse para gente ver. Não precisa não, né? Nas demais datas, considerando o que a
1023 Denise colocou, a gente poderia deixar livre. De repente manda por e-mail. Se alguém tem
1024 disponibilidade... **HERMELLIS:** Veio para cá essa do dia 19/06, para compor a mesa de

1025 abertura desse 1º Encontro Mineiro de Assistência Sociais de Doença Falciforme. Então veio
1026 para cá só para? Patrícia, por favor. **PATRÍCIA:** Hermellis, depois da mesa diretora, a gente
1027 estava conversando com a Consolação, porque, na verdade, não é para fazer uma palestra
1028 igual a gente tinha discutido, porque se fosse palestra mesmo, a gente não teria uma
1029 competência clara para dar essa palestra. É só para estar lá como representante na mesa de
1030 abertura. **DENISE:** Eu queria só fazer um esclarecimento. A Simone me perguntou, e
1031 confesso que também me causou uma surpresa, quando eu vi. O 1º Encontro Mineiro de
1032 Assistência Sociais dá a ideia de um encontro estadual de assistência social. Eu tomei
1033 conhecimento como representado de CRESS aqui. Esse convite ainda não chegou para o
1034 CRESS, ainda é porque eu não sei se vai chegar. Esse encontro não é um encontro mineiro
1035 de assistência sociais organizado, encontro de categoria. Até peguei o convite para ler. É um
1036 encontro específico dos colegas, que trabalham na linha da saúde com anemia falciforme,
1037 me parece aqui. É essa a linha, mas o título é um título maior, me pareceu, do que o evento.
1038 Então, não é um evento de categoria organizado pelo Conselho Regional de Serviço Social.
1039 A gente não tem conhecimento. Como o título ficou grande, eu achei importante dar esse
1040 esclarecimento. O CRESS, ainda até ontem, como a gente está muito corrido por causa
1041 daquelas comemorações do dia do assistente social, e essa semana foram muitos eventos, a
1042 gente não teve uma reunião específica. Pode ser que o convite tenha chegado, mas a gente
1043 não tem o conhecimento desse evento. **PATRÍCIA:** Na verdade, esse encontro gerou até
1044 uma discussão na mesa diretora. Porque que veio para o CEAS, uma vez que era uma
1045 questão de saúde? Assistente social trabalhando na área da saúde. Mas o que a gente
1046 entendeu na explicação, é que eles também querem uma interlocução com o CRAS, então
1047 que a gente também não poderia se furtar, uma vez que eles também estão querendo fazer
1048 uma integração com a política de assistência social, e é também só na mesa de abertura.
1049 **MARIA:** Pessoal para encaminhar, afinal são agendas que a gente poderia, eu acho.
1050 Desculpa. **JÚLIO:** A questão aqui de contagem, a data para mim é impossível, está muito em
1051 cima, também, dia 20/05 então não tem. **MARIA:** Vamos encaminhar o seguinte. Como eu
1052 tinha proposto ontem, ficou acertado que o dia 29 o Volney vai. Já decidimos isso. As demais
1053 datas, a gente avalia aqui com a secretaria executiva, o quê que a gente pode estar fazendo
1054 para cumprir essas agendas, e as demais a gente socializa por e-mail, e ver quem tem
1055 disponibilidade, pode ser? Até porque discutir caso a caso aqui, não vai resolver o problema.
1056 Podemos encaminhar assim? **JÚLIO:** Só, presidente, que, se não decidir aqui hoje, algumas
1057 não têm nem como ter diária. **PATRÍCIA:** Eu sugiro que, esse da LBA e esse da doença
1058 falciforme, a gente manda falando da impossibilidade de estar indo, agradecendo o convite.
1059 E em relação à questão da orientação do CEBAS, aí, teria que ser uma pessoa que tem um
1060 conhecimento em relação ao CEBAS. Eu sei que tem uma cartilha bem explicativa sobre o
1061 CEBAS, que eu não sei se foi o conselho que encaminhou? **JÚLIO:** Não, foi o MDS
1062 **PATRÍCIA:** Foi o MDS. Que ela está bem clara, mas eles querem uma palestra. **MARIA:** Eu
1063 reafirmo, novamente, o meu encaminhamento, principalmente, nesse caso aqui do dia 20. Se
1064 é específico sobre isso, se é uma palestra que eles querem, a gente precisa, inclusive a
1065 secretaria executiva, avaliar, de fato, que pode nos representar nesse espaço. Portanto para
1066 essa e as demais que ficaram sem, e que é convite, a gente agradece. No caso aqui da
1067 questão do Encontro Mineiro de Assistência Social, e, sobre a questão, sobre a anemia
1068 falciforme, eu, particularmente, teria um grande interesse, porque está dialogando
1069 diretamente com o foco daquilo que a gente vive, porque quem mais morre de anemia
1070 falciforme hoje no mundo? A raça negra. A anemia falciforme é uma anemia de “preto”, é
1071 uma doença de “preto”. Na grande maioria, no mundo, os “pretos” morrem de falciforme,
1072 sabe por quê? Porque não há diagnóstico muitas das vezes, que consegue avaliar que as
1073 pessoas estão com essa doença. É muito difícil diagnosticar essa doença, e a maioria dos
1074 municípios, principalmente no interior, não tem nenhuma condição de identificação dessa
1075 doença. A maioria das pessoas morrem, inventam qualquer outra doença, mas, no fundo, é
1076 doença falciforme. Eu poderia até ir, mas acho que não precisa a gente, gastar tanto tempo
1077 para discutir isso aqui. A gente avalia isso na secretaria executiva, e a gente socializa. A
1078 gente tem feito isso com tantos outros assuntos, pode ser? Então muito bem. **PATRÍCIA:** O

1079 próximo ponto de pauta que seria a apresentação da lei 13.019 do marco regulatório. A gente
1080 teve uma discussão, porque os municípios já estão pedindo informação a respeito dessa lei.
1081 A gente teve uma informação, que foi o jurídico da SEDESE fez uma apresentação na CIB,
1082 que foi muito positivo. Então, o que a gente está colocando aqui, é convidar o jurídico, para
1083 que faça essa apresentação, também, dessa lei para gente, para gente ter uma
1084 compreensão maior, mesmo que ela não tenha regulamentada. Eu gostaria de saber se
1085 vocês concordam que, na próxima plenária, a gente tenha o jurídico da SEDESE, fazendo a
1086 apresentação dessa legislação. **MARIA:** Lúcia, por favor. **LÚCIA:** O Hermellis fez uma
1087 referência que a CIT está discutindo, deliberando, sobre algumas contribuições para o
1088 decreto, que não foi publicado ainda. Se for oportuno, se der tempo, então que essa
1089 apresentação da SEDESE já incorpore, não é? Se tivesse deliberado pela CIT o decreto,
1090 porque a gente está realmente com a “corda no pescoço”. A data é 27 de julho. **SIMONE:**
1091 Gente, deixa eu só explicar direito. Primeiro, o decreto é federal. Segundo a CIT - Comissão
1092 Intergestora Tripartite, tem uma, a câmara técnica que o FONSEAS compõe, e nos
1093 representantes do FONSEAS tem a Dra. Carla, que é assessora jurídica da SEDESE, por
1094 isso que nós convidamos a assessoria jurídica, que também veio ao conselho na reunião de
1095 comissão. A mesma coisa que ela fez aqui, ela fez nada CIT, a diferença foi que está
1096 circulando uma proposta de decreto feita pelo governo federal que agora, inclusive, já foi
1097 colocado em consulta pública. Então todo mundo vai poder contribuir, e essa consulta
1098 pública do decreto de lei de fomento e de colaboração está aqui assim, a secretaria geral da
1099 presidência da república convida os interessados a contribuir com a minuta de decreto
1100 federal de regulamentação da lei de fomento de colaboração, lei 13.019 de 2014, sancionada
1101 no dia 11 de junho de 2014, que trouxe novos princípios e regras para as relações de
1102 parceria de fomento, de colaboração entre o poder público e a organização da sociedade civil
1103 no Brasil. Para participar os interessados poderão acessar a minuta disponível no site
1104 www.participa.br/osc. O prazo para colaboração é pequeno gente, vai de 08 a 24 de maio de
1105 2015. Todos os cidadãos, gestores ou membros de organizações de sociedade civil, podem
1106 colaborar. A lei entrará em vigor no dia 27 de julho de 2015 e será feita por meio de uma
1107 edição de um decreto, que trata o detalhamento necessário das posições legais, que,
1108 expressamente, delega ao regulamento a sua forma ou aquelas que merecem tratamento
1109 jurídico específico. Então está aqui o site. Falei com a Consola para gente divulgar, ver se a
1110 gente coloca no boletim. Nós vamos ter um boletim só do SUAS. Ele está sendo lançado
1111 hoje, e todos os senhores e senhoras vão receber. A ideia do boletim do SUAS é a gente,
1112 exatamente, divulgar pauta para todos os conselhos, gestores, trabalhadores das
1113 informações do SUAS no Estado. Então nós vamos colocar, vamos colocar também o link,
1114 para que todos possam colaborar e contribuir com o projeto de lei. E também, a Dr. Karla
1115 esteve na nossa câmara técnica ontem da CIT, e vai ter, também, no dia 19. Eu estava até
1116 falando que eu acho que, com certeza, até o final dessa semana agora, nós vamos ter coisas
1117 mais concretas com relação a legislação. O que os gestores da assistência social estão
1118 discutindo é o que? Como eu disse já para vocês, nós estamos batalhando para construir
1119 essa excepcionalidade para as ofertas da assistência social, para que a gente não tenha que
1120 fazer chamamento público para 17 mil entidades no Brasil, 4.300 em Minas Gerais. Esse é o
1121 nosso esforço. Para que as ofertas da assistência social sejam consideradas como ofertas
1122 continuadas. Isso também está sendo discutido pelo FONSEAS, pelo Dep. Eduardo Barbosa
1123 - eu sei que ele entrou com uma proposta, e todo o nosso esforço é para isso. Nenhum de
1124 nós está dizendo, que nós não devemos fazer chamamento para frente. O problema é fazer
1125 chamamento para entidades que estão conveniadas a assistência social brasileira desde
1126 1945. Grande parte delas não é? Então, o nosso esforço tem sido esse de criarmos
1127 entendimentos. Que excepcionalidade. Eu acho que nós vamos conseguir. Informar que eu e
1128 o superintendente Ronaldo tivemos uma reunião na Assembleia Legislativa segunda-feira,
1129 com a equipe da Assembleia e o Tribunal de Contas do Estado. Nós estamos discutindo a
1130 situação do Estado de Minas Gerais, da SEDESE enquanto secretaria, e também, lógico,
1131 que nós não vamos lá discutir só a questão do governo do Estado, vamos discutir a situação
1132 dos municípios também. Estamos discutindo. Está sendo discutido como que vai ser feito

1133 com as emendas parlamentares, qual que vai ser o encaminhamento a ser dado com as
1134 emendas parlamentares, que elas também terão consequências por causa da nova
1135 legislação. Estamos discutindo, também, que orientação nós poderemos dar para as
1136 entidades e para os municípios mineiros. Na nossa reunião foi apresentado o estudo que a
1137 Assembleia Legislativa fez das consequências da lei no Estado, e nós apresentamos para
1138 Assembleia Legislativa a quantidade de entidades que tem em Minas, e o problema enorme
1139 que é para o SUAS em Minas Gerais, se nós estivermos que fazer chamamento público para
1140 a nossa rede histórica aqui em Minas Gerais. Então, nós estamos atentos ao debate e todas
1141 as novidades nós iremos trazer aqui para o conselho. Agora eu acho extremamente
1142 pertinente, que a gente coloque como ponto de pauta, para a próxima reunião do conselho,
1143 que convide a nossa assessoria jurídica da SEDESE, e que a gente convide também a
1144 Assembleia Legislativa, para também discutirmos aqui no conselho. A ideia é que a gente
1145 tem uma estratégia de divulgação e a questão que mais me preocupa neste momento é
1146 porque a única forma concreta da gente argumentar nossa rede em Minas Gerais é fazer
1147 entidades preencherem o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social, que está
1148 muito baixo em Minas Gerais. Essa é a minha grande preocupação. Se tem uma coisa que a
1149 gente pode fazer nesse momento, é encarecer aos gestores e às entidades que preencham
1150 o CNEAS, que é a única forma da gente dar visibilidade pública, de que as entidades de
1151 assistência social em Minas, aonde elas estão e qual que é o número delas. Então essas são
1152 as informações, que eu tenho para dar aqui no conselho. **LÚCIA:** Simone nesse contato tem
1153 um aspecto que eu acho que, além de considerar série histórica, a gente ainda tem uma
1154 especificidade sobre tudo no segmento do idoso e das APAES, que é a adequação do
1155 equipamento físico. Eles são de propriedades. Os Vicentinos que tem uma rede muito grande
1156 de atenção ao idoso da alta complexidade, os equipamentos são de propriedades dos
1157 Vicentinos, entendeu? Na minha cidade eu tenho 4 unidades de atendimento de alta
1158 complexidade do idoso, todos são de propriedades da entidades. Como é que eu vou fazer
1159 chamamento? Não tem como. Não existe outro equipamento a não ser aquele para prestar o
1160 serviço. Então eu acho que a gente poderia além de focar na questão da série histórica, essa
1161 outra especificidade que também é histórico, ao longo do tempo essas instituições que são
1162 voltadas para esse segmento, elas construíram os seus equipamentos, que são específicos e
1163 adequados para aquele segmento. Uma última questão, que eu acho que a gente tem que
1164 ainda ver Simone, é que o sistema do governo federal ainda está dando problema, talvez um
1165 pouco da dificuldade para crescer. O sistema do CNEAS ainda está oferecendo problema.
1166 Eu posso falar com tranquilidade, porque os profissionais que estão fazendo esse serviço,
1167 eles tem mantido um contato continuado com Brasília, e ainda estão tendo algumas
1168 dificuldades, que estão sendo trabalhadas. Mas só para deixar o registro de que talvez não
1169 seja só o esforço das instituições e dos municípios. **JÚLIO:** Quanto a fala da Lúcia. Ela falou
1170 que não poderia estar fazendo chamamento tendo em vista que é para os Vicentinos, no
1171 caso do exemplo que ela citou, mas o quê que impede? A LOAS está falando uma coisa
1172 nesse sentido do não chamamento das entidades, eu não entendi. **LÚCIA:** Esclareço. O
1173 idoso na alta complexidade é o antigo asilo, abrigo que hoje a gente chama de LPI, certo? A
1174 instalação para você atender esses idosos, são de propriedades dos Vicentinos, entendeu?
1175 O serviço, a instalação física. Se eu fizer um chamamento público para repassar recurso, ou
1176 outra entidade ganhar, os Vicentinos vão ter lugar entendeu? **MARIA:** Você quer falar
1177 Simone? E aí gente, encaminha tá gente? **SIMONE:** Eu só quero explicar melhor, porque eu
1178 acho que não expliquei. São, tem série histórica, as ofertas que são continuadas, senão não
1179 seria. Tem uma tese sendo reafirmada, essa tese do SUAS, vamos dizer assim. Nós
1180 estamos reafirmando, arrumando argumentos, um deles é o que? Como as ofertas são
1181 continuadas, a série é histórica mesmo, e, além disso, como as pessoas moram, a moradia é
1182 temporária, ela foi adequada para aquele idoso. Esse é mais um argumento da nossa tese,
1183 vamos dizer assim, principalmente para as ofertas de alta complexidade. Depois eu posso
1184 até socializar com os conselheiros, o que é importante. Nós temos vários pareceres jurídicos,
1185 nós estamos reafirmando, usando bem pleonástico, nós estamos reafirmando de novo a tese
1186 das ofertas continuadas. Falando nisso, vocês viram aí o informe de que o SUAS está

1187 concorrendo a um prêmio. Esse é um informe que eu passo para Consola para ele dar para
1188 nós. **PATRÍCIA:** É só para gente fechar esse assunto aqui mesmo, até com as contribuições
1189 que você trouxe em relação à discussão da legislação Simone, se ainda é viável a gente
1190 trazer essa pessoa do jurídico até para nos colocar essas novas vertentes. Então, pode
1191 encaminhar ? **JÚLIO:** Lógico. Aprovado. **MARIA:** Então vamos passar para o próximo ponto
1192 de pauta, considerando então que vocês concordaram com a Patrícia. Então, nós vamos
1193 para o próximo ponto de pauta. Eu queria fazer uma proposta: a gente tem uma parte da
1194 conferência que é o texto para os conselhos municipais, para se discutir agora de manhã, e
1195 nós temos, na parte da tarde, apresentação da minuta de resolução. A sugestão é que a
1196 gente deixe as duas coisas para depois do almoço e suba uma comissão para agora, pode
1197 ser? A gente começa pela comissão de orçamento e financiamento, que é a primeira que
1198 está para a parte da tarde. Enquanto as meninas se organizam ali. A gente também tem aqui
1199 conosco o Ronaldo, que vai vim para este conselho representando a SEDESE. Então vai ser
1200 mais um conselheiro junto com a gente. Uma salva de palmas para ele. **APLAUSOS** É
1201 superintendência da assistência social? **DENISE:** O Ronaldo que ela estava citando toda
1202 hora, era ele. **MARIA:** Agora que eu liguei. **ISABELA:** A comissão de orçamento reuniu
1203 ontem com a Lúcia, eu, o Júlio e a Milla. Teve somente uma ausência. A gente discutiu como
1204 ponto de pauta o orçamento que foi aprovado em 2015 para o FEAS, o Fundo Estadual, e fez
1205 uma comparação entre a proposta que a gente tinha elaborado e deliberado sobre o CEAS, e
1206 o que de fato foi aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A gente analisou
1207 para isso o QDD, que é o Quadro de Detalhamento de Despesas. Essa proposta que a gente
1208 tinha aprovado inicialmente, e o programa de trabalho que foi de fato aprovado para o
1209 exercício de 2015. A gente trouxe o quadro comparativo para apresentar mesmo e para
1210 conhecimento de todos conselheiros do orçamento de 2015. A primeira ação é do
1211 cofinanciamento do Piso Mineiro de Assistência Social. A gente tinha discutido aqui um
1212 orçamento de R\$ 58.160.515,00, que foi aprovado. Na proposta enviada pela **SEPLAG**. Está
1213 errado aqui, Nilce. A proposta enviada pela SEPLAG não foi de 58 não, foi de 45, mas eu
1214 acho que aqui ficou digitado errado. Foi de R\$ 45.000.000,00, então tinha tido uma redução,
1215 que até a gente já tinha conversado sobre isso aqui na redução do orçamento do piso
1216 mineiro. Na proposta, que tinha passado, houve um corte de 30%, e a gente teve a notícia
1217 feliz que o orçamento foi aprovado para mais, na verdade no valor de R\$. 58.255.024,00.
1218 Graças a uma emenda parlamentar da comissão está tudo igual e tem problema porque, na
1219 verdade, perde um pouco o objetivo, que é fazer a comparação. Eu acho que a gente poderia
1220 passar para a outra comissão. **MARIA:** A próxima é política. **CONSOLAÇÃO:** Enquanto põe
1221 a política ali. **DENISE:** A de política precisa de deliberação. Normas parece que tem uma
1222 pauta menor. **MARIA:** Vamos então para as normas. A ideia é que seja normas gente, e
1223 antes que os “meninos” organizam, a Consolação quer falar. **CONSOLAÇÃO:** É só dar o
1224 recado, que a Simone falou. OSUAS é uma das iniciativas brasileiras indicadas para o
1225 prêmio Open. Não sei falar isso não. Como é que chama o prêmio aqui? **PATRÍCIA:** Open
1226 Government Partnership. **CONSOLAÇÃO:** Uma premiação internacional de iniciativa de
1227 governos em aberto e participação popular. O tema desse ano é melhoria dos serviços
1228 públicos por meio do governo aberto. A votação vai até 24 de maio e o link é
1229 <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2015conheca/i/escolha/a/iniciativa/indicada/aopremio/ogp> Eu vou passar isso por e-mail para vocês, tá gente? E aí está sendo passado, e
1231 quem tiver a questão do celular seria interessante passar para todo mundo, deixar na
1232 secretaria executiva para gente também, se vocês autorizarem, porque vocês vão divulgando
1233 para votar rapidinho. Eu já votei e pode votar outras vezes. **PATRÍCIA:** Na verdade todo
1234 mundo já recebeu isso pelo jornalzinho da SEDESE e está no link. Aí você já visualiza. O
1235 CEAS já reencaminhou esse... **VOZES AO FUNDO** A gente recebe pelo CEAS. **MARIA:** É
1236 que são tantos ultimamente. **DENISE:** Não lembro de ter visto. **MARIA:** Vamos gente, para
1237 normas? **RODRIGO:** O tema 1. O conselho municipal Nova Lima nós nos reunimos com ele
1238 ontem às 14 horas aqui no conselho estadual. Fazendo o rememorando aqui a gente
1239 aprovou na última plenária a participação do conselho municipal de Nova Lima reunindo com
1240 a comissão de normas e eles tinham uma dúvida lá sobre a identificação e classificação de

1241 ofertas, programas e projetos socioassistenciais, trouxeram essa demanda aqui para a
1242 comissão de normas, já informando aqui o atendimento. Sobre o atendimento vale destacar
1243 que durante a fala dos representantes percebeu que havia uma confusão de papéis dos
1244 gestores do conselho em relação aos programas e projetos ofertados a rede
1245 socioassistencial. Foi orientado ao conselho que o seu papel é escrever entidades,
1246 programas e projetos normatizados, disciplinar, acompanhar e fiscalizar a execução dos
1247 serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social prestado pela rede
1248 socioassistencial, cabendo ao gestor apresentar ao conselho como serão os programas no
1249 âmbito municipal, para sim ser deliberado no CMAS. No final houve a compreensão do
1250 conselho municipal de Nova Lima na necessidade da discussão conjunta o conselho e o
1251 gestor, sobre a possibilidade de uma legislação que regule sobre os programas e projetos
1252 nesse âmbito municipal de uma forma mais geral ou de uma orientação das entidades
1253 baseadas nas normativas federais. Foi dado uma tratativa de orientação técnica para esse
1254 ponto. Ponto 2. O tema é rever a resolução 318/2010 que dispõe sobre processo de análise
1255 dos procedimentos relativo aos Planos de Assistência Social para as populações de áreas
1256 inundadas por reservatórios PAS/Barragem. A avaliação técnica conforme consta do
1257 planejamento da comissão de normas para 2015, a gente apresentou esse planejamento
1258 aqui e a revisão dessa resolução 318/2010 considerando a urgência de sua adaptação a
1259 nova resolução 498/2014. Foi encaminhada aos conselheiros da comissão a minuta com
1260 sugestão de alterações e solicitando que o retorno à secretaria executiva ocorra até o dia
1261 08 de maio, porém houve apenas um retorno do conselheiro Rodrigo. A comissão sugere
1262 encaminhar para todos os conselheiros para avaliação e sugestão de alteração e inclusão a
1263 minuta de resolução com prazo de retorno a secretaria executiva até 08 de junho, para que
1264 as sugestões sejam avaliadas e apresentadas na plenária no mês de junho. Só dando uma
1265 esclarecida, nós também fizemos isso aqui com a resolução 317, ano passado, que gerou a
1266 498. A proposta da comissão é que seja trabalhado por todos os outros conselheiros a
1267 possibilidade de sugestões e outras compreensões, que virem para aprimorar a resolução. O
1268 ponto 3 também é rever a resolução nº 362/2011 que dispõe sobre os procedimentos
1269 aplicáveis no processo de análise dos recursos em relação a inscrição de entidades
1270 recebidas no conselho estadual de assistência social, aquele assunto nosso que a gente já
1271 comentou sobre instância recursal. A avaliação técnica é conforme consta no planejamento
1272 da comissão de normas de 2015 apresentado aqui avaliar e considerar o disposto da LOAS,
1273 artigo 9 parágrafo 4 e a resolução do CNAS nº 14/2014, artigo 11 parágrafo único e outras
1274 resoluções que dispõe do assunto. Foi encaminhado para os conselheiros da comissão a
1275 resolução e solicitado um retorno que ocorre-se até o dia 08 de maio. A data do recebimento
1276 do documento foi 18 de março de 2015. O encaminhamento gerado para votação em
1277 plenária é solicitar ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e CNAS o
1278 parecer da consultoria jurídica do MDS o parecer nº 98 de 2012 que apresenta atendimento
1279 sobre a instância de recuso que consta na orientação técnica e conjunta do MDS/CNAS e os
1280 comentários das resolução nº 14 de 2014. Outro encaminhamento é encaminhar para todos
1281 os conselheiros a resolução 362 de 2011e o parecer do MDS para estudo. Outro
1282 encaminhamento é debate conjunto com as comissões no dia da reunião do mês de junho
1283 sobre a instância de recurso e sobre a resolução 362/2011 do CEAS. A palavra está
1284 franquada. É isso. **MARIA:** Muito bem. A palavra está franquada. Alguém quer tirar dúvida?
1285 Rosa? **DENISE:** A proposta de debate conjunto é na reunião de comissões? Então todas as
1286 comissões serão convocadas em um único horário para esse debate? É bom a gente saber
1287 antes porque as comissões também estão com as pautas bem puxadas. É bom fazer uma
1288 convocação antes. **RODRIGO:** É ideia é essa mesmo Denise. A gente está tratando com a
1289 cautela que merece o assunto, porque levando em consideração as especificidades dos 853
1290 municípios sendo tratado todo o assunto de situação recursal no município, então tudo bem,
1291 ele que vai fazer, mas na dúvida a entidade ela vai recorrer ao Ministério Público, vai
1292 judicializar. Então é uma tratativa com bastante cuidado, cautela e carinho com os
1293 municípios, levando em consideração toda participação social que a gente está querendo
1294 que chegue mais lá na ponta, assim de manchar, olha está ai, o problema é de vocês, vocês

1295 se virem por ai e se não resolver joga na conta do Ministério Público ou da justiça que eles
1296 resolvem. Eu realmente não queria isso. Mas, se existir uma outra proposta, para gente não
1297 sobrecarregar as outras comissões, a gente está aberto. Obrigado. **MARIA:** Compreendido
1298 Denise? Alguém tem algo a questionar? Todos os conselheiros concordam com as análises
1299 e os encaminhamento trazidos pela comissão de normas? Então, aprovado por unanimidade.
1300 Diante disso, já são 12:01. Hoje nós falamos e o costume é 1 hora de almoço, não é? Então,
1301 a gente volta às 13 horas, pode ser? Muito bem. Bom, almoço para nós. Vamos voltar aos
1302 nossos trabalhos. Antes da gente entrar no nosso ponto de pauta da nossa reunião, a
1303 Consolação fez uma proposta da gente em vez de discutir o texto, que será encaminhado
1304 para os conselhos municipais, a gente discutir o regulamento primeiro, pode ser? Ótimo.
1305 Antes da gente começar a discutir o regulamento, eu queria lembrar, era para ter feito isso no
1306 início e no início eu até estava pensando e acabei não fazendo, era trazer aqui no conselho o
1307 sentimento de tristeza do que aconteceu com o nosso prefeito lá no nosso município,
1308 inclusive agradecer o Volney de ter socializado com todo mundo a notícia do que aconteceu.
1309 Ele ainda continua no hospital, já fez duas cirurgia e, nesse momento, ele está internado aqui
1310 no João XXIII. Ontem pela primeira vez ele abriu o olho, se mexeu e a gente acredita que ele
1311 vai superar essa. Ele é um prefeito que é de uma das comunidades quilombolas. Lá em Ouro
1312 Verde nós temos 5 comunidades quilombolas e ele é nascido e criado no quilombo Carneiro,
1313 inclusive lá, onde aconteceu o atentado com ele, que foi na terra do pai dele. Estava toda a
1314 família dele junta, mas, enfim. Hoje até a polícia federal já está trabalhando no caso. Estou
1315 trazendo isso aqui até porque a gente fala tanto de lutar por direito, por defender a dignidade
1316 das pessoas, o protagonismo e a gente ver que às vezes isso custa tão caro mesmo estando
1317 na sociedade, que a gente considera sociedade tão moderna como é a que a gente vive
1318 hoje. A polícia, inclusive, já divulgou alguns dados de pistas, está praticamente provado que
1319 foi perseguição política, e isso é muito doloroso. Se fosse por um outro motivo, a gente até
1320 ficava mais tranquilo, mas saber que foi por conta de perseguição política é dolorosa. Mas,
1321 enfim, então vamos “tocando”. Vamos discutir agora o regulamento, e eu vou pedir aqui.
1322 Você quer falar alguma coisa antes Simone? Eu vou passar para a Consolação fazer a
1323 leitura para gente, e a gente tem a oportunidade, nesse momento, de fazer as mudanças que
1324 a gente achar necessária, para gente fechar e já encaminhar para os municípios. **VOLNEY:**
1325 Vamos para os destaques então, e depois voltamos? **MARIA:** Pode ser? **VOLNEY:** Ok.
1326 **CONSOLAÇÃO:** A gente vai projetar. Eu imprimir poucas cópias, tá gente? Se for o caso um
1327 ler também com o outro, não deu para todo mundo. E, também, da proposta de regulamento
1328 eu imprimir só o texto. Os anexos não porque dariam 34 folhas, então foi só o texto. A
1329 proposta de regulamento. Dispõe sobre o regulamento da 11ª conferência estadual, das pré-
1330 conferências regionais e das conferências municipais de assistência social. **VOLNEY:**
1331 Destaque. **CONSOLAÇÃO:** A Patrícia vai anotar os destaques e quem que fez. O conselho
1332 estadual de assistência no uso das atribuições conferidas pela lei no 12.232, de 96, e
1333 considerando a deliberação de suas 200 plenárias ordinárias ocorrida em 15 de maio de
1334 2015, resolve: Art.1º: Aprovar o regulamento da 11ª Conferência Estadual de Assistência
1335 Social de Minas Gerais disposto nessa resolução. Cap. 1º da atribuição da realização do
1336 temário. Art. 2º: As conferências de assistência social a serem realizadas nos municípios e
1337 no Estado de Minas Gerais, no ano de 2015, tem a atribuição de avaliar a situação da
1338 assistência social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social/SUAS, e propor
1339 novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento. Aí tem que renumerar depois, tá gente? Tem
1340 erro ai e a gente já viu. Art. 2º: A 11ª Conferência Estadual de Assistência Social foi
1341 convocada pela resolução conjunta da Secretaria de Estado e Desenvolvimento
1342 Social/SEDESE e do Conselho Estadual de Assistência Social/CEAS nº 019-15, publicada no
1343 Diário Oficial do Estado de dia 20 de março de 2015, que ocorrerá nos dias 26, 27, 28 e 29
1344 de outubro de 2015, no Minascentro, Avenida Augusto de Lima nº 785, no centro de Belo
1345 Horizonte, Minas Gerais. **VOLNEY:** Destaque. **CONSOLAÇÃO:** A 11ª Conferência Estadual
1346 de Assistência Social terá como tema geral: Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026.
1347 Parágrafo único: O lema da 11ª conferência é o Pacto Republicano no SUAS rumo à 2026, o
1348 SUAS que temos e o SUAS que queremos. Art. 4º: A 11ª Conferência Estadual de

1349 Assistência Social será coordenada pela presidente e pela vice-presidente do Conselho
1350 Estadual de Assistência Social. Parágrafo único: Para a organização e o desenvolvimento de
1351 suas atividades a 11ª Conferência Estadual de Assistência Social contará com uma comissão
1352 organizadora, instituída pela resolução do CEAS nº 510/2015. Art. 5ª: A 11ª Conferência
1353 Estadual de Assistência Social será procedida de 15 pré-conferências regionais e essas
1354 pelas conferências municipais **RONALDO:** Destaque **CONSOLAÇÃO:** Parágrafo único:
1355 Todos os municípios de Minas Gerais deverão participar das pré-conferências regionais. Art.
1356 6º: O cronograma estabelecido para realização da 11ª Conferência Estadual de Assistência
1357 Social é o seguinte: Providência: Realização das conferências municipais de assistência
1358 social. Prazo de 11 de maio a 10 de agosto de 2015. Inscrição para as pré-regionais: de 15
1359 de julho a 15 de agosto. Envio dos relatórios das conferências municipais, da ata de eleição e
1360 das fichas de inscrições dos delegados devidamente preenchido: até 20 de agosto de 2015.
1361 Realização das pré-conferências regionais de assistência social: de 20 de agosto a 06 de
1362 outubro de 2015. Inscrição para 11ª Conferência Estadual de Assistência Social: de 20 de
1363 agosto a 10 de outubro de 2015. Envio da ata e das fichas, e inscrições dos delegados
1364 eleitos nas pré-conferências regionais: de 25 de agosto a 09 de outubro. Realização da 11ª
1365 Conferência Estadual de Assistência Social: 26, 27, 28 e 29 de outubro de 2015. Parágrafo
1366 primeiro: Os relatórios das conferências municipais serão preenchidos pelo sistema
1367 específico a ser informado posteriormente, e também deverão ser entregues, por e-mail e
1368 pelo correio, ao CEAS, junto com a ata de eleição dos delegados e com a lista de presença
1369 dos participantes na conferência municipal. Parágrafo segundo: As inscrições deveram ser
1370 feitas em site específico para esse fim a ser divulgado posteriormente, observando os prazos
1371 dispostos acima no cronograma. Parágrafo terceiro: O CEAS não se responsabilizará pela
1372 inclusão na 11ª conferência estadual das deliberações e das inscrições de delegados, sendo
1373 observados os prazos e a forma acima estabelecida. Cap. 2º da pré-conferência regional.
1374 Art.7º: Os municípios participaram das pré-conferências regionais e deliberaram sobre o
1375 plano estadual de regionalização, a formação dos fóruns regionais dos usuários e dos
1376 trabalhadores, as URCMAS e os representantes da região, que serão delegados na 11ª
1377 Conferência Estadual de Assistência Social. Art. 8º: Os municípios participaram das pré-
1378 conferências regionais, considerando a distribuição regional da SEDESE... **SIMONE:**
1379 Destaque no Art.7º. **CONSOLAÇÃO:** Os municípios participaram das pré-conferências
1380 regionais, considerando a distribuição regional da SEDESE, anexo I, conforme o quadro a
1381 seguir. Pré-conferências regionais... aí eu acho que não preciso ler tudo, não é? Tem um
1382 destaque aqui na questão no nome escrito, local nessa coluna. Tem um destaque, e depois a
1383 Simone explica o porquê. Art.9º: São critérios para os municípios participarem das pré-
1384 conferências regionais. Inc. I: Ter realizado sua Conferência Municipal de Assistência Social
1385 até 10 de agosto de 2015. Inc.II: Ter encaminhado, por meio eletrônico e via correio, os
1386 seguintes documentos até 20/08 de 2015, respeitando o tema e a forma de tiragem dos
1387 delegados. Linha A: Relatório sintético da conferência municipal conforme modelo do anexo
1388 II. Linha B: Lista de presença dos participantes da conferência municipal, modelo anexo III.
1389 Linha C: Cópia legível da ata de eleição dos delegados, modelo do anexo IV. Linha D: Fichas
1390 de inscrições dos titulares e dos suplentes devidamente preenchidas, além da inscrição
1391 eletrônica a ser realizada no site do CEAS, modelo do anexo V. **RONALDO:** Destaque no 9º.
1392 **CONSOLAÇÃO:** Art.10º: São critérios para definição de número de vagas de delegados por
1393 municípios nas pré-conferências regionais. Inc. I: Observar a qualidade entre o governo e
1394 sociedade civil. Inc. II: A proporcionalidade de representação da sociedade civil, priorizando a
1395 participação do usuário. Inc. III O número de delegados, de cada município, seguirá a
1396 proporcionalidade definida, abaixo de acordo, com o número de participantes nas
1397 conferências municipais. Linha A: Para município de porte I a gente tem número de
1398 participantes na conferência, e a outra coluna, número de vagas para a pré-conferência.
1399 Número de participante na conferência: se for mais de 100, tem 6 vagas, sendo 3
1400 representantes governamentais e 3 da sociedade civil. Os representantes da sociedade civil
1401 deverão seguir a proporcionalidade 1 usuário, 1 trabalhador e 1 representante de entidades.
1402 Caso não haja entidade no município, a vaga deverá ser destinada a outro usuário. Entre 60

1403 a 99 participantes: 4 vagas, sendo 2 representantes governamentais e 2 da sociedade civil.
1404 Deverá ser garantido, no mínimo, uma vaga da sociedade civil para o usuário. Menos de 60
1405 participantes: 2 vagas, sendo 1 representante governamental e 1 representante da sociedade
1406 civil. Deverá ser priorizada a participação do usuário. LINHA B: Para o município de porte II:
1407 número de participação na conferência: se houver mais de 250 participantes: número de
1408 vagas: 8, sendo 4 representantes governamentais e 4 da sociedade civil. Os representantes
1409 da sociedade civil deverão seguir a proporcionalidade: 2 usuários, 1 trabalhador e 1
1410 representante de entidade. Caso não haja entidade no município, a vaga deverá ser
1411 destinada a outro trabalhador. Entre 150 a 249 participantes: 6 números de vagas, sendo 3
1412 representantes governamentais e 3 da sociedade civil. Os representantes da sociedade civil
1413 deverão seguir a proporcionalidade 1 usuário, 1 trabalhador e 1 representante de entidade.
1414 Caso não haja entidade no município, a vaga deverá ser destinada a outro usuário. Menos
1415 de 150 participantes: 4 vagas, sendo 2 representantes governamentais e 2 da sociedade
1416 civil. Deverá ser garantido, no mínimo, uma vaga da sociedade civil para o usuário. Linha C:
1417 Para municípios de porte médio: número de participantes mais de 500 participantes - 10
1418 vagas. Sendo 5 representantes governamentais e 5 da sociedade civil. Os representantes da
1419 sociedade civil deverão seguir a proporcionalidade entre usuários, trabalhadores e
1420 representantes de entidades, sendo que deverão ser garantidas, no mínimo, duas vagas
1421 para o usuário. Entre 300 e a 499 participantes: 8 vagas, sendo 4 representantes
1422 governamentais e 4 da sociedade civil. Os representantes da sociedade civil deverão seguir
1423 a proporcionalidade: 2 usuários, 1 trabalhador e 1 representante de entidade. Caso não haja
1424 entidade no município, a vaga deverá ser destinada a outro trabalhador. Menos de 300
1425 participantes: 6 vagas, sendo 3 representantes governamentais e 3 da sociedade civil. Os
1426 representantes da sociedade civil deverão seguir a proporcionalidade: 1 usuário, 1
1427 trabalhador e 1 representante de entidade. Caso não haja entidade no município, a vaga
1428 deverá ser destinada a outro usuário. Para municípios de porte grande, mais de 1.000
1429 participantes: 12 vagas, sendo 6 representantes governamentais e 6 da sociedade civil. Os
1430 representantes da sociedade civil deverão seguir a proporcionalidade entre usuários,
1431 trabalhadores e representantes de entidades, sendo que deverão ser garantidas, no mínimo,
1432 duas vagas para usuários. Entre 600 a 999 participantes: 10 vagas, sendo 5 representantes
1433 governamentais e 5 da sociedade civil. Os representantes da sociedade civil deverão seguir
1434 a proporcionalidade entre usuários, trabalhadores e representantes de entidades, sendo que
1435 deverão ser garantidas, no mínimo, duas vagas para usuários. Menos de 600 participantes: 8
1436 vagas, sendo 4 representantes governamentais e 4 da sociedade civil. Os representantes da
1437 sociedade civil deverão seguir a proporcionalidade: 2 usuários, 1 trabalhador e 1
1438 representante de entidade. Caso não haja entidade no município, a vaga deverá ser
1439 destinada a outro trabalhador. **VOLNEY:** Destaque. **CONSOLAÇÃO:** Para metrópole: mais
1440 de 1.000 participantes: 40 vagas, sendo 20 representantes governamentais e 20 da
1441 sociedade civil. Os representantes da sociedade civil deverão seguir a proporcionalidade
1442 entre usuários, trabalhadores e representantes e entidades, sendo que deverão ser
1443 garantidas, no mínimo, 7 vagas para usuário. Entre 600 a 999 participantes: 36 vagas, sendo
1444 18 representantes governamentais e 18 da sociedade civil. Os representantes da sociedade
1445 civil deverão seguir a proporcionalidade entre usuários, trabalhadores e representantes de
1446 entidades, sendo que deverão ser garantidas, no mínimo, 6 vagas para usuários. Menos de
1447 600 participantes: 30 vagas, sendo 15 representantes governamentais e 15 da sociedade
1448 civil. Os representantes da sociedade civil deverão seguir a proporcionalidade entre usuários,
1449 trabalhadores e representantes de entidades. **SIMONE:** Consolação, só um minuto, que o
1450 Hermellis e a Denise estão sem a proposta de regulamento. **CONSOLAÇÃO:** Providencia
1451 uma lá. Eles seguem juntos, então tira mais 1. **VOLNEY:** Destaque na letra E para mim, por
1452 favor. **SIMONE:** Gente têm duas coisas importantíssimas na conferência. Um é o
1453 regulamento e a outra é o regimento. Todo mundo no conselho com papel na mão, e muita
1454 atenção. Eu direi que 90% dos conflitos da conferência são resolvidos aqui, no regulamento
1455 e no regimento. Então, muita calma nessa hora e muita atenção de todo mundo. Muita
1456 colaboração, porque se não é isso, qualquer comida nossa aqui... tudo o que todo mundo

1457 passou pela cabeça e pelo coração tem que ser dito no microfone hoje. É preferível a gente
1458 enfrentar os conflitos aqui, do que enfrentar os conflitos com 1.500 delegados. Vamos
1459 “devagarinho”. Eu prefiro presidente que a gente, se tem um negócio, que a gente devia
1460 fazer 20 vezes, é ler o regulamento e o regimento. **VOZES AO FUNDO CONSOLAÇÃO:** Aí,
1461 eu aguardo, ou posso continuar a leitura? **RONALDO:** Não. O destaque, ele, eu estou com
1462 vários pontos, mas o destaque eu entendi que fôsse no artigo. Então, eu peço destaque no
1463 artigo, independente dos pontos e as alíneas. **VOZES AO FUNDO DENISE:** É porque vai
1464 mudar, depois, a numeração. **RONALDO:** Eu não corriji a numeração. **VOZES AO FUNDO**
1465 **CONSOLAÇÃO:** Gente, vocês me desculpem. Eu e o Bruno “batemos” e “batemos”
1466 numeração, e, ainda assim, saiu errado. **VOLNEY:** Acontece Consola. **JÚLIO:** Agora é a
1467 hora de corrigir, não é? **CONSOLAÇÃO:** Então eu vou continuar. Eu parei na alínea E desse
1468 primeiro 10º. Vai ter o segundo 10º. Eu parei “no menos 600 participantes”. Aí teria 30 vagas,
1469 sendo 15 representantes governamentais e 15 da sociedade civil. Os representantes da
1470 sociedade civil deverão seguir a proporcionalidade entre usuários, trabalhadores e
1471 representantes de entidades, sendo que deverão ser garantidas, no mínimo, 5 vagas para
1472 usuários. Parágrafo 1º deste artigo: Cada delegado titular eleito deverá ter um suplente,
1473 também eleito, para a mesma representação. Parágrafo 2º: O suplente só assumirá condição
1474 de titular, só, na ausência deste, o que será destinado no período de credenciamento, por
1475 meio de justificativa de ausência emitida pelo titular, ou presidente, do Conselho Municipal de
1476 Assistência Social por escrito e devidamente assinado. **VOLNEY:** Destaque.
1477 **CONSOLAÇÃO:** O segundo 10º: O CEAS não se responsabilizará pela reserva ou custeio
1478 de hospedagem, de passagem e de alimentação dos participantes e delegados nas pré-
1479 conferências regionais. Destaque Nilce. **SIMONE:** Eu também quero um destaque.
1480 **CONSOLAÇÃO:** Art. 11º: São convidados das pré-conferências regionais com direitos a voz:
1481 Inc. I: Um representante do gestor municipal do município sede do encontro regionalizado. II:
1482 Um representante de conselho municipal do município sede do encontro regionalizado. Dois
1483 representantes de cada URCMAS, mediante a ata de eleição, ocorrida em reunião. Parágrafo
1484 único: Considera-se, também, convidado expositores, painelistas, alunos, professores e
1485 pesquisadores, com prévia autorização do CEAS. **MARIA:** Destaque. **CONSOLAÇÃO:**
1486 Capítulo 3º: Da participação na conferência estadual. Art. 12º: A 11ª Conferência Estadual de
1487 Assistência Social contará com a participação de 1.410 delegados, distribuídos da seguinte
1488 forma: Inc. I: 635 delegados da sociedade civil, eleitos nas pré-conferências regionais. Inc. II:
1489 510 delegados governamentais eleitos nas pré-conferências regionais. Inc. III: 125 delegados
1490 governamentais estaduais. **VOLNEY:** Destaque. **CONSOLAÇÃO:** Inc. IV: 40 delegados do
1491 CEAS. Inc. V: 100 convidados. Parágrafo único: A paridade de representação entre governo
1492 e a sociedade civil, na conferência estadual, está na soma dos incisos I, II e III deste artigo.
1493 Capítulo 4º: Disposições gerais. Art. 13: É de inteira responsabilidade de cada município
1494 informar, previamente, na ficha de inscrição do delegado, se é pessoa com deficiência, e
1495 qual a sua necessidade para acessibilidade e participação no evento. **VOLNEY:** Destaque.
1496 **CONSOLAÇÃO:** Art. 14: O CEAS não se responsabilizará por serviço de creche nas pré-
1497 conferências regionais. Art. 15: Outras orientações e normativas referentes à 11ª Conferência
1498 Estadual de Assistência Social serão emitidas oportunamente. Art. 16: Os casos omissos
1499 deverão ser apresentados à comissão organizadora da 11ª conferência estadual. Art. 17:
1500 Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação. Eu não sei se a gente para aqui,
1501 até pergunto à mesa, ou se... Acho melhor, não é? Depois a gente vê os anexos. Eu passo a
1502 mesa. **PATRÍCIA:** Então, vamos rever os destaques. Pode começar Volney. **VOLNEY:** Eu só
1503 queria que vocês me ajudassem a discutir, porque, no encontro que houve aqui do CNAS
1504 regional, a presidência deixou muito claro que não temos a denominação de pré-
1505 conferências regionais, e sim encontros regionais. Então aqui que está minha dúvida. E
1506 também no Art. 1º, aprovar o regulamento da 11ª Conferência Estadual de Assistência Social
1507 de Minas Gerais. Eu acho que é interessante fazer a chamada, a ser realizada nos dias tais,
1508 tais e tais, uma vez que essa data só está lá embaixo no rodapé. Eu acho que é necessário
1509 dar esse destaque, para a data da realização. **JÚLIO:** Na descentralizada do CNAS, na
1510 conversa que teve, eu entendi exatamente o contrário. O Estado ficaria livre para tomar a

1511 decisão. **VOLNEY:** Ficaria livre? **JÚLIO:** Sim. Foi o que eu entendi. **MARIA:** É que a gente
1512 estava cochichando aqui, no modo popular de dizer, que a gente não parou ainda para
1513 discutir sobre as conferências. Eu vou dizer assim, conferência regionais ou encontro
1514 regionais. Isso ainda precisa unificar entre nós, se é encontro ou se é pré-conferência. A
1515 gente precisaria fazer isso nesse momento, porque a gente precisa fazer isso ainda.
1516 Estamos votando regulamento, e gente precisa definir como é que vai ser. A gente sabe que
1517 vai ter. Estamos definindo, aqui, número de delegados por município, de acordo com o
1518 critério que varia com a realidade de cada município. Agora, como que ela vai ser? De que
1519 forma que vai se dar? Inclusive aqui não traz, por exemplo, que é a partir delas, que se
1520 elegem os deputados para a estadual. Nós, inclusive, conversamos que o segmento se
1521 reuniria por segmento, trabalhador por trabalhador. Pelo menos eu tinha essa compreensão,
1522 que trabalhador elegeria delegados estaduais dentro dos trabalhadores, os usuários dentro
1523 dos usuários, os gestores dentro dos gestores. Para a estadual aqui não está trazendo. Eu
1524 queria dialogar isso aqui, que precisamos algum momento discutir a regional. **SIMONE:** Eu
1525 queria sugerir, que a gente fosse até a municipal, nem que a gente tivesse que dividir em que
1526 sentido, não estou dizendo que tem que chamar para a conferência estadual. Não é nada
1527 disso não. É que, do Art.10 para a frente, a gente, de fato, precisa aprofundar melhor, porque
1528 já é a conferência. A comissão organizadora discutiu o que? Faltou a gente fazer um relato
1529 da discussão da comissão organizadora. Primeiro nós discutimos o seguinte: discutimos que
1530 essa conferência, ela vai incentivar e apoiar a participação de usuário e trabalhadores, e, que
1531 nós deixaríamos, então, de fazer a eleição dos delegados por porte de município apenas,
1532 entendendo que o porte de município, ele pode trazer um intencionalmente de uma divisão,
1533 que é município de grande porte x, municípios de pequeno porte. Então nós pensamos um
1534 formato, onde a gente pudesse incentivar a realização de conferências nos municípios todos,
1535 que, na conferência, a gente pudesse valorizar também os municípios, que se esforçam
1536 muito para realizarem as suas conferências, tem um maior número de delegados, e que, por
1537 porte, tanto faz se um município leva 5 pessoas, 10 pessoas ou 100 pessoas, que vai ter a
1538 mesma representação. Então a ideia nossa era essa. A segunda coisa, a gente tinha
1539 discutido e, é claro, a Maria tem toda a razão, quem delibera aqui é o conselho, não é a
1540 comissão organizadora. A gente tinha sugerido, e talvez o erro nosso foi esse, a gente já
1541 está partindo direto, aqui, para o regulamento sem discutir, sem debater aqui no conselho. A
1542 primeira coisa é essa e a segunda é a ideia de pré-conferência, porque a ideia do conselho,
1543 que ela seja uma conferência mesmo, com caráter deliberativo. Ela vai deliberar o que na
1544 nossa proposta? Ela deliberaria sobre as diretrizes e desenho da regionalização daquela
1545 região, a organização dos trabalhadores daquela região e a organização dos usuários
1546 daquela região. Seriam esses 3 tipos de deliberações da pré-conferência regional, e foi só
1547 esse debate que a gente fez. Só não, foi muito, eu acho. Também discutimos a importância
1548 da gente encaminhar o documento, que veio do conselho nacional para as conferências
1549 municipais. A nossa preocupação inclusive fizemos um reunião de urgência, porque as
1550 conferências municipais começam hoje. Então nós discutimos o que? Nós vamos fazer uma
1551 discussão, para começar as conferências municipais. Para começar as conferências
1552 municipais, precisamos de que? De deixar claro o quê que eles vão discutir, porque se vai ter
1553 conferência regional, a gente tem que deixar claro o temas deles. Qual é o tema? O que eles
1554 vão mandar para a conferência estadual, e o que eles vão mandar para a conferência
1555 regional. É isso que a gente discutiu. Pôr a nossa sugestão é o que? Que a gente tenha
1556 calma, discutir as conferências municipais, ver o que é que a gente quer com essa
1557 conferência e aí depois a gente vai fazer o desenho e discutir as pré-conferência. Se o
1558 conselho concordar, que seja as pré-conferências, porque o questionamento tem razão, nós
1559 temos que deliberar primeiro se vai ter pré-conferência, se não vai ter pré-conferência
1560 regional, se vai ser encontro e o que é encontro dentro de uma conferência. Qual que é o
1561 significado disso, enfim? Até gente, olha só, eu e o Hermellis preocupados aqui pelo
1562 seguinte: que na comissão organizadora nós 2 ficamos responsáveis para levar para CIB. Aí
1563 nós levamos para a CIB. Foi muito bom. Inclusive o Hermellis levou, apresentou. Só que a
1564 gente levou até a conferência municipal. Ele levou as pré-conferências, discutimos. Nós

1565 levamos até a tiragem de delegados nas conferências municipais. **VOZES AO FUNDO**
1566 tiramos para entrar. Até os delegados nós fomos e os critérios também. Isso nós fizemos.
1567 Depois disso, nós não fizemos, porque a gente, também, não discutimos ainda. **JÚLIO:** Eu
1568 não sei. Posso até falar besteira aqui, mas é o momento, não é? Como saber essa divisão
1569 dos delegados das conferências regionais? Parece que não está falando aqui, quantos que
1570 serão tirados da conferência regional para a conferência estadual. Não está escrito aqui.
1571 **VOZES AO FUNDO.** Desculpa! Perdão. Sim. Mas são quantas conferências regionais? E à
1572 proporção que vai tirar de cada pré-conferência para a conferência regional? Mas não está
1573 aqui. É isso que eu estou falando. **DENISE:** Não está mesmo não. **CONSOLAÇÃO:** Não está
1574 gente, porque nós estamos dividindo o regulamento. Tanto é que está falando, que vai ter
1575 outra matéria. Nós estamos chegando, falando da municipal para participar até da regional.
1576 Nós só estamos adiantando um pouquinho de números, porque algumas coisas, que já estão
1577 fechadas, entendeu? Só por isso que está sendo adiantado aqui. Agora, a normativa da
1578 regional, inclusive a metodologia da regional, não foi tratada pela comissão organizadora,
1579 então, é por isso que não está vindo para cá. Isso é só o primeiro, porque se a conferência
1580 regional começa o quê que ela precisa saber? Quantos delegados ela vai encaminhar para a
1581 pré-conferência regional, e esse critério que está aqui, por isso que nós estamos falando
1582 isso. E já sinalizando, logicamente, uma data, alguma coisa para eles se organizarem, até
1583 dentro do município, para viabilizar a sua participação nesse encontro. Agora, como que vai
1584 se dar, mesmo, a pré-conferência? Aí, a gente ainda vai discutir sobre isso. **RONALDO:** Eu
1585 já vi que me parece, que os destaques não seguiram a ordem dos artigos. A gente foi de
1586 forma generalizada. Mas em cima do que foi colocado aqui, primeiro, que se a pré-
1587 conferência é uma reunião em um espaço deliberativo, entendo que já teríamos de tratar de
1588 conferência regional estadual, para que ela tenha a legitimidade das deliberações esperadas
1589 por este conselho. Outra coisa é que eu acho, que, ainda assim, ela não está completa com
1590 relação aos municípios. A Consolação acabou de colocar para que os municípios dêem o
1591 ponta-pé inicial para as conferências municipais, e possam mobilizar. Só que a mobilização
1592 vai depender, também, do que está descrito sobre as regionais. Primeiro, que os municípios
1593 de porte grande, historicamente, nunca se tirou delegados através das conferências
1594 regionais. É a primeira vez. Então, eu acho que ela teria, sim, que estar completa. Não
1595 entendo que há uma mistura ou confusão, mas entendo que deveria ser um regulamento
1596 completo, para que eles soubessem disso e que não fosse por partes. A gente está aí, já por
1597 partes sofrendo por isso, pelo conselho nacional, quem tem 3 informes e não soltou o 4º
1598 ainda, e a gente não sabe o que vem pela frente. Então nós vamos fazer a mesma coisa.
1599 Qual é essa mobilização? Me chamou a atenção, aqui, a quantidade também. Alguns casos
1600 são de acordo. Ele já faz a distribuição, ele tem praticamente o mesmo número de delegados
1601 e outros. Com quase o mesmo número de delegados, ele trata de proporcionalidade e deixa
1602 solto. Então assim, eu acho que se a gente vai colocar, coloca divisão. Ou trata uma
1603 proporcionalidade, ou trata com a divisão, que está sendo feita de acordo com o número de
1604 trabalhadores. E me chama a atenção em outra coisa. Eu estou achando muito alta a
1605 expectativa. A gente está tratando de um ano que é de redução de custo no Estado. Imagina
1606 os municípios e a mobilização. Infelizmente gente depende do custo sim. O espaço que você
1607 vai colocar 1.000 pessoas, no que refere ao meu conselho, eu entendo, aqui, que ele talvez
1608 tenha queda. Não sei agora. Se a secretaria puder me ajudar. Quantos foram tirados de
1609 municípios de porte grande na última conferência, e quantos agora? Se a gente não está
1610 reduzindo quando trata da proporcionalidade com menos de 600. Porque a nossa mesmo, a
1611 gente está com um espaço de 350, porque não tem dinheiro. Não na mobilização, mas para
1612 bancar o local que comporte as oficinas, que seja mais completa a conferência com as
1613 oficinas, acessibilidade e tudo que necessita para uma boa conferência municipal. **DENISE:**
1614 Tentando pensar uma estratégia para gente caminhar. De repente, os pontos que foram
1615 levantado, porque é a primeira vez que coletivamente a gente fez a leitura do documento. É
1616 natural que algumas questões não ficassem. Vocês listaram esses pontos, que são mais
1617 polêmicos. É só uma proposta de encaminhamento, a gente tenta dirimir ponto a ponto do
1618 que foi destacado. O que a gente não conseguir fechar, a gente vai voltando, porque senão a

1619 gente não vai caminhar. Tem muita coisa mesmo, que a gente ainda precisa verificar. Mas o
1620 que foi já levantado como destaque, já são as questões, que são comuns parece. Muita
1621 gente destacou inclusive o mesmo ponto. Então vamos tentar o exercício de voltar nos
1622 destaques, tentando fechar os destaques. O quê casar com outra questão, que não está
1623 aqui, a gente pula inclusive a discussão, para retomar como discussão e não como
1624 deliberação, para gente tentar amarrar minimamente esse documento. Será que a gente
1625 pode caminhar dessa forma? Volta para a lógica do destaque? Então por exemplo, o Volney
1626 já apontou, no primeiro destaque, a questão da nomenclatura em função do lugar. É pré-
1627 conferência ou encontro regional? Essa é a primeira deliberação aqui que a gente tem que
1628 fazer, para gente poder saltar desse destaque. Eu já quero aproveitar e fazer a minha defesa
1629 do pré-conferência, porque eu entendo que encontro não tem caráter de deliberação. Se a
1630 gente vai bancar o espaço regional como espaço de deliberação, principalmente
1631 considerando esse Estado mega que a gente tem, as regionais precisam ser ouvidas. Então
1632 eu sou pela pré-conferência regional. **VOLNEY:** Talvez eu tenha entendido errado lá no
1633 encontro da Sudeste. **RONALDO CAMARGOS:** Boa tarde à Maria e aos conselheiros. É um
1634 prazer estar aqui contribuindo com vocês. Na verdade, o que eu quero é trazer um pouco a
1635 minha experiência, que eu tive na última conferência nacional. Eu acho que nós estamos
1636 vivendo a mesma questão, que nós vivemos na última conferência nacional. Não vejo
1637 problema nenhum do conselho estadual fazer um documento tendo orientações para as
1638 conferências municipais, e depois fazer outro documento com mais detalhamento para as
1639 conferências regionais. Por que gente? As conferências municipais começam hoje e, aí, tem
1640 que sair um documento daqui hoje, para segunda-feira já estar nos conselhos, porque todos
1641 os conselhos estão aguardando orientação do conselho estadual. Quem dá informação para
1642 os municípios é o conselho estadual. Então aqui, nós temos que fechar as orientações que
1643 competem às conferências municipais. Depois o conselho tem fôlego e tempo, para discutir a
1644 metodologia, a dinâmica, as questões, que referem as conferências, pré-conferências ou
1645 encontros regionais. Eu defendo que, também, sejam pré-conferências regionais, por quê?
1646 Pela primeira vez o Estado está colocando pré-conferência regional com caráter deliberativo,
1647 com uma proposta clara de discussão das questões regionais, do fortalecimento dos focos
1648 de trabalhadores, de usuários, entendeu? Agora, o que tem que deixar claro no regimento
1649 aqui é? O quê que vai para a pré-conferência regional no município, e o quê que vai para a
1650 conferência estadual. Isso tem que ficar claro nesse regimento. Porque se não a gente vai ter
1651 problema na hora de consolidar as propostas, entendeu? Então nós temos que ter clareza. O
1652 documento tem que ser claro. Aquilo que vai ser deliberado nas pré-conferências regionais,
1653 se for aqui aprovado por esse conselho, e o quê que vai direto para a conferência estadual,
1654 que não passa por deliberação das pré-conferências regionais. Isso tem que ficar claro, para
1655 as orientações para os municípios. Essa é a minha contribuição. **MARIA:** Muito bem. Eu
1656 acho que a gente estão conseguindo achar o caminho, não é? Isso é importante. Eu só
1657 queria trazer o seguinte. Concordando com ele, e queria concordar também um pouco com o
1658 Ronaldo, no sentido de que a gente precisa aqui incentivar os municípios para querer estar
1659 na regional, e depois vim para a estadual. A gente precisa orientar os municípios para que
1660 façam conferência municipal, para que tenham bastante gente participando, para que elejam
1661 todos os delegados possíveis, e dar para eles ânimo sobre a importância de estar na
1662 estadual, que vai ser na regional que serão tirado os delegados. Já que a gente não deu
1663 conta, até hoje, de discutir a metodologia da regional, que a gente faça isso e me detalhes a
1664 gente contempla a nossa demanda nas regionais. Eu estava até aqui pensando com a
1665 Simone, não tinha nem que chamar de pré-regional não, porque é uma conferência. Mas é
1666 pré né? Eu acho que tinham que ser conferências regionais. Mas pré eu acho que contempla
1667 mesmo, e acho que fica único entre nós à partir de agora, não é? Tem a Lúcia e a Simone.
1668 Antes de passar para qualquer uma de vocês, eu acho que aqui no municipal, a gente
1669 precisa dar mais ênfase naquilo que Simone trouxe e a gente discutiu na comissão
1670 organizadora, que é a questão da participação dos usuários e que é importante ter eles. Eu
1671 acho que no regulamento a gente precisa não obrigar, porque fica difícil, mas dizer que, caso
1672 o município não cumpra, a gente vai ter perca de delgados. Pensar em uma coisa que

1673 fortaleça isso. Eu até tinha sugerido também, acho que está lá na frente isso, na hora de
1674 fazer o destaque, mas, já que eu estou falando agora, eu vou terminar de fechar o meu
1675 raciocínio. Eu tinha até sugerido que a gente desse, também, como orientação e incentivo,
1676 que, por exemplo, ao escolher os delegados nas municipais que pudesse olhar a questão
1677 dos usuários e, inclusive, considerando a questão cultural, de etnia e de raça. Eu estou
1678 dizendo que a gente precisaria dar ênfase. Quando a gente ler no geral, isso não fica muito
1679 claro para os municípios que queiram fazer, para eles compreenderem isso. **LÚCIA:** Eu não
1680 vi aqui no texto, nas orientações, que a nacional divulgou. Ela enfatiza que, na conferência
1681 municipal, deve ser garantido a paridade para as deliberações. Isso está lá no passo a
1682 passo. Eu estou querendo chamar a atenção, porque essa não costuma ser uma
1683 preocupação nos municípios. **VOZES AO FUNDO** Eu acho que não Denise. Eu vou
1684 discordar de você pelo seguinte, não há essa preocupação de deliberação da paridade. Na
1685 minha cidade o conselho antigo, grande, o usuário não tem assento no conselho, então para
1686 garantir a participação do usuário não tem, na lei não tem isso. O usuário não tem assento
1687 no conselho. Então, eu tive que participar da reunião do conselho, de tudo, e discutir, e a
1688 gente criar uma regra, entendeu? Para garantir que o usuário seja delegado. O usuário vai e
1689 que possa participar da deliberação. Agora, eu acho que se à partir da municipal para frente,
1690 a gente está preocupado em garantir a paridade, porque que na municipal não? Entendeu?
1691 Eu acho que as pessoas tem que começar a pensar. Não adianta eu fazer uma mobilização
1692 e encher de governamental lá. Eu levo todo mundo da educação, todo mundo da saúde
1693 entendeu? O pessoal tem que tomar consciência. Se é para fortalecer o controle social,
1694 então eu acho que tem que fortalecer mesmo. Dar trabalho? Dá muito mais trabalho. Mas
1695 todo mundo deliberaram, porque a gente ainda tinha orientação aqui da estadual, porque a
1696 conferência já agora. Ficou deliberado um número de delegados e um número de
1697 participantes, todos com direito a voz, para poder garantir que as deliberações sejam feitas
1698 de forma paritária. Então eu gostaria de colocar essa questão para discutir aqui na
1699 orientação aos municípios, porque, gente, é muito fácil manipular, não é? Eu consigo muito
1700 mais levar todo mundo da educação para dentro da conferência, do que as entidades
1701 levarem gente para discutir e fazer o enfrentamento. Então, se é para valorizar o trabalhador
1702 e o usuário, eu entendo que a gente deva explicitar essa regra sim, se não fica muito
1703 desproporcional. **SIMONE:** Primeiro, eu acho que uma questão de ordem, nós decidimos
1704 aqui ir ponto por ponto, como a Denise colocou. Nós nem estamos no ponto da paridade
1705 ainda. Nós estamos aqui dispendo sobre o regulamento lá na ementa, que a gente está
1706 dispendo. Com relação a ementa. A ementa não diz o que nós estamos dizendo. A ementa
1707 está muito "grandona". A ementa está se dispendo a dizer sobre a 11ª conferência estadual,
1708 das pré-conferências e até das conferências municipais. O conselho estadual não tem
1709 competência para dizer sobre conferências municipais. Então, a minha proposta é que a
1710 gente delimite bem, o que nós vamos atrever a fazer aqui. Talvez colocar assim: Dispõe
1711 sobre os temas a serem debatidos nas conferências municipais e na tiragem de delegados
1712 para as pré-conferências regionais. É isso que nós vamos dispor? Nem sei se é nos temas
1713 que nós vamos discutir, mas duas coisas que nós vamos fazer para as municipais. Vamos lá
1714 gente, nós não discutimos na comissão organizadora essas duas coisas? Nós discutimos o
1715 que eles vão discutir para mandar para a pré-conferência, e quantas pessoas eles vão
1716 mandar para a pré-conferência, e ponto. Só isso que nós discutimos, porque, até agora, é só
1717 isso que nós temos condições de discutir à cerca das conferências municipais. Tem 3 coisas
1718 que nós temos que fazer. Dispor sobre a orientação temática para as pré-conferências
1719 estadual e regional, que nós discutimos que vai mandar uma coisa para a conferência
1720 estadual e outra para a pré-conferência regional, não foi? Pode até ser que esteje confuso,
1721 mas foi o que nós discutimos. Nós discutimos só 3 coisas até agora. Então, eu acho que a
1722 gente deveria colocar: Dispõe sobre as orientações temáticas para as conferências
1723 municipais, e tiragem de delegados para as pré-conferências regionais. É isso. **VOZES AO**
1724 **FUNDO RONALDO:** Eu volto a insitir e, inclusive, me parece que foi corroborado, salvo
1725 engano, pelo Ronaldo, meu xará, que, quando se trata de deliberação, eu entendo que já a
1726 disposição deveria tratar de conferências-regionais, até por que a pré-conferência não é um

1727 espaço deliberativo, e lá nós vimos todas as deliberações. Então seria dentro da disposição,
1728 conferências regionais. **VOZES AO FUNDO RONALDO CAMARGOS:** Eu queria só
1729 concordar com o meu xará, e dizer aos conselheiros que, de fato, ali não comporta pré-
1730 conferências regionais. Ali é conferências regionais. Talvez a ementa do regulamento, ela
1731 está dizendo da conferência regional, é só isso. Então a ementa é: Dispõe sobre as
1732 orientações... Essa é a minha proposta. Dispõe sobre as conferências regionais no que tange
1733 ao temário, e eleição de delegados para a conferência estadual. Isso vai para os municípios.
1734 No texto a gente faz o detalhamento e outra coisa, isso quando vocês falam da importância
1735 no protagonismo do trabalhador e do usuário, nós podemos usar o que o conselho nacional
1736 sempre usa que são os informativos. Pode-se fazer um informativo com esse temário
1737 dizendo a importância de ter a presença do usuário, do trabalhador, e o que isso traduz no
1738 resultado das conferências municipais e na conferência regional. Não precisa dessa riqueza
1739 de detalhes, aqui nesse regulamento, no meu ponto de vista. Ali o regulamento é das
1740 conferências regionais, e, aí, quando a Simone diz que foi a questão da escolha dos
1741 delegados que vão para a conferência regional, do que vai ser discutido na conferência
1742 regional e os delegados para a conferência estadual. Não é isso que vai tirar nas regionais?
1743 Então tem esses 3 objetos, que deve estar claros na proposta do regulamento da conferência
1744 regional. **MARIA:** Gente, deixa eu falar com vocês. Vocês podem até não concordar, mas
1745 avaliem aqui comigo. A comissão organizadora reuniu muito rápido lá na reunião do nacional,
1746 reunimos aqui nesta sala e a gente avançou muito em algumas coisas. Eu quero dizer o
1747 seguinte, tudo bem que ele concorda, que a gente pode fazer um outro documento depois,
1748 referenciando as questões da conferência estadual. Eu acredito que esse mesmo
1749 regulamento, inclusive o Ronaldo trouxe isso, inicialmente lá trás, da necessidade da gente
1750 ter um regulamento único, que a gente poderia tratar regulamento da conferência estadual.
1751 Dentro do regulamento vai ter etapas municipais, etapas regionais e etapa estadual no
1752 mesmo regulamento. Por quê? Por exemplo, na nossa reunião da comissão organizadora a
1753 gente avaliou, inclusive, definição de número de delegados que serão do governo, número de
1754 delegados da sociedade civil, que, inclusive, definiu que vai convidar as superintendências
1755 regionais, que vai convidar o Ministério Público. A gente conseguiu chegar nisso aí. A gente
1756 avançou bastante. E, aí, fica parecendo que a gente, no caso aqui do regulamento, fica
1757 parecendo que na etapa estadual a gente não discutiu. Eu sugiro o seguinte, inclusive como
1758 forma de orientar os municípios, tudo bem que a gente está aqui com o tempo muito
1759 desgastado, mas a Simone mesmo colocou que, ou a gente dar um jeito de evitar os conflitos,
1760 ou, se não, a gente vai construir os conflitos, sendo que a gente já chegou em um consenso
1761 entre nós, enfim. Eu sugiria que esse regulamento pudesse falar das etapas municipais,
1762 que é uma orientação, disso que já foi colocado das regionais e da etapa estadual, que é só
1763 dizer como se dá a tiragem dos delegados para a etapa estadual e como é que isso vai se
1764 dar na estadual. Eu acho que a gente consegue fazer isso ainda hoje, que, até então,
1765 algumas coisas já foram definidas. É só buscar o resultado da reunião da comissão
1766 organizadora. Eu não sei o que a Consolidação acha, mas eu vi que na comissão organizadora
1767 a gente avançou muito na etapa estadual, e que dava para acrescentar aí. Não sei o que
1768 vocês avaliam, mas eu acho que a gente avançaria muito, se a gente já conseguisse
1769 despachar isso de uma vez. **SHIRLEY:** É só porque eu gostaria de lembrar um detalhe.
1770 Como esse documento vai para os municípios, quanto mais a gente não tivermos uma
1771 linguagem excessiva, é o que estou vendo ali, melhor. Porque se nós colocarmos uma
1772 linguagem técnica demais, nós teremos outro impecílio, que é chegar lá e traduzir isso para
1773 os municípios. Então, eu acredito que daquela maneira ali, embora ela pode parecer
1774 repetitiva, ou poderia não estar tão resumida, ela contempla melhor a compreensão do texto,
1775 do que se a gente colocar um termo técnico demais. É só isso. **MARTA:** Eu acho que a
1776 gente ainda no primeiro ponto, é importante, mas só para simplificar a ementa. Eu acho que
1777 podia ser: Dispõe sobre orientação para as conferências municipais, a gente não tem que
1778 dizer que é temática ou cronograma, e regulamenta as conferências regionais e estadual de
1779 assistência social. Pronto. Depois, no texto, a gente vai discorrendo sobre o quê que é. Eu
1780 acho que se a gente dividir, que conferência, e eu concordo com a Simone, esse conselho

1781 tem como regulamentar conferência municipal? Eu acho que orienta, não precisa dizer em
1782 que e a gente vai continuar prestando várias outras informações, com certeza. Dispõe sobre
1783 as orientações para as conferências municipais, e regulamenta as conferências regionais
1784 para conferência estadual. Acho que aí simplifica e acho que a gente avança um pouquinho.
1785 **CONSOLAÇÃO:** É o seguinte. Até na fala da presidente e talvez na ideia de que hoje, por
1786 exemplo, a gente teria condição de colocar todo o regulamento, isso não é uma verdade. Se
1787 a gente fala de todo o regulamento, não sei se a gente tem uma ideia, por exemplo, você tem
1788 toda uma metodologia que vai discutir do encontro regional até para chegar na tiragem de
1789 delegados, que seria orientação, que vai para a estadual. Então não é a gente chegar e falar
1790 qual que é o regulamento? Não. A gente tem que definir muita coisa. Por que sem definir a
1791 metodologia, a gente não consegue disciplinar também as coisas. Como é que a gente vai
1792 fazer? Como que vai ali? Tem questão de programação que compõe regulamento. Tem
1793 várias questões que, realmente, a gente não tem a menor condição, hoje, de estar fazendo a
1794 proposta, para que a gente tem o regulamento completo. Também, motivo pelo qual ele não
1795 veio completo, porque a comissão organizadora ela se debruçou e foi um trabalho muito
1796 bom. Isso é o que deu naquele momento realmente para gente finalizar, trazer, e, mesmo
1797 assim, trabalhou com a priorização daquilo que é de urgência para as conferências
1798 municipais. O quê que eles têm que saber quanto das realizações deles, também tratar das
1799 suas metodologias, para que eles possam estar participando das conferências regionais.
1800 Então, foi muito nesse sentido. **MARIA:** Para encaminhar, eu queria só dizer que, quando eu
1801 disse Consolação, eu também não disse que isso aqui era mentira. O que eu disse é que
1802 aqui precisa ficar retratado, que a conferência estadual, ela vai se dar a quantidade de
1803 delegados na regional, o que vai ser assim e assim. Eu não falei para gente discorrer aqui a
1804 metodologia e a programação da conferência. Vocês compreenderam? Por que aqui, até
1805 chegar na última parte final, não diz isso. A gente está orientando a conferência municipal
1806 que vai para a regional, e que na regional tirará os delegados para a etapa estadual. Isso
1807 precisa ficar, senão os municípios vão falar eu só vou até a regional? Para quê que eu vou
1808 tirar delegados municipais? Eu vou ir para onde? Para a regional eu não tenho interesse.
1809 Inclusive na comissão organizadora a gente avaliou isso, que os municípios têm interesse de
1810 vir aqui. Não é interesse de ir para a regional não. Eu acho que isso precisa ficar claro aqui.
1811 Agora, diante do texto que foi apresentado a gente tem o texto da ementa. A última versão
1812 que a colega colocou. A gente coloca em votação a última versão, ou a gente contradiz uma
1813 com a outra? Já coloca direto não é? Fechou em um consenso? **SHIRLEY:** É só colocar ali o
1814 número da conferência não é? **SIMONE:** Eu sugiro que deixa assim, senão vai ter que
1815 colocar cada conferência municipal é um número. Eu acho que devia deixar assim: Dispõe
1816 sobre as orientações para as conferências municipais a serem realizadas em 2015. **DENISE:**
1817 De 2015. **SIMONE:** De 2015. Pronto. **MARIA:** Então todo mundo concorda com o texto
1818 apresentado? A segue para a estadual. Para os destaques. **VOZES AO FUNDO** Então
1819 coloca 2015 depois de regionais e 11ª Conferência Estadual de Assistência Social. É questão
1820 de redação isso gente! Pode “tocar” para frente, para os destaques? Patrícia por favor.
1821 **VOZES AO FUNDO. PATRÍCIA:** Então vamos para os destaques. **MARTA:** Eu só quero
1822 alguém já destacou o Art.1º não é? Porque se a gente mudou a ementa, vai ter que remover
1823 esse Art. 1º. **DENISE:** É só adequar. **PATRÍCIA:** Art. 2º, Isabela e Volney. **VOZES AO**
1824 **FUNDO VOLNEY:** Art. 3º: A 11ª publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.
1825 **VOZES AO FUNDO ISABELA:** O meu também é só de redação. A Secretaria de Estado de
1826 Trabalho e Desenvolvimento Social. Faltou o trabalho aí. **VOZES AO FUNDO DENISE:**
1827 Gente é rapidinho. Até cochichei com o Júlio aqui, se ele achava que poderia deixar passar,
1828 mas a gente achou importante que não. São os acréscimos quando da mudança da ementa.
1829 No Art. 2º: As conferências de assistência social serão realizadas nos municípios, e regiões e
1830 no Estado de Minas Gerais. Porque antes só estava nos municípios e no Estado. Certo?
1831 **PATRÍCIA:** Art. 4º Ronaldo. **VOZES AO FUNDO SIMONE:** Nós estamos aonde gente?
1832 **RONALDO:** Desculpa. Mas no 3º e no 4º. **SIMONE:** Gente, vamos usar os números que
1833 estão aqui. **PATRÍCIA:** O 2º do 2º era o Volney e Isabela, que era a questão de redação.
1834 Agora a gente vai para o próximo destaque que seria o Art. 4º, que o Ronaldo pediu

1835 destaque. **VOZES AO FUNDO** Agora Art. 3º. **SIMONE:** Não gente, é para adequar também.
1836 A 11ª conferência estadual terá como tema. Nós vamos ter que dizer que a 1º conferência
1837 regional terá como tema os 3 que nós fizemos as propostas, e colocar o **tema da...**
1838 **PATRÍCIA:** Então ficaria: As conferências regionais e a 11ª.... **RONALDO:** A 1º conferência
1839 regional. **VOZES AO FUNDO - SIMONE:** É só regionalização, participação de usuários e de
1840 trabalhadores. **VOZES AO FUNDO ISABELA:** Só fazer uma consideração. Não sei, pode
1841 ser, talvez seja lá mesmo, onde a Simone está apontando. É porque quando começa o
1842 capítulo 2 da pré-conferência regional fala do tema. Entendeu? No Art. 7º. Mas, talvez, o
1843 lugar mais adequado seja aqui na frente mesmo. A gente puxa esse artigo para lá. Fala
1844 deliberação sobre, entendeu? Talvez a gente puxa ele para lá, dizendo o tema, para ficar na
1845 linguagem uniforme. **VOZES AO FUNDO** É porque ele fala assim: Deliberaram sobre o
1846 plano estadual de regionalização, a formação dos fóruns e as URCMAS. Esse deliberação
1847 não é o tema? Talvez a gente uniformize os termos aqui. Não é não? **SIMONE:** Não. Ele vai
1848 deliberar sobre o tema estadual. Vai deliberar sobre, lá, as diretrizes de regionalização para a
1849 sua região, sobre o desenho da regionalização, sobre a sua região é porque o plano é
1850 estadual. **PATRÍCIA:** Mas o que a Isabela estava propondo é, que como a gente tem que
1851 fazer um novo artigo, e em cima falar o temário da regionalização da conferência regional, se
1852 não puxaria esse Art. 7º para... **SIMONE:** E eu estou dizendo que não pode ser deliberar
1853 sobre o plano. Esse não pode ser o tema. Sobre a regionalização. Sei lá, uma coisa mais...
1854 **ISABELA:** Diretrizes para regionalização. **SIMONE:** Diretrizes para regionalização. Princípios
1855 e diretrizes para regionalização... **DENISE:** Estamos mudando o 7º sem ter fechado o 3º.
1856 **PATRÍCIA:** Não! Ele vai subir **VOZES AO FUNDO** Então vamos voltar. Gente, vamos voltar
1857 com as incrições também. **VOLNEY:** Ali no 7º... Posso falar Patrícia? Ali no 7º nós temos que
1858 repensar ali no 3º? **PATRÍCIA:** É. **VOLNEY:** Pois olha só. Quem delibera vai ser o conselho.
1859 Vai gerar um conflito muito grande porque, nas conferências regionais, eles vão apontar
1860 diretrizes, porque a deliberação vai servir depois. **PATRÍCIA:** Então vamos voltar **MARTA:**
1861 Público e passar para o 1º. **PATRÍCIA:** Ok. **MARTA:** E agora cria o parágrafo 2º com o tema
1862 das conferências regionais. **PATRÍCIA:** Calma aí. Mas então tem que modificar o que está
1863 escrito no artigo também. **MARTA:** Então vamos ver se não cria nenhum problema, se não a
1864 gente vai ter que criar um outro artigo. A 11ª conferência terá como tema geral: Consolidar o
1865 SUAS de vez rumo a 2026. O lema da 11ª conferência é: O pacto republicano no SUAS,
1866 rumo a 2026. O SUAS que temos, o SUAS que queremos. Agora parágrafo 2º. Eu não sei se
1867 é paragrafó 2º, ou nós vamos criar um artigo. Eu acho que vai ser um artigo, porque nós
1868 estamos falando de lema. Nós estamos falando de tema, então dá para se... aí vamos criar
1869 um artigo novo. O tema das conferências regionais será tal, tal e tal. **VOZES AO FUNDO**
1870 então aqui voltou a ser parágrafo único porque é lema. **DENISE:** Olha só. Quando a gente
1871 coloca o “e” parece que a gente juntou o tema. Participação do usuário e trabalhador na
1872 proteção social básica; porque são 2, ali está dando 3. Só você separar, participação dos
1873 trabalhadores é uma e participação dos usuários é outra. **VOZES AO FUNDO. ISABELA:**
1874 Gente, a Shirley falou só questão da redação. Porque aí são os temas, não é? Ou não? Os
1875 temas das conferências regionais serão... **VOZES AO FUNDO PATRÍCIA:** Então, próximo
1876 destaque. Próximo artigo que é o 4º Ronaldo. **RONALDO:** Tanto faz o 3º ou o 4º. É quanto,
1877 ali, o número. A 11ª é entendo que seria algarismo romano e não ali o número. **PATRÍCIA:**
1878 Então tem que mudar todo o 11º. **RONALDO:** Se é 11º, eu entendo que é algarismo romano.
1879 Isso tanto já é seguido pelo conselho nacional e por todos os conselhos, inclusive aqui.
1880 **CONSOLAÇÃO:** Não. Só um esclarecimento. Da conferência estadual a gente sempre fez
1881 assim. Numeral ordinário. Agora, na nacional faz realmente romano. É uma decisão. A gente
1882 tem feito sempre em ordinário. **PATRÍCIA:** Ronaldo está contemplado? Então, passando
1883 para o próximo ponto. Art. 5º quem fez foi a Simone e o Volney. **VOLNEY:** Para mim já está
1884 esclarecido. **SIMONE:** Aqui, é o seguinte. Todos os municípios de Minas deverão participar
1885 das conferências? Não. Todos os municípios de Minas que realizaram as conferências
1886 municipais. Se não é fácil demais. **VOZES AO FUNDO. PATRÍCIA:** Tira o pré-conferência de
1887 cima também Rosa. **VOZES AO FUNDO** Próximo destaque que é o Art. 6º Milla. **MILA:** O
1888 meu, na verdade, é uma dúvida. Se a gente está falando sobre os temas das conferências,

1889 não fica estranho a gente colocar um prazo anterior ao regulamento não? O prazo de
1890 realização que está de 11 de maio. **VOZES AO FUNDO. PATRÍCIA:** Entendo que é um prazo
1891 que foi dado pela nacional, e, que tem município que já começou a realizar as suas
1892 conferências. A gente que está atrasado com a orientação. **VOZES AO FUNDO. SIMONE:**
1893 Mais porque a gente tem que colocar que isso é um prazo da nacional? Porque que nós
1894 temos que colocar isso aqui? Porque que a gente não coloca inscrição para as para as
1895 conferências regionais? **PATRÍCIA:** Em vez de falar das conferências municipais? **MARTA:**
1896 Eu acho que devia colocar até 10. Porque é uma orientação, não é isso? Eu também
1897 sugeriria que se a gente está fazendo um cronograma, a primeira coluna não são
1898 providências. São atividades, eu imagino. Eu também fiquei com dúvida com várias datas
1899 colocadas aqui. Parecia que uma considerava a outra, sabe? Tipo assim. Você faz a
1900 inscrição de conferência e só depois você manda relatório, ata e ficha de inscrição,
1901 entendeu? Está um pouquinho... **PATRÍCIA:** Eu também achei estranho. Ainda mais na hora
1902 que fala das inscrições das conferências regionais, que está de 15 de julho a 15 de agosto,
1903 mas eu posso realizar até agosto. Mas será que a gente colocaria até? Tudo até, em vez
1904 de... **VOZES AO FUNDO NILSE:** É uma dúvida que eu tive. Eu até te mandei por e-mail, mas
1905 a contribuição foi "tardão", e eu acho que não deu tempo de agregar ao documento. Se o
1906 prazo das municipais termina 10 de agosto, e se a inscrição da regional começa 15 de julho,
1907 não vai haver necessidade do município enviar. Como que ele vai enviar comprovação? E
1908 como que eu vou saber se houve realmente a conferência municipal? Ele não envia dentro
1909 do prazo. O quê que ele tem que enviar dentro do prazo? **MARTA:** Ela tem razão. Porque
1910 abaixo está assim: envio da ata, fichas de inscrição dos delegados das pré-conferências
1911 regionais, 25 de agosto a 09 de outubro. Está confuso isso aí. **PATRÍCIA:** E a inscrição está
1912 até o dia 15. **MARTA:** E a inscrição até o dia 15. **LÚCIA:** Gente está certo. Está claro aqui.
1913 Primeiro: faz a conferência até 10 de agosto. Está certo? Depois inscreve de 15 de julho a 15
1914 de agosto. Então se alguém fizer 10 de agosto a conferência municipal, ainda tem 5 dias
1915 para fazer...está tudo dentro. Enviar os relatórios até 20 de agosto de 2015. É papel certo?
1916 Agora, a realização das conferências regionais: começa 20 até dia 06 de outubro. Coincide
1917 aqui com a última data de envio das fichas de inscrição, talvez só aqui que pudesse dar 1 ou
1918 2 dias de diferença de prazo. O resto está dentro. E depois já é inscrição para a conferência
1919 estadual e aí eu acho que... **MARTA:** Não. Nós é que vamos operar a conferência regional.
1920 Nós não vamos fazer ata, nem fazer ficha de inscrição? Então não tem que ter isso aí. Nós é
1921 que vamos fazer os registros das conferências regionais e a inscrição lá no dia de quem foi
1922 eleito. Então não tem porque dar prazo para a gente mesmo. É por isso que nós estamos
1923 dizendo que está confuso. **MARIA:** Mas, aí, no caso da ata não é? Porque a ficha de
1924 inscrição tem que ter. No dia lá como são tantos delegados, depois esses delegados tem que
1925 mandar as informações pessoais. Enfim. Eu acho que a inscrição tem, poderia permanecer.
1926 **MARTA:** É, se vai ser online, me parece também. **MARIA:** Sim. **MARTA:** É só contemplar no
1927 que ela disse. Tirar a ata, porque nós é que vamos fazer as atas. **HERMELLIS:** E a ficha de
1928 inscrição também. **MARTA:** A ficha de inscrição não vai ser online, no site? **HERMELLIS:**
1929 Mas é a gente que vai fazer, ué. **ISABELA:** Tem que permanecer o prazo das inscrições. A
1930 pessoa tem que entrar e se escrever. **HERMELLIS:** Para a estadual? **MARTA:** É. Sai da
1931 regional para a estadual. É isso que eu entendi quando eu li. **HERMELLIS:** Entendi. **VOZES**
1932 **AO FUNDO CONSOLAÇÃO:** Aqui gente, eu acho que você tem razão. O que a Marta está
1933 levantando, e que foi levantado por outras pessoas também, eu guardei ela por, foi assim por
1934 último, é a gente que vai fazer, está correto e a inscrição também. Tomando por referência,
1935 que, se todo mundo que for participar, só alguns que forem substitutos no encontro regional
1936 que vão fazer a ficha lá com a gente, em verdade nós teremos todos os dados lá, e se
1937 precisar de preencher também alguma coisa, que a gente vai definir depois, se vai ter um
1938 papel para preencher ou não, também a gente vai fazer. Então cabe a supressão sim da
1939 inscrição para conferência, porque vai ter que ser na regional. No caso sim, a Marta tem
1940 razão e o envio da ata, também, não há necessidade. Está certo. Foi coisa a mais. **MARTA:**
1941 Eu continuo questionando, como você faz uma inscrição para a conferência regional antes de
1942 mandar os relatórios. Por que aqui vai ter que ser feita uma checagem para gente ir para a

1943 regional. Então tem que rever essa data de 15 de agosto e 20 de agosto. **VOZES AO**
1944 **FUNDO CONSOLAÇÃO:** Então a gente coloca 15 de agosto. **PATRÍCIA:** Podemos ir?
1945 Parágrafo 1º, 2º e 3º Simone. **SIMONE:** Eu acho bobagem colocar sistema eletrônico. Pra
1946 que isso? E se a gente não conseguir fazer? Pra que isso? Eu morro de medo e levo muito a
1947 sério o negócio de deliberação de conselho. Se tivesse pronto o sistema, tivesse tudo ok,
1948 tudo bem. Vamos colocar: Os relatórios das conferências municipais serão preenchidos e
1949 informados posteriormente. Não interessa se vai ser: as inscrições deverão ser feitas para
1950 esse fim, é papel ou não. **PATRÍCIA:** Você está pedindo para suprimir? **SIMONE:** Tirar site
1951 específico e sistema específico. Inclusive pode até ser que a gente volte e que não seja
1952 específico. **VOLNEY:** Queria colaborar aqui. Eu acho de fundamental importância que os
1953 municípios enviem via papel, ou através de 1 cd, porque no ano que vem a gente tem as
1954 eleições municipais. O que mais eu ouvi aqui Simone, pelo tempo de conselho, que
1955 municípios, muita das vezes, quando perdem as suas eleições consumem com tudo. Então
1956 se você tem isso em 1 cd, a gestão que vier, entrar em 2017, se precisar recupera os dados
1957 com muita facilidade. Entendeu como é que é? Porque você vai eliminando papel também
1958 depois. Você vai inserindo essas informações, entendeu? Vai salvando também em cd.
1959 Informando em papel e de forma digital. **SIMONE:** Eu só estou falando em não deixar isso
1960 aqui. Não deliberarmos que vai ser site específico. Só isso que eu estou dizendo. Não fechar
1961 demais o instrumento. Só isso. Na época a gente divulga como que vai ser, ter certeza
1962 absoluta que vai ser no site, inclusive. Só que hoje, agora, melhor não. É isso que eu estou
1963 falando. **CONSOLAÇÃO:** Então fica isso: Os relatórios das conferências municipais deverão
1964 ser encaminhados por e-mail, pelo correio, junto com a ata de eleição. Tirou todo esse que
1965 se refere a essa questão eletrônica. **MARTA:** Não. O que a Simone está propondo é tirar o
1966 meio. Fica assim: Os relatórios das conferências serão encaminhados para o CEAS, junto
1967 com a ata de eleição dos delegados e a lista de presença dos participantes. Como, depois a
1968 gente avisa. É isso que ela está propondo. Não tem que ser por e-mail e nem por correio. Ela
1969 está dizendo: Os relatórios vão ser encaminhados para o conselho junto com a ata de
1970 eleição. Se é por e-mail, se é por cd, se é por correio, ela está dizendo que depois a gente
1971 resolve isso. **VOLNEY:** Tá! Depois resolve Marta, mas olha só. As conferências municipais
1972 estão começando hoje. Vamos dizer que esse município queira mandar semana que vem, e
1973 aí? **MARIA:** A gente pode também citar correio, e-mail. Acho que isso talvez... **SIMONE:** Se
1974 ele quiser é diferente do que nós darmos a direção. **JÚLIO:** Posso falar? Eu acho que
1975 deveria sim manter alguma coisa mais clara, porque vai complicar para a secretaria
1976 executiva. O pessoal vai estar ligando para cá para saber como que vai ser feito, e aí, eu
1977 acho que deveria saber a secretaria executiva qual a maneira mais fácil. **CONSOLAÇÃO:** Eu
1978 acho que se ser: Os relatórios de conferências municipais deverão ser encaminhados por e-
1979 mail e pelo correio, já era algo que a gente sempre faz isso. Eu vou ter um a mais que seria o
1980 sistema, aí eu acho que sim, divulgaria esse a mais, mas eu já iria garantir alguma coisa,
1981 assim como no parágrafo 2º: as inscrições deverão ser feitas observados os prazos acima.
1982 Tira a questão do site como ela falou. **SIMONE:** É. Realmente. Olha gente, eu estou
1983 pensando é lá na frente. Eu já estou lá na conferência estadual. Eu estou pensando é
1984 seguinte: nós vamos chegar à decisão de que os municípios vão mandar para nós o
1985 instrumental tal. É isso que eu estou pensando. Eu não estou falando aqui que talvez não
1986 tenha sistema informatizado não, eu estou preocupada é que nós nem discutimos isso ainda.
1987 É isso que eu estou falando aqui. Agora, se quer pôr 853 papéis de cada município aqui, na
1988 minha opinião, eu acho que isso aí não diz nada. Ficar aqui também 853 papéis, Não sei,
1989 entendeu? É só isso. Eu já estou pensando lá na frente. Agora se vocês acham que dar
1990 segurança, que eu também não sei de que, colocar, ou por e-mail eletrônico, ou por correio,
1991 então tudo bem. Eu só estava com a cabeça lá na frente. Até retiro a minha proposta.
1992 **PATRÍCIA:** Então mantém correio e e-mail. **MARIA:** Vocês podem não perceber agora, mas
1993 a gente precisa deixar isso muito claro. Se existe a possibilidade de lá na frente a gente ter
1994 isso, via site específico, a gente tem que ter cautela agora. Uma vez já dizendo que eles
1995 podem mandar pelo correio e via e-mail, lá na frente, mesmo tendo site eles vão dizer que
1996 nós dizemos que podem mandar também pelo correio. **PATRÍCIA:** Então suprime tudo.

1997 Vocês concordam? **RONALDO CAMARGOS:** Gente, problema eu não vejo nenhum. Até
1998 uma forma de garantir para secretaria executiva de receber o documento. Isso já é de praxe
1999 no Estado. Todos os municípios tem o e-mail do conselho estadual. Todos os municípios
2000 mandam pelo correio. Qual que é problema? Manda pelo correio e manda pelo site. Eu acho
2001 que não tem que ter é site específico. Também concordo com ela. Isso porque nós não
2002 temos site específico. Tem na conferência nacional um Siso conferência, que é um sistema
2003 só para conferência. Aqui nós não temos. Mas e-mail do conselho estadual e mandar a
2004 documentação é um resguardo, porque depois o município vai falar assim: eu mandei.
2005 Mandou de que forma? Ah não, não tem nenhum documento que comprova que você
2006 mandou. Então eu acho que é uma forma de garantir a lisura do processo aqui no conselho
2007 estadual. Então, eu acho que deve manter. **RONALDO:** Concordo. **RONALDO CAMARGOS:**
2008 Por e-mail e também via correio. Já é procedimento do Estado. **PATRÍCIA:** Podemos
2009 prosseguir então? Vamos voltar. Art. 7º. **VOLNEY:** Aí suprime o 2º e 3º, não é?
2010 **CONSOLAÇÃO:** O 3º não e o 2º já. O 3º não foi discutido ainda não. **PATRÍCIA:** Então
2011 vamos voltar. Parágrafo 3º é você Simone. **SIMONE:** O CEAS não se responsabilizará pela
2012 inclusão... eu acho que a gente não devia colocar isso aqui não. Eu acho que devia colocar
2013 uma coisa que desse mais poder para a comissão organizadora. Depois acontece uma
2014 excessão aí, e nós estamos "lascados". Eu não sei. Os casos omissos desse serão.
2015 **CONSOLAÇÃO:** Está lá no final. **SIMONE:** Então não precisa disso aqui. **PATRÍCIA:**
2016 Suprime esse e a gente melhora a redação do outro. **SIMONE:** Imagina se é um município
2017 que aconteceu algum problema lá. Nós mesmos estamos pedindo para o conselho estadual
2018 para gente ter mais tempo, e aí nós pedimos e colocamos essa regra aqui. **PATRÍCIA:**
2019 Próximo artigo. Art.7º Simone. Então vamos retomar. Simone você pediu um destaque no
2020 Art.7º. **SIMONE:** É porque a deliberação do plano estadual é, no mínimo, do conselho
2021 estadual. As conferências, elas deliberam sobre princípios, diretrizes, e nesse caso aqui, das
2022 conferências regionais, tem que colocar igual está no outro. **VOZES AO FUNDO PATRÍCIA:**
2023 De acordo com o 3º. **VOZES AO FUNDO** Então no Art. 8º a Consolação vai falar.
2024 **CONSOLAÇÃO:** É só que a gente já estava conversando antes da plenária em trocar aqui,
2025 quando a gente coloca no quadro conferências regionais, tem o local, que é onde vai ocorrer
2026 a conferência regional. As regionais incluídas e data. Em vez da gente deixar o local, né
2027 Simone? Pra gente trocar e colocar que é regional de referência, tá? **VOZES AO FUNDO**
2028 **MARTA:** Então vamos voltar para ajudar a Rosa. A gente trouxe os temas aqui para dentro,
2029 pra ficar uniforme. Então os municípios participação das conferências regionais e
2030 deliberaram sobre a regionalização da proteção social e especial, a participação dos usuários
2031 e a participação dos trabalhadores do SUAS. Mas aqui estava: e os representantes da região
2032 serão delegados para a conferência estadual. Não é ali que vai ser deliberado e elegido?
2033 Isso não pode ser suprimido, e, aí, em nenhum artigo está dito isso. Então tem que voltar
2034 com esse pedacinho aí. Delegados da 11ª Conferência Estadual de Assistência Social. Está
2035 certo assim agora? **JÚLIO:** Então a partir dessa resolução as conferências regionais tem
2036 poder para deliberação sobre o plano estadual de regionalização, sobre, porque nenhuma
2037 outra não fala sobre conferência regional. Essa resolução dará poder para deliberação?
2038 Então tá. **PATRÍCIA:** No 8º. Rosa, mudança da palavra local para regional de referência,
2039 porque não necessariamente pode acontecer nesse município. **VOZES AO FUNDO**
2040 **SIMONE:** Olha só. E se a gente deixa-se assim e coloca-se um parágrafo único? Caso não
2041 entendeu? Caso não seja possível a realização, é porque a nossa preocupação é deixar uma
2042 possibilidade, se não nós vamos achar um local melhor na região. Lá na CIB mesmo o
2043 pessoal levantou isso. A Lúcia falou com a gente olha, depende da quantidade de delegados
2044 daquela região. **LÚCIA:** Conselheiros. Eu estava levantando aqui, com a Simone, porque eu
2045 acho que é a 1º vez que vai se fazer a conferência regional. Eu comecei a vivenciar essa
2046 experiência com o CEDCA, que também vai fazer pré-conferência regional. O primeiro
2047 contato deles comigo era assim, 600 participantes, aí você fica louco na cidade para arranjar
2048 um lugar e todo mundo está sem dinheiro. O Estado está sem dinheiro, o município está sem
2049 dinheiro. Aquela loucura. Depois vem outra questão. Quando os conselhos começam a
2050 avisar, de 73 municípios 20 tinham feito a conferência só entendeu? E aí cai de 600 para

2051 200. Você fica “maluquinho”, porque os preços são muito diferentes. Dependendo do local
2052 você assume custos muito maiores, entre outras coisas. Então, o que eu estava levantando
2053 para a Simone, era da gente fazer uma estimativa mínima, sabe? Ou mediana, para gente
2054 começar a tomar as providências do local sobre tudo, porque no interior não é assim tão
2055 simples. Aqui não é simples. Mas nas cidades do interior também não, mesmo nas grandes.
2056 Então a gente precisa... eu posso conseguir um espaço, mas eu não tenho sala junto,
2057 entendeu? E aí, só vai ficando mais complexo. Então era isso. Eu acho bom ter uma pré-
2058 definição, para gente se organizar melhor. **CONSOLAÇÃO:** Então ficaria assim: Em vez de
2059 ser local também a gente põe município sede, como se falou que fique melhor. E o parágrafo
2060 único, a proposta de redação: O município sede da conferência regional poderá ser alterado,
2061 conforme disponibilidade de local adequado para a sua realização. Ok? Então tá. Aí vamos
2062 passar para a mesa seguir. **PATRÍCIA:** Art. 9º Ronaldo e Simone. **SIMONE:** Eu não queria
2063 colocar essa data aqui também não. Eu acho que deve ficar: Ter realizado a sua conferência
2064 municipal. **PATRÍCIA:** E você Ronaldo? **RONALDO:** Eu estou contemplado aqui na data, tá?
2065 Seria a data mesmo do 10 de agosto, e a Simone já suprimiu, não é isso? Só as
2066 conferências. **PATRÍCIA:** Agora, o Ronaldo Camargos. **RONALDO CAMARGOS:** Eu vejo
2067 problema nenhum fazer isso. Eu vou discordar. Eu acho que tem que manter a data do dia
2068 10, até porque vocês já colocaram no calendário lá atrás, até o dia 10. Então, não vejo
2069 problema nenhum de colocar que os municípios terão que realizar as suas conferências até o
2070 dia 10 de agosto. Isso é um prazo, porque depois do dia 10 como que fica? Já está lá.
2071 **VOZES AO FUNDO** Então tem que mudar no calendário lá atrás Simone, porque no
2072 calendário anterior que vocês definiram, vocês colocaram até o dia 10, que é colocado,
2073 inclusive, pelo nacional. Não é isso? Então, não vejo problema nenhum, esse é o prazo.
2074 Agora, as exceção cabe à comissão organizadora resolver gente. Para isso que está lá no
2075 último parágrafo, que todos os caos omissos quem resolve é a comissão organizadora. A
2076 comissão organizadora, ela tem poder para decidir, como a gente faz em todas as
2077 conferências. **PATRÍCIA:** Pronto? Então vamos partir para o Art. 10º. **RONALDO:** Na
2078 verdade aqui, com relação à proporcionalidade entre número de participantes das
2079 conferências municipais. Isso é o que me chama a atenção, que na verdade eu não tenho...
2080 Eu até perguntei, não sei se a secretaria tem, município de porte grande da última
2081 conferência, quantos foram os delegados? Até porque eu estou abaixo de 1.000 e abaixo de
2082 600. É menos de 600. Até por questão, também, de receita nós vamos fazer um conferência
2083 até 350 pessoas, um município de porte grande. Eu não gostaria que fosse suprimido o
2084 número de delegados com relação a isso. Eu não sei qual foi a proporcionalidade utilizada
2085 para isso. **ISABELA:** Bom Ronaldo, a gente fez uma proporcionalidade com base em uma
2086 estimativa que a gente fez, para tentar incentivar que as conferências sejam mais
2087 participativas, e que os municípios que fizerem esse esforço maior sejam valorizados por
2088 meio da disponibilização do número maior de vagas. Agora, esse que você está vendo na
2089 ementa menos de 60, menos de 150, menos de 300, o número mínimo de vagas que está
2090 sendo garantida a todos os municípios, é o mesmo número que foi garantido nos dois anos
2091 anteriores. Entao, o que a gente está fazendo é acrescentando, para valorizar o município
2092 que mobilizar, que tiver mais gente participando da sua conferência tá? Você pode ter
2093 certeza. Eu até peguei a resolução 438/2013 para confirmar certinho, mas a gente pegou o
2094 número mínimo, e está somando. E aí o que foi feito: a gente pensou esse número, que é
2095 uma média de participação, e pensamos bom para o município de porte pequeno geralmente
2096 é esse volume de participação, se ele crescer 40% a gente cresce as vagas
2097 proporcionalmente. E isso está tudo proporcional, também, em relação ao número de
2098 habitantes. Então se é 100 para porte 1, que é até 20 mil, é 250 até 50 mil, porque 50 mil é
2099 mais 150% de 20 mil. Então está tudo seguindo uma proporção. De modo que a gente não
2100 prejudique os municípios. Tem a fórmula de cálculo. A gente, até discutimos sobre isso.
2101 Pode fazer um anexo, uma tabelinha, colocando como que foi a fórmula de cálculo. Até fiz
2102 um esboço aqui, se achar que é necessário. É um pouco complicado essas coisas. Às
2103 vezes, no entendimento, mas em relação à vaga você pode ter certeza que ninguém está
2104 sendo prejudicado não. Está sendo é premiado. **RONALDO:** Ótimo. Eu me sinto

2105 contemplado. Muito obrigado pelo esclarecimento. A minha preocupação era realmente estar
2106 diminuindo o número de delegados do município. **CONSOLAÇÃO:** Gente é só uma
2107 observação. Como a plenária é gravada, as conversas paralelas estão atrapalhando, sempre
2108 que a gente vai estar fazendo a desgravação delas. Então isso cria ruído, e a gente está com
2109 muita dificuldade na hora que faz isso. Então, eu ia pedir que a gente tentasse evitar
2110 conversas paralelas. Se for muito importante, a gente, quem sabe, sai da sala um pouquinho
2111 e depois volta. Alguma coisa nesse sentido. Por que, realmente, na gravação atrapalha.
2112 Obrigada. **MARIA:** Eu queria sugerir inclusive, justamente por conta dessa ideia do Ronaldo,
2113 que, aqui nas tabelas, onde diz: para município de porte 1 e de porte 2, que retire todos os
2114 portes e permanece só com redação que está, para município com número de participantes
2115 para a conferência municipal, porque a referência aqui, da garantia da tiragem dos
2116 delegados, é o número de participantes na conferência, não é o tamanho do município. Então
2117 tira o porte, e aí... **ISABELA:** Pode falar? Você quer terminar? **MARIA:** Pode. **ISABELA:** É
2118 que na verdade, Maria, a gente levou em consideração os 2. Então, de acordo com o porte
2119 você pode ver que o de porte 2 já começa com no mínimo 4 vagas, que é isso, para não... de
2120 porte médio com no mínimo 6, que é para não prejudicar quem não conseguir por várias
2121 razões, seja por orçamento, seja de mobilização, fazer uma conferência maior, então já tem
2122 o número mínimo que é de acordo com o porte. A proporção foi pensada a partir daí, então
2123 muda. Não é só o número de participantes. **MARIA:** Sim. Aqui na proposta, se vocês
2124 acompanharem junto comigo, de acordo com o número de participantes estabelecido, por
2125 exemplo, de 100 já sendo maior, isso significa que o município é pequeno. Aí, de 60 a 99,
2126 isso já dá a característica que o município já é pequeno. Então eu acho, que na minha
2127 compreensão, está redundante o fato de dizer que é porte 1 e o tamanho da conferência.
2128 **JÚLIO:** Basta aqui pegar o D que é município de porte grande. Se tiver uma conferência com
2129 1 mil participantes, 12 representantes. Já a metropolitana com 1 mil participantes, 40
2130 representantes. Está vendo a diferença? **MARIA:** É justamente aí que eu quero chegar. Na
2131 verdade o que está valorizando aqui é o porte, não é a participação na conferência. A
2132 proposta nossa não é considerar o porte. **ISABELA:** Posso falar? **MARIA:** Pode. **ISABELA:**
2133 Eu entendi Maria. Quando a gente fez as discussões, que a gente tirou os critérios do porte
2134 para o momento da eleição dos delegados da conferência regional para a estadual, e nesse
2135 momento vai ser por segmento, e aí os trabalhadores vão ter que se organizar. Os usuários
2136 vão ter que se organizar independente do porte do município. Para a questão de pensar as
2137 vagas, foi pensado o número de participantes em relação ao porte, para pensar a questão da
2138 proporcionalidade, da representatividade, porque o município pequeno que faz o esforço de
2139 levar 100, é diferente de um município de porte 2, de fazer o esforço de levar 100. Para o
2140 município de pequeno porte 1 que a maioria deles não tem nem 20mil habitantes, tem menos
2141 de 10mil habitantes, então fazer esse esforço é muito maior, e aí, por isso que foi realmente
2142 levado em consideração para vaga na regional a questão do porte. O que não levou foi para
2143 a estadual. **RONALDO CAMARGOS:** Maria, eu acho o que a Isabela está colocando é que
2144 foram considerados duas variáveis para fazer essa proposta. A variável da participação, do
2145 movimento da participação do município para fazer a conferência, e também, a variável do
2146 porte. Talvez, aí, o que eu estou sentindo falta, não sei se cabe no regulamento fazer uma
2147 nota técnica, alguma coisa, que explique como é que chegou nesses números para os
2148 municípios. Talvez não seria essa tabela, esse cálculo que você disse, que é muito confuso
2149 isso para nós que somos leigos, mas dizer o seguinte: "olha para valorizar a participação foi
2150 levado em consideração o porte do município e também a participação dos", entendeu? Para
2151 que chegassem a essa proposta de delegados para as conferências regionais. E, aí,
2152 esclarecendo, o município vai entender. Por que só apresentando isso, aí, dá essas
2153 interpretações. Quando apresentou na CIB, também houve a mesma questão. Então, nós
2154 temos que pensar em uma forma de como explicar isso que está colocado aí, que está todo
2155 mundo concordando, porque os dois princípios fundamentais estão garantidos, que é a
2156 questão da participação e a questão do porte também que vocês estão dizendo. E, outra
2157 coisa, Isabela, que você falou que nós não estamos reduzindo nenhuma participação da
2158 última conferência. Nós estamos ampliando a partir do movimento que o município está

2159 fazendo, que ter uma grande conferência, uma conferência com a participação do usuário,
2160 trabalhadores e entidades. Nós estamos valorizando o esforço do município com número
2161 maior de delegados. Eu acho que isso tem que ser traduzido nesse documento aí. **SIMONE:**
2162 É. Realmente nós temos que colocar, porque nós não vamos estar nos lugares, para explicar
2163 para os municípios. Até hoje onde nós apresentamos, teve que pegar o microfone e explicar.
2164 Tanto na CIB, quanto no COGEMAS, agora no conselho. Nós temos que ver qual a forma de
2165 como vamos fazer para apresentar isso aqui, porque se for quadrinho, esse quadrinho tem
2166 que dizer bem dito, porque até agora tem dado muita confusão, não é? As pessoas estão
2167 gostando do critério, mas na hora que bate o olho... é isso aí. Porque que o município de
2168 porte grande que tem mais de 1 mil pessoas, vai mandar 12? E a metrópole também que tem
2169 mais de 1 mil pessoas, vai mandar 40? Essa é a resposta que nós temos que dar. Ela teria
2170 que ter mais de 1 mil. Nós temos que transformar razoabilidade em política. **ISABELA:** Não,
2171 eu estou concordando. **SIMONE:** Eu sei. Eu também estou concordando com você, só que
2172 nós temos que transformar razoabilidade na política, para gente não precisar explicar. Então
2173 eu acho que a gente tem que continuar debatendo até achar uma saída. **LÚCIA:** Eu queria
2174 só complicar um pouquinho. É importante, sabe por quê? Porque vai gerar a mesma dúvida.
2175 Vejam. Eu sou de porte grande, menos de 600 participantes, podem ser 10, podem ser 20,
2176 podem ser 60. Então, suponha que o meu menos de 600 sejam 60, eu vou ter 8 vagas e o
2177 outro que fez 60 também vai ter 2. Eu acho que é super bacana incentivar a participação,
2178 mas aí a gente teria que correr o risco de por um teto mínimo, entendeu? Para fazer justiça
2179 aqui nesse cálculo com a população. Eu já tenho 8 garantidos, independente de quantos
2180 forem na minha conferência, entendeu? Eu já tenho 8 vagas garantidas, não preciso me
2181 esforçar. Até porque essa 8 é igual da outra vez. Então eu acho que essa outra questão nós
2182 vamos ter que desvendar também. **CONSOLAÇÃO:** Eu pensei já nesse Inc. III que a gente
2183 fala: o número de vagas de delegados de cada município seguirá a proporcionalidade
2184 definida abaixo, onde foram considerados os números de habitantes por município bem com
2185 os números de participantes nas conferências municipais. Porque aí daria a introdução de
2186 tudo isso. Seria algo a mais do que isso, para explicar? Eu estou sendo muito simplista? Isso
2187 já daria para gente ter ou não? **VOZES AO FUNDO** O número de vagas de delegados de
2188 cada município seguirá a proporcionalidade definida abaixo, onde foram considerados os
2189 números de habitantes por município, bem como os números de participantes nas
2190 conferências municipais. Eu estou tentando, pelo menos, traduzir essa consideração.
2191 **RONALDO:** Eu concordo em parte com a introdução. Quando você fala do número de
2192 participantes e no caso a população aqui, é muito mais difícil para o meu município que tem
2193 600 mil habitantes atingir 1 mil. Eu não vou atingir. E a metrópole é muito fácil ter os 1 mil.
2194 Então não está em uma proporção. Eu não sei... é muito mais fácil do que o município de
2195 600. É impossível eu ter mais de 1 mil, para agregar mais 2 delegados. Aqui eu tenho mais
2196 de 1 mil, no máximo 12 delegados, e a metrópole mais de 1 mil, 40 delegados. Eu acho que
2197 não condiz. Eu acho que tem que ser mais complementado. A proporção entendo que não
2198 está havendo. **MARIA:** Eu acho que exatamente aí que está o segredo. Nós estamos
2199 definindo 2 critérios. A questão da clareza é essa. Ou um critério nosso precisa ficar claro,
2200 considerando o número de participantes na conferência, ou a gente considera porte. Nós
2201 estamos considerando os 2 e está dando confusão. Ou a gente considera tirar delegado com
2202 o número de participante na conferência, ou considera porte. Os 2 juntos estão dando a
2203 confusão. **PATRÍCIA:** Me deixa só jogar aqui. Vários municípios vão fazer suas conferência,
2204 e aí eu tento garantir 350. Aí, todos garantem o mínimo, e eu tenho mais delegados do que
2205 tenho vaga lá na estadual. Como que ficaria isso? Porque se eu colocar também só pelo
2206 quantitativo de participantes dentro da conferência, eu posso ter um quantitativo enorme, ter
2207 mais delegados do que cabe na estadual. Então, eu tenho que ter um outro parâmetro
2208 também. É só para gente pensar. **VOZES AO FUNDO MARIA:** Na conferência estadual nós
2209 temos o previsto de delegados já. Na reunião da comissão organizadora eu coloquei isso, o
2210 que pode acontecer aqui é o risco da gente ter menos, por exemplo, ficou determinado que
2211 para os municípios com 100, 6. Para 250, 8. Um exemplo. Mas se os municípios não atingirem
2212 esse número máximo, ele não pode tirar o total de delegados, ele vai estar sempre tirando

2213 menos. Vocês entenderam? Nós vamos correr o risco de ter menos delegados e não mais.

2214 **ISABELA:** Eu acho que menos nós não vamos ter o risco Maria, pelo fato da quantidade

2215 mínima de delegados, ser a mesma quantidade de delegados do ano passado entendeu?

2216 Então nós não vamos levar menos gente. Mas assim, isso é difícil mesmo. A gente está

2217 querendo fazer uma inovação, propor uma coisa nova para tentar valorizar esse esforço da

2218 participação nas conferências e de trazer a representação do usuário e do trabalhador. Então

2219 é difícil de pensar mesmo. Eu trabalhando com o monitoramento, com números, a gente

2220 sempre acha muito arriscado pegar um número absoluto para você considerar

2221 universalmente, desconsiderando o contexto entendeu? A questão da proporcionalidade em

2222 relação ao porte talvez seja a solução, porque está muito difícil de explicar dessa forma, mas

2223 é porque a gente sempre tem esse cuidado de considerar em relação do tamanho da cidade

2224 de usar a questão de percentual para ter representatividade, é muito diferente. De novo, 100

2225 pessoas de 1 município de 5 mil habitantes e 100 pessoas de 1 município de 4 milhões

2226 entendeu? O que isso representa? A ideia foi de tentar chamar a atenção para essa questão.

2227 Esse que foi o esforço, a tentativa aqui. Também estou com dificuldades de pensar uma

2228 maneira que fique mais claro. A solução talvez a gente possa achar aqui, que seja fazer um

2229 regrinha única. Eu acho que a gente vai prejudicar os municípios pequenos e que são a

2230 maioria, são 80% dos municípios de Minas Gerais. Eu acho que a gente vai está

2231 prejudicando eles quando a gente coloca um critério único. O número absoluto diz pouco

2232 para gente, no meu ponto de vista. Eu achei a proposta do Ronaldo muito boa da nota

2233 técnica, talvez a gente possa incluir aqui um parágrafo, um anexo também na resolução,

2234 pode ser constando a nota técnica que explica a parte qualitativa e também a memória de

2235 cálculo. Quem tiver interesse pode ter a memória de cálculo, mas a gente faz um texto

2236 qualitativo que explique como que foi pensado. É a minha sugestão. **LÚCIA:** Eu acho que a

2237 gente tem que pensar naquela questão do mínimo, porque se não, aí, realmente a gente não

2238 faz justiça com os municípios pequenos. **ISABELA:** Eu esqueci, mas eu ia falar do mínimo.

2239 Aí nós vamos ter que rever o outro critério. A gente está colocando que todos os municípios

2240 que realizarem a conferência tem direito a participação na conferência regional. Se a gente

2241 estabelece um número mínimo, então a gente tem que mudar essa outra regra também.

2242 Então não basta só ter conferência, tem que ter conferência com o número mínimo de

2243 participantes. **VOZES AO FUNDO** Mas se você não tem delegado, você não tem direito a

2244 participar na conferência regional entendeu? Eu acho o mínimo mais complicado da gente

2245 pensar parâmetros aqui justos do que a gente pensar no objetivo maior que é premiar quem

2246 fizer para cima. A gente não quer penalizar os municípios que tem dificuldades. A gente quer

2247 é premiar quem faz um esforço e consegue ter mais gente. **MARIA:** Isabela contemplou,

2248 porque nós vamos cair na mesma lógica dos recursos dos municípios. Quem não gastou não

2249 ganha mais. **MARTA:** Como a gente estava na CIB, a proposta realmente, retomando a

2250 discussão, foi que porte não entraria nos critérios. Isso é o que estava colocado. Então a

2251 presidente está correta. Realmente, se a gente quer valorizar a participação e a mobilização

2252 do município o critério de porte é o que cai. Eu e a Milla estávamos tentando fazer aqui um

2253 exercício, mas a gente ainda não chegou, para não quebrar, mas no mínimo uma

2254 conferência que tenha entre 2 a 60 participantes, que seria a primeira tabela ali, ela vem com

2255 2 delegados, não é? Nós só estamos com o problema na faixa intermediária, que é entre 60

2256 a 99, que viriam 4. E depois é de 100, porque de 100 o próximo pula para 150, correto? Mas

2257 o quê que a gente estava pensando, rever um pouquinho essas intermediárias e juntar,

2258 porque eu acho que é possível tirar o porte e deixar as faixas realmente só de participação.

2259 Não vai quebrar tanto assim. Teria que fazer uma operação sim, uma continha, fazer um

2260 número para agregar mais essas faixas aqui, porque de 60 a 99 é uma pessoa a menos do

2261 que de 100 não é? E o outro é acima de 100, entre 100 e 150, que vai ser a faixa seguinte.

2262 Acho que é possível fazer uma conta rápida disso aí, sem quebrar tanto e tirar porte, se era

2263 proposta original. Acho que é factível. **SIMONE:** Eu acho que a gente devia escrever o

2264 seguinte, serão critérios para serem delegados nas conferências regionais: 1º os municípios

2265 que realizaram conferência municipal. 1º critério. 2º critério: o número de participantes nas

2266 conferências. Aí escreveríamos como parágrafo único: entende-se por número de

2267 participantes da conferência o número de população do município x a quantidade de
2268 delegados na conferência municipal. Aí deixava clara quais são os critérios, porque realmente
2269 os critérios não estão claros. Está escrito isso. Está aqui uma tabela, quando se olha a tabela
2270 vem porte, aí vem mais de 100 até não sei quanto. Então nós temos a fórmula de falar isso.
2271 Outra questão que talvez fosse importante, um outro critério que foi utilizado. Talvez sejam 3
2272 critérios. O número de delegados na última conferência, mas isso já é para a conferência
2273 estadual, isso não é para a regional, a quantidade de delegados que vem para a conferência
2274 estadual. Aí já é tiragem de delegados da conferência regional para a conferência estadual.
2275 Aqui nós temos que deixar claro, qual que é o critério das municipais para a regional. A
2276 minha sugestão é essa, e, aí, a gente tiraria esse negócio, para município de pequeno porte.
2277 **HERMELLIS:** Eu havia pensado de colocar por porte só o número estimado, que foi previsto,
2278 Isabela, na proporcionalidade. Dizer a quantidade geral para a conferência de cada porte,
2279 não colocando as outras explícitas nessa tabela. Em cada porte deixava só uma, assim:
2280 delegado para porte 1 tantos delegados. É o mínimo. Em cada uma dessas definições
2281 colocaria explicando a proporcionalidade. O município que tiver tantos a mais terá
2282 porcentagem única. Estão entendendo, mais ou menos, o quê que é? **SIMONE:** Porque dá a
2283 ideia de plus. **HERMELLIS:** Exatamente. **VOZES AO FUNDO** Apresentaria o mínimo. Porte
2284 tem tanto. Aí, dentro desse depois, o que tiver tantos por cento a mais de participantes, tem
2285 mais 2 delegados, por exemplo. Porque aí contemplaria o cálculo que fez, considerando a
2286 quantidade de portes. **VOZES AO FUNDO. SIMONE:** Eu tenho uma proposta de
2287 encaminhamento. Eu quero sugerir que a gente tire aqui 2 conselheiros que vão ali, refaço
2288 a proposta. Não tem que sair hoje? Por favor, Hermellis você ajuda aí? A não ser que você
2289 tem uma coisa muito. Então vai lá Hermellis “meu filho”. E se tiver falta de acessibilidade lá,
2290 vocês chamam o Volney, meu protetor. **PATRÍCIA:** O próximo destaque é do Volney. O
2291 Volney saiu. Então a gente vai passar para o Art. 10º e depois a gente volta. O Art. 10º que
2292 fez o destaque, foi a Nilce. **RONALDO:** É só uma pergunta. Se não haveria a possibilidade
2293 de fazer a distribuição em todos esses números de vagas para conferência. Porque alguns
2294 ele já traz quantos representantes e outros a proporcionalidade. Então não está o mesmo
2295 critério aqui, o número de vagas para a conferência regional. Ele traz a paridade, mas todos
2296 eles não trazem a distribuição. Ele traz a proporcionalidade. **PATRÍCIA:** Está sim.
2297 **RONALDO:** Sendo 5 representantes governamentais e 5 sociedade civil. Os representantes
2298 da sociedade civil deverão seguir as proporcionalidades entre usuários. Então não distribui
2299 todos eles. **PATRÍCIA:** Está garantindo só os usuários. Isso está sendo revisto ali pela
2300 Isabela e pelo Hermellis. **SIMONE:** Ronaldo, também vai sentar lá para colaborar. Vai lá
2301 Ronaldo! **PATRÍCIA:** Volney você fez um destaque no parágrafo 2º. **VOLNEY:** Na verdade, é
2302 em todo o 10º. Porque a última conferência deu muito problema com relação ao conceito de
2303 trabalhadores governamentais e trabalhadores de entidades. Esse conceito, ele está claro
2304 para gente? Para evitar o mesmo problema lá na conferência, gente. Porque você vai fazer
2305 conferência aí, e só querem vim trabalhadores governamentais. Muitas vezes não se
2306 oportuniza trabalhadores de entidades. Isso o “pau quebrou” na última conferência. Então
2307 esse conceito, ele tem que estar muito claro para a gente. Eu só quero provocar isso aí.
2308 **JÚLIO:** Eu estou entendendo que o trabalhador da sociedade civil é aquele que trabalha na
2309 sociedade civil, não é? Eu entendi isso. Se não a proporção de representante da sociedade
2310 civil vai estar fragilizada. **LÚCIA:** Olha. Essa é uma questão que a gente precisa amadurecer
2311 e fazer uma discussão mais clara, mais transparente. A gente tem discutido muito o seguinte:
2312 nos conselhos, eu entendo, que de entidade, devem estar nos conselhos os gestores das
2313 entidades, por quê? Porque o trabalhador vai para o conselho, e ele não faz o discurso do
2314 trabalhador. Ele faz o discurso da entidade, ele está representando a entidade. Então, ele
2315 não pode ir lá e fazer um discurso e a defesa do trabalhador. Essa é uma primeira questão,
2316 pelo menos, o que eu estou discutindo lá com o pessoal. Eu acho que o trabalhador, ele se
2317 organizar independente. Ele é trabalhador da rede SUAS. Entre eles, eles têm que criar
2318 critérios, pra que as realidades de trabalham estejam representadas. A realidade de um
2319 trabalhador na área governamental, muitas das vezes, é absurdamente diferente. Nem
2320 sempre é para melhor. Às vezes é para pior entendeu? Então, o que a gente estava

2321 discutindo lá é o seguinte: os critérios dentro dos fóruns de trabalhadores é que tem que
2322 estar claro, para que o trabalhador do seguimento de idoso são algumas questões.
2323 Trabalhador do seguimento de crianças são outras medidas sócioeducativas, são outros de
2324 entidades ou direto. Vários desses serviços eles podem estar sendo ofertados, ou pela rede,
2325 ou pela unidade direta. Então, eu entendo que a discussão trabalhador é uma. Interesses de
2326 entidade são outras coisas gente. Como é que um trabalhador que representa uma entidade,
2327 ele discute questão do trabalhador? Se ele discute, ele perde o emprego. Se for para fazer a
2328 crítica, ele perde o emprego. Isso é real. O trabalhador do governo não faz o papel do
2329 trabalhador. Ele não discute, entendeu? Dependendo do trabalhador ele não tem coragem de
2330 discutir. **JÚLIO:** Aí então, o que a Lúcia contradiz, porque, se o trabalhador, ele não tem
2331 coragem de apresentar, realmente lá, com medo de perder o emprego, então aí, de fato, o
2332 representante do governo, ele vai estar cumprindo o papel do governo entendido? E outra
2333 coisa, eu acho que representante de entidade tem que estar representando a entidade. É um
2334 trabalhador que também trabalha. Faz parte da gestão da rede privada e tem total autonomia
2335 de representar a entidade. **LÚCIA:** Tem não, Júlio. Você me desculpa. Eu acho que tem que
2336 esclarecer isso. O que vai discutir a questão do trabalhador, precisa ser representante dos
2337 trabalhadores com total isenção. Isso existe o respeito, e a gente está observando no
2338 conselho, à medida que está mudando entendeu? Cada um fica no seu papel. O gestor da
2339 entidade está indo para o conselho, até para ele entender gente, porque se não o gestor
2340 continua nada da política. O que eu quero te dizer Júlio, é que o trabalhador. É claro que a
2341 relação do trabalho dele é muito precarizada. Até quando ele representa o trabalhador. Ele
2342 tem medo. Por isso que a gente está discutindo tanto, que na relação tem haver a
2343 desprecarização dessa relação. Hoje, se o trabalhador gostar de mim, ou não gostar, tanto
2344 faz, ele é servidor. Ele vai falar o que ele acha. Agora, eu acho que as entidades têm
2345 interesses diferentes na discussão entre os conselhos, em relação aos trabalhadores, bem
2346 diferentes. Inclusive em relação aos usuários. **JÚLIO:** Só entendo que está sendo fragilizada
2347 a representação da sociedade civil. Eu tiro o exemplo, assim, mesmo não representando a
2348 entidade lá no conselho, mas trabalhando mesmo, trabalhando num órgão público, e ele
2349 manifestar uma coisa contrária ao governo, o governo pode tirar ele de um cargo e colocar
2350 em um outro bem pior. E aí? Isso pode ser um sentido de ameaça. Por que isso acontece,
2351 não é? Isso acontece nos municípios menores. A politicagem acontece. E aí? Ele vai estar
2352 representando o governo ou sociedade civil, nesse caso? Ele vai estar muito mais
2353 preocupado com o emprego dele, que é normal. **LÚCIA:** Júlio, eu não sei como é que todos
2354 os conselhos, todos os municípios orientam não. Mas no conselho, quando você manda um
2355 funcionário e ele é cargo de confiança, se ele é cargo de confiança ele tem que estar alinhado,
2356 ou então ele sai do cargo. E ele sabe que está indo para defender a política. A proposta, o
2357 projeto político. **PATRÍCIA:** Pronto. Simone. **SIMONE:** Primeiro eu queria dizer o seguinte.
2358 Nós estamos chamando de trabalhadores, aqueles eleitos pelo os seus pares. Reconhecidos
2359 como trabalhadores. Os trabalhadores, ele tem uma pauta específica, uma pauta própria.
2360 Eles querem saber de salário, condições de trabalho, da saúde do trabalhador. Eles querem
2361 discutir condições de trabalho, sigilo no prontuário. Isso tem haver o que com entidade ou
2362 com o governo? Nada. Eu acho que nós temos que respeitar. Os trabalhadores são
2363 organizados em fóruns. Tem os fóruns dos trabalhadores, os fóruns dos usuários e os fóruns
2364 das entidades, se não seria tudo a mesma coisa. Batia no liquidificador. Esse argumento
2365 Júlio é muito perigoso, que também serve para as entidades que tem convênio com a
2366 prefeitura. Então, ela também não pode sentar no conselho, porque se sentar o governo
2367 autoritário faz o que? Quem levanta voz contra ele corta o governo, manda o funcionário
2368 embora, retira o benefício do usuário. **JÚLIO:** Mas acontece. **SIMONE:** Eu sei. Mas isso é
2369 política pública. Nós estamos aqui discutindo política. Agora, o que tira o cara autoritário é
2370 voto na eleição. Não adianta a gente colocar aqui que só vai criar problema, igual tem criado.
2371 A disputa é política. Se nós, lá da SEDESE, ficar mandando trabalhador embora pela forma
2372 que ele se posiciona na luta não pode ser. Esse não é trabalhador não. O governo está nem
2373 aí se é trabalhador ou não. Que é difícil demais também, quando o governo é autoritário. A
2374 gente sabe como as coisas são complexas. Eu pedi a Consola para ela pegar para nós, e

2375 que acabou de chegar, uma orientação sobre os trabalhadores do SUAS para as
2376 conferências de 2013, não foi? Nós devemos, também, observar, nos orientar, e eu acho que
2377 deve ser discutido aqui. Não sei se a gente lê a nota técnica toda, o que vocês acham?
2378 Então eu vou ler. Em um instante eu leio. Prometo. A presente nota tem por objetivo tratar da
2379 representação dos trabalhadores nos processos das conferências. Não estamos discutindo
2380 conselho, tá Júlio? Nas conferências municipais, estaduais e nacional. A organização da
2381 assistência social se estabelece por meio do sistema descentralizado e participativo do
2382 SUAS, que tem por função precípua a proteção social, a vigilância e defesa dos direitos.
2383 Seus principais objetivos são proteger a vida, reduzir danos e prevenir reincidências de
2384 riscos pessoais e sociais. A proteção social se concretiza com a oferta de serviços e
2385 benefícios de caráter planejado e continuado, previsto no Art. 23 da LOAS, como atividades
2386 continuadas que visam a melhoria da vida da população, e cujo as ações voltadas para as
2387 necessidades básicas. Observe os objetivos e diretrizes previstos na LOAS. Conforme
2388 estabelecido na política de 2004 e na NOB/SUAS da política de recursos humanos, é um dos
2389 eixos estruturados do SUAS. As orientações técnicas e normativas obrigatórias no âmbito do
2390 SUAS reafirma a centralidade dos trabalhadores, tendo em vista que materializa o direito
2391 sócioassistencial por mediação planejada, qualificada e continuada. A composição das
2392 equipes de referência no âmbito do SUAS está fundamentada no conjunto de normativas,
2393 que alicerçam o sistema, e estabelece competências e responsabilidades da política, e,
2394 conseqüentemente, da gestão das unidades e dos serviços, programas e projetos. Os
2395 parâmetros que orientam a questão do trabalho no âmbito do SUAS têm como base e
2396 concepção da assistência social contida na Constituição, na LOAS, na política nacional e na
2397 NOB/SUAS 2012. Além da NOB de recursos humanos e na resolução do CNAS nº 17, de
2398 junho de 2011, que ratifica a equipe de referência estabelecida pela NOB/SUAS, e que
2399 reconhece as categorias dos profissionais de nível superior, para atender as especificidades
2400 e particularidades do trabalho social e das funções essenciais da gestão. Nesse conjunto de
2401 normativas destaque a NOB-RH/SUAS, aprovada pelo CNAS, que estabelece as equipes de
2402 referência do sistema, entendida como aquelas constituídas por servidores efetivos
2403 responsáveis pela organização, pela gestão e oferta do provimento do serviço, programas,
2404 projetos e benefícios da proteção básica especial, levando-se em consideração o número de
2405 famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as requisiões que devem ser
2406 garantidas aos usuários. Considerando, também, que atuam nesse sistema os trabalhadores
2407 da rede sócioassistencial privada, que atua na complementação da política de assistência
2408 social. Então, na verdade, o SUAS considera os 2 trabalhadores. Os que trabalham nas
2409 equipes de referência das unidades estatais, e os que trabalham na rede privada como
2410 trabalhadores do SUAS. Seguindo os avanços na implantação SUAS, o seu aprimoramento e
2411 oferta qualificada de suas ações, a NOB/SUAS aprovada recentemente por meio da
2412 resolução nº 33 de 2012. Esse é o capítulo 8º, que trata da gestão do trabalho no SUAS em
2413 seus Art. 109 e 112, detalha as ações relativas à valorização dos trabalhadores e a
2414 estruturação dos processos do trabalho institucional, além das responsabilidades
2415 compartilhada no âmbito do entes federados. Destaque-se ainda, nessa nota, para os efeitos
2416 das conferências, o Art. 1º da resolução do CNAS - nº 23, de 16 de fevereiro de 2006, que
2417 reafirma todas as legítimas formas de organização dos trabalhadores, como, associação de
2418 trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais,
2419 de profissão regulamentadas que organizam, defendem e apresentam os interesses coletivos
2420 dos trabalhadores que atuam institucionalmente na área, conforme preconizado na LOAS e
2421 nas normativas obrigatórias do SUAS. Diante de todo exposto à vista das colocações
2422 realizadas na presente nota, ratificamos que os trabalhadores do SUAS são todos aqueles
2423 inseridos nas secretarias de assistência sociais, nas secretarias executivas dos conselhos de
2424 assistência social, nas unidades públicas estatais, nas entidades e organizações de
2425 assistência social, respectivamente, responsáveis pelas funções de gestão, de provimento
2426 dos serviços, programas, projetos e benefícios. Essa afirmação materializa as diretrizes e
2427 princípios estabelecidos na NOB-RH/SUAS. Esses trabalhadores, no âmbito das
2428 conferências, defenderam os seus interesses coletivos da qualidade de segmento de

2429 trabalhadores da sociedade civil. Por analogia ao disposto na resolução nº 237 de 2006, no
2430 âmbito das conferências de 2013 não representaram, no segmento dos trabalhadores da
2431 sociedade civil, os trabalhadores públicos ou privados revestidos de cargo de direção, de
2432 chefia ou comissionados, uma vez que esses, devido as suas atribuições, representam o
2433 governo, e o segmento das entidades da sociedade civil. Reafirmamos ainda, nessa nota,
2434 que, no processo de conferências, os municípios devem potencializar todas as formas e
2435 estratégias, para ampliar a participação dos trabalhadores da rede socioassistencial pública e
2436 privada do SUAS, materializada em pré-conferências, dentre outras. Essa fase preparatória
2437 possibilitará a identificação e pré-inscrição para as conferências municipais e do DF, do
2438 segmento do governo e sociedade civil, em consonância aos itens 12 e 13 dessa nota. Essa
2439 representação não pode ser alterada no processo de conferência, ou seja, a mesma deve
2440 permanecer na etapa estadual, ou do DF, para a conferência nacional. Assim, essa nota,
2441 para efeitos do processo de conferência, está respaldada no arcabouço legal normativo,
2442 especialmente na realidade vivenciada pelas várias organizações de trabalhadores e suas
2443 representatividades nos conselhos e nas conferências, que agrega os trabalhadores públicos
2444 e privados. Desta forma o SUAS reconhece todas as formas de organizações dos seus
2445 trabalhadores e trabalhadoras, em consonância com as resoluções do conselho nacional.

2446 **DENISE:** A minha opinião, como representante no CEAS no segmento de trabalhadores, é
2447 que, se esse conselho fizer novamente a opção histórica de estabelecer vagas diferenciadas
2448 para esses 2 tipos de trabalhadores, novamente a gente vai prestar um grande serviço para
2449 essa categoria prestadora de serviço no SUAS. Isso porque a gente provoca um contraponto.
2450 A gente provoca um confronto entre esses 2 tipos de trabalhadores do SUAS. De um lado
2451 fica o trabalhador de entidade, no processo de acusação para quem está dentro do governo,
2452 prestação de serviço de ordem pública. E, por outro lado, quem está no órgão público,
2453 dizendo sempre isso que a Lúcia colocou, que o trabalhador de entidade vai lá para defender
2454 interesse de entidade. E isso é um denso serviço em prol das organizações e para os
2455 trabalhadores do SUAS. Nós não temos 2 SUAS. Um que é executado pelo órgão público e
2456 outro pelas entidades. Nós somos uma rede, nós somos um sistema. Ou a gente conversa
2457 no sentido de criar identidade desse trabalhador e que ele seja, sim, eleito pelo os seus
2458 pares, em fóruns próprios. Eu tenho discordância um pouco, em parte, com essa orientação,
2459 porque eu ainda penso que o grande momento é para a gente estimular os fóruns de
2460 trabalhadores do SUAS. Nós precisamos batalhar pela criação dessa identidade, desse
2461 trabalhador. Porque que o trabalhador da saúde consegue se colocar nesse lugar? A gente
2462 precisa caminhar nesse sentido para o trabalhador da política de assistência, e o fórum é o
2463 espaço privilegiado. Esses espaços de representações é um espaço de luta, gente. É de
2464 representação. É o espaço de luta política. Mas, só que o espaço da disputa, ele tem que ser
2465 leal, quando eu junto todo mundo que é trabalhador, que tem identidade de trabalhador do
2466 SUAS para fazer a disputa pelo espaço de representação. A minha opinião é que se a gente,
2467 mais uma vez, caminhar para esse modelo, a gente presta um denso serviço tanto à política,
2468 quanto à organização dos trabalhadores do SUAS. **MARTA:** Eu retiro um pouco a minha fala.
2469 Já me senti contemplada com que a Denise e a Simone falaram. Eu reconheço que
2470 trabalhador, no momento da conferência, ele passa, se reveste, de função de representante
2471 da sociedade civil. É lógico que o cotidiano das relações do trabalho, das condições de
2472 trabalho, vem junto com todo o debate, nesse caldo de discussão que ele vai trazer para a
2473 política. Agora, se ele trabalha em órgão público, ou ele trabalha em entidade, quando ele se
2474 tornou representante de trabalhador, ele está discutindo são as condições de trabalho, as
2475 relações de trabalho. É isso que ele está discutindo. Eu acho que a nota do CNAS é muito
2476 clara em dizer isso. Então me sinto contemplada pela Denise, pela Simone. Entendo isso. Os
2477 sindicatos que estão aqui representados, os conselheiros representam a sociedade civil.

2478 **VOLNEY:** Na nota técnica, se eu ouvi bem, está dizendo, que os trabalhadores
2479 governamentais são apenas aqueles efetivos. Vocês prestaram bem atenção, ou não? A
2480 nota técnica fala isso. Os trabalhadores governamentais são os efetivos. Então os
2481 contratados, que são a grande maioria, não são trabalhadores. Está aí na nota. Ou eu ouvi
2482 mal? Eu entendi isso. Você entendeu isso, Ronaldo, também? Ronaldo entendeu isso

2483 também. **MARTA:** Efetivo no sentido de ênfase e não de concursado. É isso que diz na nota.
2484 **VOLNEY:** Interpretação sua, não é Marta? **CONSOLAÇÃO:** Vou aproveitar então, já que ela
2485 está buscando ali.. **VOZES AO FUNDO VOLNEY:** Nesse conjunto de normativas destaca-se
2486 a NOB/SUAS aprovada pelo CNAS, por meio da resolução nº 269, que estabelece a equipe
2487 de referência do sistema, entendida como aqueles constituídos por servidores efetivos
2488 responsáveis pela organização, gestão e oferta proveniente do serviço, programas, projetos
2489 e benefícios da proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de
2490 famílias... Não é só os efetivos que são trabalhadores? **SIMONE:** Aí está dizendo da equipe
2491 de referência. Está certo Volney. Qual que é a sua questão? **MARTA:** Ele está questionando
2492 os contratados e não os concursados. **SIMONE:** Gente, todo mundo sabe que a equipe de
2493 referência são os efetivos. Agora, nós não podemos partir do princípio que os municípios não
2494 estão efetivando suas equipes de referência. Nós estamos partindo do princípio da lei, é
2495 óbvio. É claro Volney. A NOB-RH fala e todo mundo sabe. Só ser do PAIF e PAEF se for
2496 concursado. Isso aí é lógica. Eu não posso dizer outra coisa aqui sem ser o que está na
2497 NOB, e nem vou dizer. **JULIO:** Eu entendo que o trabalhador, ele vai estar lá na conferência
2498 defendendo o direito dele, mas ele vai estar lá como delegado, e vai deliberar sobre a
2499 conferência como um todo. Não só os interesses dos trabalhadores, não é? Por outro lado,
2500 eu sou a favor de ter um número x de representante de trabalhador da sociedade civil e um
2501 número "x" de trabalhador do governo. Eu, como trabalhador representante da sociedade
2502 civil aqui, não concordo com a forma que está sendo aqui. **CONSOLAÇÃO:** Eu só quero
2503 lembrar, gente, o equívoco, que a gente passou na conferência passada. Houve um
2504 equívoco da parte do conselho estadual de assistência na conferência passada. Isso foi
2505 colocado à tona e em discussão, na conferência, como um todo. A conferência inteira
2506 entendendo isso. O conselho nacional presente, ele manifestou, ele, inclusive, entrou com
2507 recurso no Estado. O conselho estadual que tanto defendia a questão de recurso de
2508 município na conferência, o conselho nacional pedindo para voltar, dizendo que ninguém
2509 estava respeitando as normativas, inclusive, de referência de conferência, e o conselho ainda
2510 não deixou o trabalhador participar da forma de como estava na normativa. Eu acho que a
2511 gente não precisa viver essa experiência novamente. Teve moção de repúdio em relação a
2512 isso, a esse entendimento. O conselho nacional, na reunião que ele promoveu aqui com os
2513 conselhos estaduais, isso foi tema de discussão. Eu participei no 2º dia. Nós colocamos essa
2514 questão do trabalhador, o conselho nacional de novo ratifica que trabalhador não tem
2515 diferença. Aí eu sou legalista, né gente? Eu acho que não é uma questão, meramente eu
2516 estou interpretando a lei. Existe uma norma, um entendimento nacional, porque o sistema ele
2517 é único. Então nós temos que entender que trabalhador é do SUAS, do sistema. E temos
2518 esse entendimento nacional, inclusive a comissão organizadora. Todos aqui estavam
2519 ninguém nem cogitou esse outro tipo de interpretação a propor na normativa. Nós estamos
2520 entendendo trabalhador como um todo. **MARIA:** Diante do que a Consolação colocou
2521 alguém ainda quer comentar mais? O Ronaldo, e, aí, a gente encaminha. Combinado gente?
2522 **RONALDO:** Na verdade eu represento, no meu conselho, o trabalhador do setor. É
2523 preocupante pelo seguinte: eu vou concordar em parte com a Simone e com a Nilce, mas só
2524 em parte pelo seguinte: nós temos lá a paridade dos conselhos, existem as normativas, mas
2525 todos que representam o governo no nosso, Conselho Municipal de Juiz de Fora, eles são
2526 servidores. Naquele momento ele é governo e ele é trabalhador. Não quer dizer que ele
2527 tenha cargo de confiança. Não são só os que têm cargo de confiança que são indicados pelo
2528 governo, pra representar o governo no conselho. E aí ele vem para a paridade. Então, na
2529 verdade, a discussão, e aí eu vou concordar com o Júlio, não há discussão na conferência
2530 que ele trata de um assunto específico de trabalhador. Quando ele está lá ele delibera sobre
2531 tudo o que está sendo dito, discutido no conselho municipal e na conferência, na oficina,
2532 porque a oficina não trata separado trabalhador de nada. Ele pode defender. Então, nesse
2533 caso, nós tivemos uma reunião, houve uma preocupação muito grande porque dividindo
2534 entre sociedade civil e governo - se você pegar aqui, quem não tem cargo de confiança ele é
2535 sociedade civil, então cadê a paridade quando, ele lá comigo no conselho municipal, ele
2536 representa governo? E agora ele vem como sociedade civil? É minoria a categoria de

2537 trabalhador da área no meu conselho, e a maioria dos trabalhadores que estão lá, como
2538 representante da sociedade civil por não ter cargo de confiança, vai votar em quem é do
2539 governo, em um colega seu que é do governo. E não se trata, também, na casa da
2540 representatividade de entidade. A maioria, que representa entidade lá no meu conselho, não
2541 é diretoria, são empregados que são indicados como representante. Nós fizemos isso. A
2542 gente acata lá o ofício assinado pela diretoria, indicando representante da entidade e, nesse
2543 momento, ele não fala como trabalhador, ele fala como entidade. **CONSOLAÇÃO:** Lembrei
2544 aqui que o conselho nacional, quando estava na reunião regional com a gente, a Marlene
2545 ainda citou o seguinte, a lei orgânica ela divide simplesmente e ela fala do trabalhador do
2546 SUAS, trabalhador da área. Ela citou muito bem isso. Falou que não existe separação,
2547 mesmo porque o trabalhador, a princípio, quanto você fala da primazia da assistência social
2548 pelo Estado, você já fala isso. Então está indo com quem? Com o trabalhador
2549 governamental. Aí você tem a complementariedade da política de assistência social, por
2550 meio das entidades você tem um trabalhador da sociedade civil, um trabalhador da entidade.
2551 Então quando você fala da representação em conferência, principalmente, você está falando
2552 de todos esses trabalhadores. Eu estou discutindo a categoria “trabalhador”. Em que lugar?
2553 Nesse lugar da sociedade civil. De um interesse profissional. Meu interesse como
2554 trabalhador da área, seja ele público ou privado, de defender essa categoria, o seu
2555 reconhecimento, o seu fórum. Por que se, também, em um fórum de trabalhador a gente
2556 pensar em um fórum de trabalhador da sociedade civil, a gente também está cometendo um
2557 outro equívoco. E dividindo novamente, aí, o trabalhador da área. **MARIA:** Ok. Então a gente
2558 vai passar para a frente. Antes de passar para a frente, eu queria que a gente chegasse em
2559 um consenso. A Consolação deixou muito claro o que aconteceu na conferência passada, e
2560 acho que nós não podemos cometer o equívoco de aqui tomar uma decisão, para depois
2561 cometer de novo um erro, sendo que a gente tem todo um procedimento legal que nos
2562 orienta. O que eu acredito é que esse momento, aqui, foi muito rico, e inclusive nos deu a
2563 oportunidade de trazer esse debate e a importância de que ele precisa. Inclusive vim para
2564 este espaço e se legitimar, para gente pensar ações para poder discutir. Se precisa de
2565 mudar alguma lei, que a gente construa uma estratégia política para mudar. Mas, no
2566 momento, o que ele nos dá é a condição de refletir de que, nesse momento, a gente não vai
2567 poder fazer a mudança do que está sendo proposto. O que a gente vai poder é amadurecer
2568 isso. A ideia, inclusive, é de fortalecer esse debate com os trabalhadores do SUAS. É preciso
2569 ganhar uma identidade de categoria de trabalhadores, e para isso não é a mudança aqui,
2570 nessa situação, que vai recorrer a isso. No caso aqui nós temos o Júlio, que se colocou
2571 contrário. Eu queria ver com o conselho se a gente pode passar para a frente, ir para o outro
2572 ponto de pauta, uma vez que já foi colocado aqui, que a gente não tem condição legal de
2573 fazer a divisão. **RONALDO:** Eu gostaria que esclarecesse Consolação, o que ocorreu lá e o
2574 por que? Houve realmente esse impasse? Que ficasse mais claro porque que ocorreu. Eu
2575 entendi que foi por falta de representação, e de estar sendo representado como sociedade
2576 civil pelo conselho municipal de Belo Horizonte. Foi isso que eu entendi na conferência.
2577 **CONSOLAÇÃO:** Não. Foi um grupo de trabalhadores. O conselho estadual soltou uma
2578 normativa separando a questão do trabalhador, não é isso? Nós estamos usando a
2579 normativa separando trabalhador, não é isso? E, aí, isso foi levado como representação no
2580 conselho nacional, porque o conselho de BH foi que levou essa discussão lá? Foi. Mas que
2581 foi o único que pegou a normativa e falou “eu não tenho que acatar”. Como a gente sempre
2582 fala essa normativa que está descumprindo algo, que é maior do que eles. Inclusive, o
2583 argumento de BH na época foi esse: “vocês estão descumprindo algo que não é orientação
2584 do conselho nacional. O conselho nacional tem uma orientação, e o Estado está tendo outra.
2585 Isso nós estamos falando de sistema, nós estamos construindo a conferência e vocês
2586 desrespeitaram uma normativa”. Eles entraram com esse recurso. O conselho nacional
2587 manifestou com aquilo. Para não ter erro, soltou aquela nota de esclarecimento e pediu ainda
2588 publicamente. O Volney estava lá, todo mundo estava lá. A presidente do conselho nacional,
2589 Luziele à época, pediu publicamente, reuniu o Estado, inclusive antes, e pediu para isso ser
2590 retirado. Aí o que aconteceu lá, eu até prefiro não falar. Eu achei superesquisito, manifestei

2591 tecnicamente, achei que isso não era correto. Foi um desrespeito mesmo naquele momento,
2592 e o conselho manteve o que levou. A crítica, a moção de repúdio, nacionalmente, foi levado
2593 ao conselho nacional, falando que o Estado de Minas, inclusive, tinha feito isso, contrariando
2594 o entendimento sabe? Que é o único nacional sobre o trabalhador. Então assim, eu acho
2595 muito complicado porque sempre fala da construção coletiva e o sistema é único. Então a
2596 gente tem que ter essa fala sim e esse entendimento. Nós não queremos dividir trabalhador.
2597 A gente quer somar os trabalhadores para uma defesa real de interesse dessa categoria. Do
2598 que a gente precisa, seja público ou privado. **JÚLIO:** A minha fala não é, de maneira alguma,
2599 contra o trabalhador. Eu só penso que a sociedade civil vai se fragilizando, quando tem,
2600 também, trabalhador do governo, como se fosse sociedade civil. Por outro lado, nós já temos
2601 a representação do usuário, que é frágil, todo mundo sabe disso. E, aí, cada vez mais vai
2602 fragilizando a sociedade civil. A minha fala aqui não é - São Paulo também pensa dessa
2603 forma, então não é uma coisa definida. Eu acho que tinha que chamar para discussão as
2604 entidades, de uma forma geral, para chegar a um consenso. Me parece que não há um
2605 consenso entre a sociedade civil e esse termo. **SIMONE:** Eu penso assim: o modelo da
2606 assistência social, você pode discordar do modelo Júlio? Acho superlegítimo. O modelo é o
2607 que? No modelo, a divisão é entre governo e sociedade civil. A LOAS chamou de sociedade
2608 civil os trabalhadores das organizações dos trabalhadores. Então a conferência, ela traz os
2609 trabalhadores, eles se juntam, porque no SUS é diferente. No SUS a paridade é entre quem
2610 oferta o serviço, com quem usa o serviço. O nosso modelo da assistência social é outro.
2611 Agora, o espaço de mudar as coisas é na conferência. Tem um outro projeto para o SUAS?
2612 “Bota” no espaço público, defende, vai, lá, na conferência municipal, depois vai para a
2613 estadual e depois vai para a nacional. Quer mudar? Quer ter um projeto? Vai para a
2614 democracia. Vão discutir. Eu acho que o trabalhador está cumprindo. Então pra que criar um
2615 fórum dos trabalhadores? Pra que discutir isso nas regiões do Estado? Pra que criar um
2616 fórum estadual? Então porque a gente não cria um fórum estadual dos trabalhadores da rede
2617 privada, separado? Entendeu? Eu não concordo. Eu acho que os trabalhadores tem uma
2618 pauta. É uma pauta comum, pauta dos trabalhadores. Acho que o governo tem uma pauta e
2619 acho que os trabalhadores tem outra pauta. Agora, é claro gente, política a gente faz na
2620 realidade humana. Na realidade humana a gente se alia com determinados governos ou não.
2621 Todo mundo faz isso. Não é só o trabalhador do seu município ou não. Isso aí é política, isso
2622 é outra coisa, ou a mesma coisa. Não sei se tem jeito da gente tirar política da política. Não
2623 tem jeito na minha opinião. Eu acho que se tem dúvida no conselho estadual, eu penso que a
2624 gente tem que fazer avaliação aqui. Não, nós vamos ter uma normativa da normativa
2625 nacional, isso que tem que ser votado aqui. Sobre esse assunto nós queremos ter uma
2626 normativa própria. Aí nós vamos ficar aqui, discutindo bastante essa normativa própria, se
2627 isso for aprovado no conselho estadual. Se não, a normativa nacional ela é clara, está na
2628 LOAS. Nós vamos contra a lei? Nós vamos criar uma outra coisa? Tudo bem, mas vamos
2629 discutir. **SHIRLEY:** É uma sugestão de uma indicativa, para gente poder caminhar um pouco.
2630 Tem a nota ali. O que a gente tem de claro é que a identidade do trabalhador não está
2631 definida. Então, talvez começar definir alguma coisa nesse sentido, ajuda a visualizar melhor.
2632 Se ficasse claro dentro daquela nota ali, quem são os representantes governamentais, todos
2633 os outros que não estiverem como representantes governamentais são trabalhadores,
2634 independente de serem da assistência social ou de serem da rede, ou de serem do governo.
2635 Igual ali, por exemplo, pelo o que eu entendi está dizendo. Tem um determinado perfil, que
2636 seriam os trabalhadores representantes do governo. O cargo comissionado e outros mais,
2637 que eu não lembro agora. Então, se nós nos atermos a definir representante do governo, é o
2638 trabalhador nessa condição. Todos os outros que não forem assim, são trabalhadores do
2639 SUAS. Entendeu? É um começo para gente definir uma identidade, porque você define
2640 claramente quem é governo, e todos os outros são trabalhadores. É essa a sugestão.
2641 **LÚCIA:** Só queria reiterar aqui uma coisa, que a norma técnica do CNAS...Fala, Júlio.
2642 Normalmente aquelas pessoas que vão para os conselhos, trabalhadores representando o
2643 governo, eles estão em cargo de confiança. Eu não posso, como gestora, se o trabalhador
2644 não está no cargo de confiança, obrigar que ele faça discurso da política. Eu não tenho

2645 respaldo ético para fazer isso. Agora, se ele estiver em um cargo de confiança, ele fica no
2646 cargo se ele quiser. A hora que ele quiser defender outro projeto ela fala “estou fora do cargo
2647 de confiança, porque eu não concordo com esse projeto, que você está propondo aqui”.
2648 Acho que esse é um ponto, que tem que considerar. O outro que eu queria dizer, como a
2649 Simone lembrou, nós também estamos discutindo aqui, que uma das deliberações da
2650 conferência regional é organização de fórum de trabalhadores e organização de fórum dos
2651 usuários. Na organização do fórum... Júlio eu estou respondendo pra você tá? Na
2652 organização do fórum cabe aos trabalhadores definirem as regras. Eles vão definir as regras.
2653 Se eles lá resolverem que tem que ter um de cada segmento, como eu já coloquei aqui, que
2654 são realidades diferentes, questões diferentes, é uma questão de deliberação dos
2655 trabalhadores. Nós não estaremos lá, ditando regras para eles. Isso é da democracia. Eles
2656 vão estabelecer para cada situação de representação. Eles vão discutir critérios. É dos
2657 trabalhadores entendeu? Agora, não é fácil organizar os trabalhadores nessa lógica de
2658 sistema não, Júlio. Está muito difícil. Se eles não se organizarem, eles não vão defender a
2659 política que usamos. É isso que está muito bem escrito no documento do nacional. Está lá
2660 transparente, que uma das defesas dessa política de assistência, de garantia de direito, são
2661 os trabalhadores organizados. **MARIA:** Então a gente passa para o próximo item de
2662 inscrição. Considerando que, nesse ponto, o Júlio tem um pensamento contrário ao que o
2663 conselho está tendo como regulamento. Uma vez que o conselho está seguindo a orientação
2664 nacional e, inclusive, a decisão de que nós não temos o poder de dividir os trabalhadores
2665 enquanto classe trabalhadora, de que ele tem uma posição política contra A ou B, ou
2666 qualquer governo. **PATRÍCIA:** Podemos voltar, então, gente? Ainda no Art. 9, Volney no
2667 parágrafo 2 você tinha pedido um destaque. **VOZES AO FUNDO** Tirou né? Então, no Art. 10
2668 tem o destaque da Nilce e da Simone. **SIMONE:** Como a gente discutiu a minha sugestão é
2669 que tire isso daqui. **VOZES AO FUNDO LÚCIA:** Porque se for um dia só, talvez as distâncias
2670 de deslocamento elas sejam possíveis sem hospedagem entendeu? Sem necessariamente
2671 hospedagem. **JÚLIO:** 2 dias é muito complicado. **LÚCIA:** Não. É 1 dia só. Talvez o
2672 deslocamento seja possível, porque vão ser nas regionais, não é? Eles já são organizados
2673 dessa maneira assim de uma distância pequena. **CONSOLAÇÃO:** Sugestão. Eu acho que
2674 deveria ser mantido, e se a gente conseguisse alguma coisa, por exemplo, depois de discutir,
2675 que fosse algo custeado pela organização, a gente informaria. Porque é importante para o
2676 município prever questão de orçamento, algumas coisas assim. Se tiver, é algo a mais. Não
2677 precisa dispor do orçamento dele. Mas se não tiver também, se a gente não fizer isso de
2678 agora, e for pensando na organização da conferência, como que vai levar para pessoa
2679 participar. Eu acho que seria importante manter. **RONALDO:** Desculpa, mas se a gente está
2680 tratando aí de instrumento regulador, retornando à questão “trabalhador”, a orientação, ela é
2681 específica para conferência de 2013. Talvez a gente precisa-se fazer constar que adotaria
2682 dessa forma, porque não está didático aqui no nosso instrumento regulatório. Exatamente,
2683 isso aqui. **PATRÍCIA:** De quê que você está falando? **RONALDO:** Eu falo no sentido de
2684 contribuir. Não estou discutindo número, nem o que foi discutido aqui. Só que o
2685 entendimento, já que o instrumento é regulador, qual é o entendimento do trabalhador do
2686 SUAS? Porque esse foi específico para 2013. Talvez o CEAS, se assim adotou aqui e
2687 deliberou, considerar essa deliberação de 2013, senão vai continuar com essa dúvida nos
2688 municípios. **MARIA:** Olha aqui, eu gosto de ser muito tranquila nesse processo sabe? Mas
2689 eu já vi que nós não vamos entrar em um consenso. Vamos levar no voto. Tem quórum para
2690 votação? Sabe por quê? Pelo o que eu percebo, até Consolação pode ajudar. Essa nota
2691 técnica que a Simone leu, ela leu pra gente compreender do que hoje se tem construído
2692 politicamente, no que a gente entende de categoria de trabalhadores do SUAS, certo? Então
2693 foi para gente compreender esse cenário, porque não é proposta da conferência, aqui,
2694 dividindo que vai mudar a concepção política dos trabalhadores do SUAS. Estou achando
2695 que é melhor colocar para votação, pra amanhã a gente está resguardados de qualquer
2696 decisão que esse conselho tomou. **CONSOLAÇÃO:** Na orientação deste ano, para as
2697 conferências de 2015, no informe número 2 do conselho nacional, quando ele vai definir
2698 trabalhadores, ele deixa bem claro. Trabalhadores do SUAS são todos aqueles inseridos em

2699 secretaria de assistência social, unidades públicas estatais, entidades, organizações, na
2700 secretaria executiva, respectivamente responsáveis pela função de gestão, de provimento e
2701 de apoio nos exercícios do controle social no âmbito do SUAS. Então, está aqui. Acho que já
2702 está garantido. **MARIA:** Vocês entendem então que não precisa votar? **RONALDO:**
2703 Contemplado. **PATRÍCIA:** No Art. 10 vai ficar? Simone, você está contemplada com a
2704 permanência ou não? **SIMONE:** Tudo bem. Por mim tudo bem. Retiro a minha colocação.
2705 **PATRÍCIA:** Art. 11 Maria. **MARIA:** Aqui está dizendo quem serão os convidados para a
2706 nossa conferência regional. Eu queria avaliar, porque a gente pode ter mais convidados. Aqui
2707 citou: o gestor municipal, conselho municipal e a URCMAS, não é? Eu pensei na diretoria
2708 regional da SEDESE, e de repente, tenha até mais outros. Eles estão ajudando na
2709 organização. **CONSOLAÇÃO:** Seria supressão? **MARIA:** Não. Acréscimo. Acrescentar a
2710 diretoria regional da SEDESE. **VOZES AO FUNDO** Inclusive como conferência é de 1 dia e a
2711 gente não tem custo de hospedagem, a gente poderia até estar avaliando se não tem outros
2712 órgãos, dentro outros. De repente tenha outros que sejam importantes. **PATRÍCIA:** Vocês
2713 concordam? Então tá. Já querem apresentar o Art. 9º? Então vamos voltar ao Art.9º gente.
2714 **VOLNEY:** Como eu acho que ele pode vir a dar polêmica, vamos continuar e deixa ele para
2715 o final. O que vocês acham? **PATRÍCIA:** Justamente porque vai ser polêmico, que eu acho
2716 que a gente já devia colocar aqui agora. **ISABELA:** Na verdade a gente pensou 3 propostas
2717 para mostrar para vocês, mas eu acho que, talvez, a primeira já vai agradar. A gente fez uma
2718 reapresentação da proposta antiga. Escrevemos novamente. Talvez o critério fica mais claro.
2719 A gente fez uma proposta sem considerar porte, e fez uma proposta considerando portes e
2720 critérios únicos para número de participantes. Vou começar pela a de porte e de critérios
2721 único. Olha que gracinha gente! O computador ali é outro programa. Abriu um Xaqui. Então
2722 vocês continuam, por favor. Eu vou lá em cima, no outro computador, e volto. **VOZES AO**
2723 **FUNDO** Vamos tentar no excel, mas no excel fica mais confuso para apresentar. Vamos
2724 tentar. Vamos ver se o excel vai abrir. O quê que seria a proposta nova. Primeiro, gente, com
2725 esse texto aqui, os municípios terão quantidade mínima de vagas definidas abaixo, de
2726 acordo com o número de habitantes. Essa é a proposta mesclando porte com critério único
2727 para participantes na conferência municipal. Aí seria essa tabelinha aqui, com aquele número
2728 de quantidade mínima, que a gente já tinha conversado. O município de porte1: no mínimo
2729 duas. Município de porte 2: 4. Médio: 8. Grande: 10 e metrópole no mínimo 30. Ai Inc. II: Os
2730 municípios que tiverem maior número de participantes nas conferências municipais, terão
2731 direito a um número maior de vagas para participação nas conferências regionais, conforme
2732 o quadro abaixo, que é este aqui. Quem tiver entre 2 e 80 participantes tem direito a um
2733 número mínimo de vagas. Quem tiver entre 80 e 200 participantes tem um número mínimo
2734 de vagas mais 2. Quem tiver mais de 200 tem um número mínimo e o número de vagas mais
2735 4. Aí, depois explicaria a regra da paridade. Quem tiver 6, a regra é tal. Quem tiver 4
2736 delegados, a regra é tal. Aí, para todas as possibilidades do número de delegados. Ficou
2737 mais simples. A gente tem uma outra proposta que é do número único, que seria levando em
2738 consideração só o número de participantes na conferência municipal. Essa regra aqui em
2739 baixo seria: Quem tiver entre 2 e 60 participantes 2 vagas. Quem tiver entre 61 e 149 4
2740 vagas. Foi a ideia que elas estavam conversando ali, para tentar achar uma média. Qual que
2741 é o problema dessa proposta, levando só em consideração o número de participantes na
2742 conferência municipal, sem levar em consideração o porte? É impossível de prever o número
2743 de participantes. Para gente planejar sem o porte, sem ter uma referência mínima de porte, a
2744 gente não consegue. Então essa proposta aqui a gente fez... **VOZES AO FUNDO** Não.Foi a
2745 discussão. A gente fez um esforço ali pra tentar pensar em uma coisa, que não levasse em
2746 consideração o porte. Só que ela é impossível. O problema era tirar o porte, só que quando a
2747 gente tira o porte fica impossível de planejar, porque não tem a mínima ideia de quantos
2748 municípios que vão estar em cada categoria, entendeu? Misturando as duas eu tendo um
2749 número mínimo de participantes, eu consigo planejar com esse número mínimo aqui,
2750 entendeu? À partir dele eu consigo planejar pelo número de municípios de porte 1, porte 2,
2751 que existem no Estado. Entenderam pessoal? E tem a outra proposta, mas eu acho que essa
2752 já ganhou. Seria da gente rescrever a proposta inicial. Seria tentar deixar uma tabelinha

2753 única, fazendo a memória de cálculo para todas as possibilidades. Se o município tem até 20
2754 mil, aí explica como que foi feito o cálculo ao invés de só dar o número de vagas, igual
2755 estava na outra. Não né? É mais complexa. Então ficaria essa proposta do número mínimo
2756 de vagas para cada porte, e quem conseguir cumprir esse critério de participantes, ganham
2757 um número mínimo mais 2 ou mais 4 vagas. A única questão é assim, para o município
2758 grande, com mais de 200 participantes, é aquilo que a gente estava conversando. Talvez não
2759 seja um esforço tão grande. Ele vai ter mais chances de conseguir um número maior de
2760 vagas. Mas fica uma regra mais simples, mais universal. Então, talvez seja melhor. **MARTA:**
2761 Nessa segunda tabelinha que... **ISABELA:** Não. É porque vai ter o texto antes. **MARTA:**
2762 Então lê de novo o texto. **ISABELA:** Antes daquela tabelinha que fala do número de
2763 participantes, vai ter um inciso que fala: Os municípios, que tiverem maior número de
2764 participantes nas conferências municipais, terão direito a um número maior de vagas para
2765 participação nas conferências regionais, conforme o quadro abaixo. Aí o quadro é aquele.
2766 **MARTA:** E quando abre a tabela do quadro, o título e vamos lá, não seria número de vagas
2767 para delegados. **ISABELA:** Para a conferência regional? **MARTA:** É. Dá a ideia do
2768 acréscimo da participação. Só isso entendeu? Vagas a mais em função da participação, para
2769 o título ficar claro. Aí ninguém fica com dúvida alguma. **ISABELA:** Entendi. **ISABELA:** Ai a
2770 questão da paridade gente, vocês acham que também coloca uma regra simples? Deverá
2771 ser seguida a proporcionalidade entre o número de vagas de delegados e as representações
2772 da sociedade civil, entidade, usuário e trabalhador, sendo que sempre deverá ser
2773 preservado, no mínimo, uma vaga de usuário, e quando não for possível ter o mesmo
2774 número de vaga que se prioriza também o usuário, ao invés de fazer um quadrinho para
2775 cada situação, 2 de sociedade civil tal... 4 sociedade civil tal... Vocês que sabem.
2776 **HERMELLIS:** A princípio eu pensei nomear mesmo. São quantas possibilidades? 2, 4, 6, 8,
2777 10 e aí na frente colocamos... Seria a quantidade mesmo de delegados. O município está
2778 levando 4 delegados, ele vai lá na tabela e vê 4 delegados. São quantos? 2 da sociedade civil
2779 e 2 governamentais. E aí explicar mesmo a tabelinha. Eu pensei assim, para ficar bem
2780 destrinchado mesmo, e não ter dúvida de interpretação. **ISABELA:** A gente vai ter de 12 até
2781 14, aí de 2 em 2 a gente pode explicar. **VOLNEY:** Só lembrando para vocês. Se eu tiver 500
2782 municípios com até 20 mil habitantes pela lógica são 2 vagas por município, não é isso?
2783 Então tá, 500 vezes 2, só aí eu tenho 1 mil participantes. Vamos supor que esses 500
2784 municípios, eles tenham entre 80 e 200 participantes, vai aumentar então a quantidade a 4
2785 vagas. 500 municípios vezes 4 vagas eu terei 2 mil participantes, está ok? Está bem
2786 amarrado isso Isabela? **ISABELA:** Para regional a gente já tinha feito esse cálculo, é só a
2787 gente refazer. Porque a gente teria cenários também de 3 intervalos. A gente já tinha feito
2788 com a Consolidação a previsão do número mínimo até o máximo de participantes. A gente
2789 tendo a referência do porte é possível também fazer da mesma forma, e aí, a gente planeja a
2790 conferência regional para um número intermediário. **VOZES AO FUNDO PATRÍCIA:** Pessoal
2791 há um consenso com essa primeira proposta? Então pronto. Esse passará a ser o Art. 9º.
2792 **APLAUSOS VOZES AO FUNDO** Gente, então quando coloca lá a resolução, a gente está
2793 no capítulo 3 Art. 12. Volney, Júlio e Hermellis pediram destaque no Art. 12. Então a gente já
2794 poderia começar a discutir, porque a gente está com o papel na mão até colocar lá.
2795 **VOLNEY:** Eu queria esclarecimento quando vocês colocam aí de 125 delegados
2796 governamentais estaduais. Não entendi isso não. **SIMONE:** Volney olha só. Eu fiquei
2797 bastante espantada, quando eu vi que na conferência estadual não tem delegado da
2798 instância estadual. Que só tem delegado representante governamental da instância
2799 municipal. Eu levei um susto. Nunca imaginei que uma conferência estadual não tivesse
2800 representação governamental pra participar das deliberações, pra concordar ou discordar
2801 das deliberações. Aí fiquei sabendo que isso nunca existiu. Que entrou sempre na vaga do
2802 conselho estadual, como se fosse governamental. Do conselho estadual. Então, nós
2803 discutimos isso na conferência, e eu mesma fui uma que defendi que a instância governo
2804 estadual tem que ter delegado na conferência estadual. Essa representação. O quê que
2805 entraria aqui? Entraria aqui os indicados pela SEDESE, lógico. E aí a SEDESE tem coisas
2806 que são dentro da Cidade Administrativa e coisas que são foras também. Igual o André falou

2807 aqui: a SUPLAN é da SEDESE, a UTRAMIG é da SEDESE, também os diretores regionais
2808 da regionais. Quer dizer, tem um grupo para compor os delegados governamentais
2809 estaduais. É isso o que a gente pensou. **PATRÍCIA:** Tem o Júlio e o Hermellis. **HERMELLIS:**
2810 Eu quero também só entender a questão da quantidade dos convidados, que na comissão eu
2811 fiz, também, esse questionamento, mas depois ficou no ar a pergunta. Saiu de convidado,
2812 por exemplo, o Ministério Público. Judiciário, direitos humanos, que eram convidados na
2813 relação de convidados, passando a delegados governamentais, a quantidade de convidados
2814 permaneceria a mesma? Ou tem a intenção de convidar ainda outros atores para participar
2815 como convidado? É essa a minha indagação. **SHIRLEY:** É uma dúvida que me surgiu com a
2816 colocação que a Simone fez ali. Essa possibilidade de delegados governamentais estaduais
2817 não há precedentes para ter representantes, também, na sociedade civil estadual? Que tem
2818 entidades não tem? Pois é. Porque se parte do princípio da paridade, não é? É isso. **VOZES**
2819 **AO FUNDO NILSE:** É só uma dúvida. Nessa distribuição as URCMAS estão contempladas?
2820 A minha dúvida é exatamente essa. Porque assim, a gente faz referências as URCMAS,
2821 busca o apoio das uniões de conselhos, e na última conferência, por exemplo, elas entraram
2822 como convidadas não é? Elas foram convidadas. Mas, contudo, não houve nenhum apoio
2823 efetivo, financeiro, para que elas pudessem à época participar da conferência. Então quem
2824 veio das URCMAS, por exemplo, teve que arcar com os custos do Tauá, ou não, enfim. E aí
2825 pensando mesmo nessa nova lógica de apoio as uniões de conselhos, de que formas que
2826 elas poderiam vir efetivamente como delegados? **CONSOLAÇÃO:** É. A princípio não foi
2827 pensado na questão. Nós não discutimos a questão das URCMAS para vir como delegado,
2828 na conferência estadual. Os 100 convidados foi pensando nisso, que a gente independente
2829 de ter essas outras representações, quem vem dos governamentais, você tem as URCMAS,
2830 você tem algumas escolas, que poderiam estar incluídos como convidados. Então são 100
2831 convidados, considerando o objetivo da conferência de novo que é o planejamento. Qual que
2832 é o objetivo da conferência, né? Esse planejamento para 10 anos, essa projeção que a gente
2833 vai fazer. Então pensando no objetivo dela, que foi, mais ou menos, pensado assim. Em
2834 relação à representação de entidades estaduais o que a gente tinha entendido, na reunião da
2835 comissão organizadora, é que, quando nós começamos a discutir a representação, a
2836 distribuição de vagas governamentais, e tinha lá o que a gente praticava em anos anteriores,
2837 a ausência do Estado, e tinha a questão de um percentual das outras políticas, que estava
2838 muito significativo. Então, não se tirou vaga de delegados dos municípios. Pensou-se foi, nós
2839 pegamos as vagas destinadas as essas outras políticas, diminuimos isso e incluímos a
2840 participação. Por isso que não se pensou em compor, não tem quebra de paridade, tanto é
2841 que está lá escrito. A paridade ela existe. O que tem governamental está ali distribuído, os
2842 delegados estaduais, os delegados eleitos nas conferências regionais. Então está
2843 equilibrado. O conselho está equilibrado, porque ele é paritário. A conferência se manteve
2844 paritária. Então só para vocês saberem de onde foi tirado isso, foi essa a discussão que a
2845 gente fez. Porque dá um peso tão grande para essas outras pastas, que muitas das vezes
2846 elas nem participa? A gente viu como que foi nas conferências passadas. A gente fez uma
2847 conversa sobre isso. E também discutir nesse momento, que a gente está pensando no
2848 planejamento, de toda essa importância. Discutir também desse papel, que a gente precisa
2849 de todas essas outras representações nessa construção para esse planejamento, inclusive
2850 também. É tudo pensando nos objetivos da conferência. **JÚLIO:** Eu só não faço a mínima
2851 ideia e nem tem como tirar representante da sociedade civil a nível estadual. Como que vai
2852 tirar? Não tem lógica isso. Aí, também teria que tirar lá, nas pré-conferências, nas
2853 conferências regionais. Não tem como. Não tem nem lógica. **PATRÍCIA:** Até mesmo porque
2854 a gente não vai garantir a paridade. Se a gente coloca-se sociedade civil a mais, aí a gente
2855 aumentaria, porque os 125, ele, foi retirado do governamental. **SIMONE:** Eu sei que vocês
2856 vão me matar, mas eu vou perguntar assim mesmo. Nós temos que decidir isso aqui agora
2857 gente? **PATRÍCIA:** Não. Era só esclarecimento. **SIMONE:** Porque esse negócio a gente tem
2858 que pensar direitinho. Isso aí é porque tem que ser discutido antes da conferência, não é?
2859 **PATRÍCIA:** Esse aqui pode sair, porque a gente está falando da estadual. Pode sair agora, e
2860 a gente pensar em um regimento depois da conferência. **SIMONE:** O que é votado na hora

2861 vai ser para a nacional não é? Que é votado no dia da conferência. Isso é votado antes da
2862 conferência estadual, nas regionais. **SIMONE:** Eu vou explicar, porque eu acho que devia.
2863 Porque é o seguinte, se a gente acha que tem que ter o âmbito estadual, o âmbito estadual é
2864 formado pelo governo e pela sociedade civil. A Shirley está correta. Nós podemos criar várias
2865 formas de tirar o âmbito estadual. Isso não tem nenhum problema não. Se tem uma coisa
2866 que nós somos, é criativos. Podemos fazer fórum, tirar representações, isso não tem
2867 problema. Agora o que me chama a atenção é o seguinte, nós valorizamos muito as
2868 conferências regionais. Será que a gente está traduzindo? Essa é a minha dúvida, na hora
2869 que eu olhei ali. A gente está conseguindo traduzir a novidade? Será que vale a pena a
2870 gente trazer a regional como delegado? Ou trazer tantos representantes de usuários? Tantos
2871 representantes de trabalhadores? Tantos representantes de entidades? Entendeu? Eu estou
2872 com medo da gente deixar um ponto tão importante para as 16:47, para as pessoas se
2873 localizarem. Eu não sei gente. Eu sei que vocês queriam que saísse um regulamento inteiro,
2874 mas eu estou com medo. Me deu um aperto no coração, porque muita novidade também
2875 gente. Novidade é muito bom se der tudo certo. Se ficar muito claro, se ficar tudo certo.
2876 Então eu acho que a gente devia discutir melhor. É a minha impressão. **RONALDO**
2877 **CAMARGOS:** Eu acho, Simone e conselheiros, que ali talvez, o que está garantido é a
2878 questão da paridade. Vocês tiveram o cuidado de não ferir a paridade da representação de
2879 delegados na conferência estadual. Talvez depois, e até me função do horário, e também
2880 que tem uma urgência de soltar esse documento, eu não sei se daríamos conta de fazer
2881 essa discussão aqui agora. Mas nada impede, gente, de depois o conselho estadual solte
2882 uma resolução complementar a essa resolução, explicando isso que a Simone colocou, que
2883 eu acho que é importante. Da mesma forma que nós estamos fazendo para as conferências
2884 municipais, é importante também colocar isso para orientar a retirada dos delegados nas
2885 conferências regionais. É isso o que a Simone está dizendo. Alí ficou muito amplo, a macro.
2886 Então nós temos que dizer, nas conferências regionais, como é que vai se dar a
2887 proporcionalidade de delegados da sociedade civil? Os segmentos da sociedade civil e do
2888 governo. Isso não impede da gente fazer depois uma resolução complementando essa
2889 resolução, que vai ser publicada diante a urgência que o conselho tem para repassar isso
2890 para os municípios. Até porque as conferências regionais ainda está com um “folegozinho” aí
2891 suficiente, para gente pensar isso com mais calma, com mais cuidado. Eu acho que aqui, a
2892 gente não pode ferir é a paridade. Outra coisa, eu concordo com a Simone gente. Toda
2893 conferência municipal a gente tem representação dos delegados municipais nas conferências
2894 representando o governo. Então é mais do que justo que nós vamos estar discutindo
2895 questões no âmbito do estado, e que o órgão gestor estadual e seus delegados estejam lá,
2896 contribuindo, debatendo e deliberando essas questões, que vão ser implementadas nesse
2897 Estado de Minas Gerais. Então ele não pode ser omissos, como já foi em relação nas
2898 discussões das deliberações nas conferências. Não pode reduzir a representação do Estado
2899 somente à representação do conselho estadual. Eu acho que os delegados estaduais tem
2900 que ser garantidos. Agora, também tem os delegados estaduais, que depois a gente pode
2901 discutir e ampliar de repente. Que representações governamentais de fóruns, de COGEMAS,
2902 sei lá de que, que a gente possa incluir essa cota de delegados estaduais? Isso é uma
2903 discussão que vai ser feita posteriormente. Eu acho que não nesse momento em questão do
2904 tempo, e também pela necessidade eu acho que tem que deixar que, aí coloca 125
2905 delegados para não ferir a paridade. Nós estamos dizendo como está a garantia da paridade
2906 na conferência estadual, não é? E aí depois faz um detalhamento de como vai se dar isso,
2907 priorizando a questão das conferências regionais, para eleição dos delegados do governo e da
2908 sociedade civil também. **CONSOLAÇÃO:** Eu concordo com tudo que foi falado. Só que eu
2909 acredito que a gente tenha que suprimir, porque? Até a forma de apresentação quando a
2910 Simone colocou isso, me veio aqui se a gente já apresenta-se, o primeiro impacto já
2911 dividido... vão ser tantos usuários... você já colocar. Vai dar um outro impacto até para as
2912 pessoas verem do que pegar direto desse. Então eu concordo e teria que suprimir. A gente
2913 tiraria aí. **RONALDO:** Eu corroboro com o meu xará mais uma vez, e com a Simone. Na
2914 verdade, a gente está buscando é o fortalecimento dos fóruns, e aí continua chegando

2915 delegados só municipais. A gente está partindo dos municípios, e legítimos, à eleição de
2916 delegados municipais passando pelas regionais. Então eu entendo que teria que ter esses
2917 delegados também nas regionais. Nós vamos ter deliberação lá. E o Estado com certeza se
2918 não havia antes, nós estamos em uma conferência estadual, não tem porque não ter a
2919 participação do governo aqui também estadual, porque são questões estaduais. A própria
2920 regionalização que vai se discutir nas conferências regionais está partindo do Estado, então
2921 não tem por quê. Concordo que a gente tire delegados, também, desses fóruns regionais,
2922 das URCMAS. E a paridade, ela já está aqui correta não é? 635 e 635. É só a gente redividir.
2923 Como tinha colocado no início o Ronaldo, seria a gente partir já que está em cima da hora
2924 das conferências municipais, um instrumento que regule as conferências municipais até a
2925 regional, e com calma a gente faz a da conferência estadual, muito mais completa do que a
2926 que está aqui. A gente só tem uns artigos, ou praticamente um. E aí a gente deixa para
2927 debruçar mais, a comissão organizadora contruir com mais eficácia o próprio instrumento
2928 regulador da conferência estadual, e contando com os problemas que nós tivemos. Então
2929 olhar para trás, proceder à correção de desvio, e vislumbrar o que a gente quer para essa
2930 conferência desse ano. **MARTA:** Eu acho também que é interessante a gente deixar isso e
2931 avançar. Mas se a gente retirar o número de delegados, e aí eu fiz uma proposta de texto, já
2932 indicar para as pessoas saberem quais são os delegados que vão para a estadual, não sei
2933 se já resolve um pouquinho da ansiedade dos municípios. Eu pensei de permanecer o texto,
2934 mas assim: A 11ª conferência estadual contará com a participação de delegados eleitos nas
2935 conferências regionais, indicados ou escolhidos em fóruns próprios de instituições
2936 governamentais e da sociedade civil, representando a esfera estadual, conselheiros
2937 estaduais e convidados. Pronto. Sem colocar número e sem colocar quais, e tira o parágrafo
2938 único que a gente não vai falar disso. Mas a gente dá a informação. **VOZES AO FUNDO** A
2939 gente não precisa divulgar agora. A gente vai dizer que na conferência estadual serão essas
2940 categorias, digamos, eu vou falar assim, mas é porque não acho outra palavra, de
2941 delegados. De onde eles vão sair. É só indicar sem dizer número, entendeu? Porque vai
2942 discutir isso depois, mas já adianta o que eles vão saber. Que é da regional que vem para a
2943 estadual. **RONALDO CARMAGOS:** Na verdade Marta ali também tem equívoco. Ali está
2944 colocando: a conferência estadual contará com a participação de 1.410 delegados
2945 distribuídos na seguinte forma na verdade ali não vai ser delegados não. Ali, também, tem
2946 que ter convidados, porque é o total de participantes, gente. Se não dá a impressão que nós
2947 vamos ter 1.410 delegados mais os convidados. A conferência tem que ser pensada de
2948 acordo com a capacidade do local que foi reservado. Então não comporta mais do que isso,
2949 que está colocado aí. É por causa da questão que nós já fizemos um evento lá e não entra
2950 mesmo! O corpo de bombeiro não permite. **RONALDO:** Só um esclarecimento aqui. Já que a
2951 gente está repensando a participação de delegados das conferências regionais e aí, são as
2952 URCMAS também? Não é isso? As URCMAS vão estar lá. E permanecerá então o Art. 10?
2953 Que o CEAS não se responsabilizará por reserva e custeio de hospedagem? **PATRÍCIA:** Na
2954 regional. **VOZES AO FUNDO RONALDO:** Ok. Obrigado. **PATRÍCIA:** Não gente só para
2955 gente situar. Vai suprimir o Art. 12? Ou vai fazer a alteração conforme foi colocado? **VOZES**
2956 **AO FUNDO LÚCIA:** A grande alteração da novidade que pode gerar algum ruído é isso. Os
2957 municípios estavam habituados a vir direto para a conferência estadual, não é? Isso não vai
2958 acontecer. Eu acho que é interessante. Essa novidade precisa começar a ser contada, eu
2959 acho, pra ir diminuindo a simulação e sendo gradual. Viu Consola? Eu acho que é melhor
2960 dizer do que deixar para dizer só depois. Esse é o grande nó da novidade. **DENISE:** Quando
2961 que implementou? Então foi na última. **VOLNEY:** Foi na última. **DENISE:** Da última pra cá.
2962 Antes não. **VOLNEY:** Foi na última. Eu fiz várias conferências regionais. Os delegados para
2963 a estadual foram retirados lá na regional. **LÚCIA:** Porte 1 e 2. Agora não. É uma outra lógica.
2964 Agora é um outro conceito. **CONSOLAÇÃO:** Não tem sociedade civil estadual não. É
2965 instituições governamentais estadual. **VOZES AO FUNDO RONALDO CAMARGOS:** Eu
2966 estava aqui conversando com o meu xará e teve um entendimento. Eu acho que tem que
2967 deixar isso claro aqui nessa discussão. Eu estou entendendo, pelo o que está sendo
2968 discutido nessa plenária, que os delegados para a conferência estadual passam pela

2969 conferência regional. Todos. Não? Isso tem que clarear. Todos o que eu falando, são todos
2970 dos municípios. Simone eu estou entendendo, aí tem que ter o mesmo entendimento, porque
2971 eu e ele estávamos conversando ali. Eu estou com um entendimento e ele está com outro.
2972 **PATRÍCIA:** Então vamos suprimir o Art. 12. **VOZES AO FUNDO** Não. É na conferência
2973 regional. **VOZES AO FUNDO SIMONE:** Mas nós temos a instância estadual, gente. Eu
2974 insisto em que tire esse artigo daqui. Pelo amor de Deus! É por causa da compreensão!
2975 **MARIA:** Gente, vamos passar para frente? Quem concorda de tirar o artigo? É consenso?
2976 Ótimo. Quem não concorda que se manifeste. Então retire o item. Vamos passar para frente,
2977 por favor. **PATRÍCIA:** Art. 13 Volney. **VOLNEY:** Gente, esse artigo aqui é de inteira
2978 responsabilidade de cada município informar previamente na ficha de inscrição, ou do
2979 delegado, se é pessoa com deficiência e qual a sua necessidade, para acessibilidade de
2980 participação no evento. Eu vou afirmar que na última conferência. As vezes sai uma pessoa
2981 com determinada deficiência mental, ela vem sem nenhum acompanhante, é problema. Eu
2982 queria que isso aqui ficasse muito claro porque, sabe? O município apenas informa se é
2983 deficiente e qual a deficiência. Eu tive problema na última conferência e gostaria que isso
2984 não se repetisse. **CONSOLAÇÃO:** A gente está tentando no máximo ter a informação.
2985 Logicamente aquilo que fugir da informação, nós vamos lidar com isso também. Ele tem que
2986 informar, e aí a gente já vai colocar isso na ficha. Só que a gente deixa na norma, amarra na
2987 ficha de inscrição. A gente vai tentando ver. A gente acompanha, liga para as pessoas, tudo
2988 direitinho. **SIMONE:** Eu estou passando até mal com esses 2 artigos aqui. Que é esse 13 e
2989 esse 14. Porque que a pessoa tem que escrever um artigo, em um regulamento, que é de
2990 inteira responsabilidade, no caso do município, informar previamente na ficha de inscrição do
2991 delegado se a pessoa é com deficiência ou não? Por quê? Porque ele tem que informar
2992 isso? Porque que ele não pode informar se ele é doente mental? Se ele é doente do
2993 coração? Se ele é obeso? Porque que ele vai informa só que é deficiente na ficha de
2994 inscrição? Por quê? Alguém podia me explicar? **PATRÍCIA:** Eu acho que é até por causa da
2995 questão da acessibilidade. **SIMONE:** Põe isso na ficha de inscrição. **PATRÍCIA:** Aí eu
2996 também concordo. **SIMONE:** Porque que tem que colocar aqui? **PATRÍCIA:** É. **SIMONE:** E
2997 outra coisa que eu quero saber. Porque que nós não vamos nos responsabilizar de não ter
2998 creche? O usuário vai participar como gente? Algém pode me explicar? Ele não pode ser
2999 deficiente, ele não pode levar o menino dele. Ele vai participar como? Ah não gente! Eu
3000 espero sinceramente que a gente faça uma conferência regional onde tenha creche para os
3001 meninos, onde tenha gente para cuidar dos meninos “doidinhos”, dos deficientes. Eu espero
3002 que a gente construa uma conferência onde o usuário possa participar, se não... **APLAUSOS**
3003 **PATRÍCIA:** Eu concordo com a Simone. Eu acho que a gente tem que dar acesso a todas as
3004 pessoas, atendendo as necessidades delas. **MARIA:** Ô pessoal! Eu estava inscrita no 14,
3005 que era justamente essa questão da creche. Mas do que a Simone colocou, eu acho que a
3006 gente retira os 2, não é? **PATRÍCIA:** A supressão dos 2. Eu acho que a necessidade coloca
3007 na ficha de inscrição. **VOZES AO FUNDO** Então a gente tem que acrescentar a creche na
3008 ficha de inscrição. **VOZES AO FUNDO MARIA:** Quem discorda da retirada dos 2 artigos 13 e
3009 14? **VOLNEY:** Eu tenho uma pergunta. Simone me responde aqui, a creche é só para os
3010 filhos dos usuários? Eu sou um trabalhador, tenho 3 meninos, eu vou levar os meninos para
3011 conferência? Ou é só para o usuário? Pode levar? **MARIA:** Pode. O que ele referiu dos
3012 usuários é porque quem tem mais dificuldade de deixar com alguém. **VOLNEY:** Sim. Ok.
3013 Então o trabalhador também pode levar os meninos também? Ok. **MARIA:** Gente mais isso
3014 aí é na conferência regional. A gente precisa levar as discussões a sério. O Júlio falou em
3015 trazer para cá. Se precisar de montar um sistema de creche e atendimento aos conselheiros,
3016 a gente vai fazer. Entendeu? A gente tem que levar as discussões a sério. **PATRÍCIA:** Então
3017 foi retirado os 2, e não tem mais nenhum destaque. Vamos passar para os anexos.
3018 **RONALDO CAMARGOS:** Eu não fiz destaque aqui no 16, mas é só para contribuir com a
3019 redação. Onde vocês colocam aí: os casos omissos deverão ser apresentado à comissão
3020 organizadora da 11ª conferência estadual, não é só apresentado. Serão apresentados,
3021 discutidos e deliberados. Depois apresenta e daí? Qual que é o encaminhamento? Então, os
3022 casos omissos deverão ser apresentados, discutidos e deliberados pela comissão

3023 organizadora. Seria só pra acrescentar isso, que é a função da comissão organizadora.
3024 **MILA:** Gente eu queria só pedir desculpa porque eu vou ter que me ausentar, porque eu
3025 tenho aula daqui a pouco, então eu vou ter que sair. Obrigada. **MARIA:** Antes de passar os
3026 anexos a Simone quer falar. **SIMONE:** Eu só quero dar um exemplo gente, só isso que eu
3027 quero dar. Por exemplo, a gente pode colocar na ficha de inscrição: você precisa de trazer o
3028 seu filho? Quantos? Qual é a idade? Na última conferência nacional, por exemplo, a Cáritas,
3029 os Samaritanos, o Distrito Federal e o Ministério de Desenvolvimento Social reuniu todo
3030 mundo e nós montamos um espaço lá na conferência nacional. Que tinha espaço com
3031 brincantes, que desenvolveu atividades com todas as crianças que estavam lá, inclusive, as
3032 pessoas que trabalhavam no ministério. Eu não estou brincando, eu estou falando sério aqui.
3033 A gente pode discutir várias formas...Eu não sei se a gente vai dar conta de fazer sozinho.
3034 Acho que não. Mas eu entendi que todos nós vamos juntar esforços, para que a gente
3035 garanta todo mundo que queira participar dessa conferência. Então, por isso que eu estou
3036 falando isso. Eu só chamei atenção aqui, porque só esse assunto tem que estar na ficha de
3037 inscrição. A pessoa pode ter outras necessidades que a gente deve..atendimento especiais.
3038 Vamos chamar assim. É só isso que eu queria explicar, porque eu estou levando a sério tudo
3039 o que a gente discute aqui. **DENISE:** Só uma dúvida. Os custos com relação às crianças? Aí
3040 corre por conta da família ou da organização? Porque isso também vai ter que estar, não
3041 basta apenas dizer que vai ter creche. **VOZES AO FUNDO** Alimentação, traslado, essas
3042 coisas? **PATRÍCIA:** Então vamos para os anexos. Anexo I. Então são as divisões regionais.
3043 Pode passar. Anexo II: é o relatório da conferência municipal. Conserta aí, de assistência
3044 social do município de... **CONSOLAÇÃO:** Gente, então essa é uma proposta do relatório da
3045 conferência municipal. Ele é bem sucinto. A comissão organizadora pensou em que
3046 pudesse ter duas perguntas apenas por subtemas. Vocês vão ver que vão repetir aqui. Mas
3047 só para antes entrar nas perguntas, um dado de identificação do município: data de
3048 realização, local de conferência, número de participantes, a questão da representação. Um
3049 breve relato de como foi realizada a conferência. Os delegados. Aí é a conferência regional.
3050 Dados desses delegados, dessa representação. Aí, vem para as perguntas. São 3 temas.
3051 Então, partindo do subtema 1: quais as diretrizes que consideram importantes serem
3052 incluídas no Plano Decenal Estadual para 2016 a 2026? Cite duas. E a mesma para a esfera
3053 federal, para o Plano Decenal Federal. Então seria isso, em cada um desses eixos. Uma
3054 coisa mais simples para compor mesmo o nosso planejamento. Foi essa a discussão da
3055 comissão organizadora. Então, a gente só fez isso aqui, um formulário. Fica mais fácil para
3056 pessoa saber que o limite é só duas. Só multiplicar isso por 853, já dá um número
3057 significativo. **RONALDO:** Já dá pra ver. Óbvio que são duas respostas só, mas tem um
3058 limite? Porque querendo ou não, na hora de pontuar você tem vários pontos.
3059 **CONSOLAÇÃO:** Não. Seria cite duas diretrizes em cada um desse. Para o Plano Decenal
3060 Estadual e o Plano Decenal Federal. A nossa discussão foi muito em cima do objetivo. Qual
3061 que é o objetivo da conferência. Se a gente vai estar construindo, não é isso? Não é esse o
3062 plano? O quê que vem do município? O município vai fazer o plano dele. Então ele vai
3063 discutir. Vai ter todo um diagnóstico, para analisar o que foi feito nas conferências anteriores,
3064 o seu plano decenal, se ele existe. Pegar tudo que ele tem, ver o que foi implementado e
3065 fazer diretrizes para o seu plano, para o Estado e para a União. Então, o que foi pensado?
3066 Ele vai falar o que? Ele vai propor diretrizes para o Estado, que deve constar nesse plano. E
3067 aí, a gente vai compilar essas diretrizes. Só duas por quê? Se você somar os 853
3068 municípios, só aí, de duas, você já tem 1.600 para cada um desses itens. Então vezes 3 e
3069 vezes 6. **RONALDO:** Consolação, eu entendi. Fica difícil para compilar. Eu acho muito pouco
3070 duas diretrizes, quando se trata de um plano decenal, que vem aqui para o Estado. **LÚCIA:**
3071 Eu estou achando duas pouco. Sabe por quê? Uma discussão que já está muito consolidada no
3072 COGEMAS, na cabeça dos gestores municipais. Foi colocado na primeira reunião ampliada,
3073 foi colocado na reunião do COGEMAS com o secretário. Tem um clamor que é melhorar a
3074 equidade no cofinanciamento entre o município, Estado e o Governo Federal. Eu quero crer
3075 que, quando a gente apontar qual é a diretriz para o Estado, a diretriz para o Governo
3076 Federal, se os municípios forem coerentes nas discussões que eles pautam o tempo todo no

3077 COGEMAS, vai aparecer essa questão do financiamento. Então ela vai ser eu imagino que
3078 para quase todos os municípios. Com relação, hoje, ao percentual que o município arca em
3079 relação à efetividade da oferta dos serviços, é muito maior que a gente tem hoje no
3080 cofinanciamento. Realmente os municípios estão com a corda no pescoço, e eu não vejo
3081 como melhorar a entrega do serviço, se não houver também uma melhora na questão do
3082 cofinanciamento. Isso eu estou falando gente do município que tem dinheiro, e que a
3083 assistência social lá, a gente paga 75% do custo dela, 22%, mais ou menos, fica para o
3084 governo federal, e não chega a 3% direito o que vinha sendo a realidade do cofinanciamento
3085 no Estado. Então eu imagino que essa discussão do cofinanciamento ela vai ser uma
3086 constante nas conferências municipais. **SIMONE:** Eu acho engraçado, a gente fazer as
3087 coisas. Eu não gosto de fazer as coisas assim. Eu gosto de fazer as coisas tudo antes. Eu
3088 gostaria muito de ter testado e mostrado para vocês. Duas de cada município dão quantas
3089 no final? Duas em cada município, gente, é um mundo inteiro! Qual que é a probabilidade de
3090 aparecer a mesma questão em quantos municípios? Isso aqui deve dá no mínimo 2 mil
3091 questões pra nós, ou mais. Isso aqui deve dar o mundo inteiro, porque vão ter 2 tipos de
3092 deliberação. Nós estamos falando aqui não é o debate de participação, não é o debate de
3093 regionalização. Nós estamos falando aqui é o quê que você acha que deve está contido no
3094 plano estadual, e que vem para a conferência estadual. Isso não está claro aqui também. O
3095 que ele vai mandar para a regional não está aqui. Nós não pensamos, não discutimos isso.
3096 Porque ele vai mandar para a regional, e vai mandar para a estadual, ou não. Tudo o que ele
3097 discutir lá, ele vai mandar para a estadual. Vai começar regional e na etapa estadual. Nós
3098 não discutimos isso ainda. Então, eu nem sei dizer, mas posso dizer que não pode ser só
3099 duas. Nós temos que partir pelo presuposto que todo mundo vai mandar só as duas. Claro
3100 que não! Cada município vai discutir... pode ser 3. O cofinanciamento é uma que vai sair
3101 bastante, mas vão sair outras tantas. Eu não sei. A não ser que a Consola tenha feito aí uma
3102 probabilidade de aparecer quantas que chegaram para a conferência estadual. Porque se a
3103 gente já coloca aqui, que eles vão mandar duas, depois nós vamos ter que pensar na regra
3104 do jogo das duas que ele mandar. O quê que vai para a conferência estadual. Porque, até
3105 agora, não está dito aqui, o que vai para a conferência estadual. Está dito aqui, que deve ser
3106 mandado para o conselho estadual, e não que vai para a conferência estadual. O que eu
3107 acho complicado é isso, da gente não ter discutido e ter clareza do que estamos votando. A
3108 não ser que a Consola tenha feito a discussão, aí tudo bem. **CONSOLAÇÃO:** São 1.706
3109 propostas em cada um desses. Então para o Estado, ainda, vezes 3, que nós temos 3 eixos
3110 temáticos, dá 5.118 propostas. Porque em verdade, cada subtema tem a sua orientação, que
3111 é o texto, inclusive, que está aqui, e não deu tempo para gente ler. O texto ainda tem
3112 perguntas, como discutir cada tema. Vai ver essa questão do financiamento, vai ver a
3113 questão do planejamento, está tudo no texto. Como que eles vão discutir isso? Está no texto.
3114 E aí, pra suscitar, inclusive, como diretriz aqui. Então ele vai ter a oportunidade. Vai estar lá
3115 no pacto federativo. O outro eixo é sobre fortalecimento e participação no controle social.
3116 Pensar no Estado e na União nessa discussão. O texto está propiciando também toda a
3117 discursão do tema regional. Fala da regional também sabe? De pensar isso, o quê que
3118 precisa regionalmente, então assim, é porque só deu para gente ver, nesse momento, esse
3119 instrumento. Talvez, para ficar mais claro, eu posso até colocar esse relatório ou fazer uma
3120 observação que essas perguntas é o compilado delas. Só uma observação, e irão para a
3121 conferência estadual. Para deixar claro, que isso aqui seria para conferência. Mas eu entendi
3122 que talvez, não estava claro no momento em que a gente já coloca, aqui, na resolução, o que
3123 vai ser discutido na regional. Nós não estamos discutindo os subtemas na conferência
3124 regional, por isso que eu achei que já daria para entender, tá? Agora realmente não foi
3125 pensado em um instrumental específico para a regional não. Nós terminamos a discussão da
3126 comissão é nesse. Até porque, já na orientação que vai ser discutido na conferência regional,
3127 ele vai ter já tratado esse tema e levar suas propostas nesse sentido, do que saiu na
3128 orientação do texto, tá? Houve essa separação na comissão, e o entendimento que já
3129 colocando essas duas, a gente já teria esse universo de 5.118 propostas, que já trabalhar
3130 com isso que seja por incidência, a gente reduz, mas não reduz um tanto assim. E que isso

3131 seria um material rico e suficiente para gente trabalhar para a conferência estadual, no que
3132 se refere a contribuição municipal. **VOLNEY:** Eu até sugiro que ali, como são compilados,
3133 você tem que fazer a leitura rápida, pra você compilar tudo. Eu sugiro que até coloque os
3134 número de caracteres ali, porque tem pessoas, também prolúxuas, ou outras, que são muito
3135 reducionistas ao escrever. Então que a gente tenha uma noção. Até ter os caracteres, por
3136 exemplo, pra dar no máximo duas ou três linhas, entendeu como é que é? Porque se não
3137 tem pessoas que vão escrever uma, duas ou três páginas. Vai escrever o plano todo. É
3138 apenas dar um pincelada só. Eu sugiro que coloque um número x de caracteres. **MARIA:**
3139 Você quer dizer que a gente limite o tamanho da proposta. **VOZES O FUNDO RONALDO**
3140 **CAMARGOS:** Conselheiros e Consolação. Aqui tem que ficar claro nesse informativo que
3141 essas questões é afetas a conferência estadual. Na mesma lógica, nós discutimos
3142 anteriormente, talvez isso não venha nesse momento entendeu? Venha na resolução, que
3143 vai falar das conferências estaduais. Eu não sei. Outra questão: então tem que fazer um
3144 outro enunciado onde que faz as perguntas. Agora, essa questão dos caracteres, que o
3145 conselheiro aqui coloca, eu acho que isso é delicado porque, aí, depois o município vai falar
3146 que o conselho estadual está até determinando que tamanho de resposta, que cada
3147 município pode dar. A gente sabe como é que são essas coisas. A Simone estava
3148 comentando ali, que quando a gente fez lá no governo federal, a gente fez em um sistema, e
3149 o sistema tinha um tamanho justamente para as pessoas terem capacidade simples para
3150 colocar as questões, e facilitar o nosso consolidado. Só aqui não vai ser no sistema. **VOZES**
3151 **AO FUNDO** Vai ser. Pois é. Então se fôr no sistema, essa preocupação da Simone é
3152 perfeitamente possível, agora se fôr no papel, aí não tem jeito mesmo. Porque o sistema
3153 trava. Aí fala lá, você pode colocar um texto com tantos caracteres dentro dessa pergunta.
3154 Chegou no limite, o sistema não aceita mais, entendeu? Foi assim que a gente trabalhou no
3155 Siso conferência, na última conferência. Justamente pra que os Estados tivessem a
3156 capacidade de fazer a síntese, pra gente poder fazer o consolidado para conferência
3157 nacional. Depois é muito difícil. É isso que eu estou dizendo mesmo. Tem gente que vai fazer
3158 uma dissertação aqui, e tem gente que vai colocar uma frase, não é? Essa é a preocupação,
3159 que vocês têm que ter aqui. A minha intenção é, no sentido de clarear aqui, que esse
3160 instrumento é para levantar as questões que vão ser debatidas na conferência estadual. E aí,
3161 talvez, fazer um enunciado também, que as questões da conferência regional só estão
3162 colocadas conforme documento, temas que vão ser debatidos, e assim por diante. **SIMONE:**
3163 Eu acho que não devia mandar informar de instrumental. Para que mandar informar de
3164 instrumental nesse momento? Eu não estou entendendo ainda. Se a gente está pensando
3165 em informatizar tudo, depois a gente vai ter que dizer para ele vocês vão ter que discutir, a
3166 pergunta é essa. Porque mandar em forma de instrumental? Eu que estou querendo saber.
3167 Entendeu? Por quê? Eu estou achando muito complicado. Eu fico muito aflita. Nós estamos
3168 discutindo aqui gente, o quê que vai para a conferência estadual. É isso que nós estamos
3169 discutindo aqui. O quê que o município tem que discutir? No final da sua conferência você
3170 tem que discutir, você vai encaminhar isso para a conferência estadual. Como que ele vai
3171 encaminhar nós vamos... Não sei. Eu estou meio aflita, achando que... Não sei. A não ser
3172 que a gente mande esse instrumental assim, e, se a gente, quando for preparar a
3173 conferência regional e estadual a gente mude de ideia. Eu estou com medo da gente não
3174 poder mudar de ideia. É isso que eu estou com medo, por falta de acúmulo do debate.
3175 **MARIA:** Eu queria dizer o seguinte, antes da gente encaminhar, se vai ou se não vai. Se a
3176 gente colocasse, por exemplo, na lógica que está aqui, dizendo para o município, por
3177 exemplo, que ele pode discutir quantas propostas ele quiser. Na introdução que a
3178 Consolação vai fazer, sugerido pelo Ronaldo, aí, ela coloca toda essa explicação do
3179 subtema. A gente vai colocar, por exemplo, subtema 1. A gente põe o quadradinho, para ele
3180 colocar as duas propostas, e, aí, eles vão mandar as propostas. Sem precisar fazer
3181 perguntas diretas, a gente faz uma introdução e diz para cada subtema tem que ser enviado,
3182 para a conferência estadual, duas propostas da cada subtema. Pronto. **LÚCIA:** Eu acho que
3183 essa conferência, pensando no plano decenal, a exemplo do 1º plano decenal, ela não é fácil
3184 das pessoas, realmente, se localizarem. O que eu estou sentindo, falta só aqui, óbvio, deixar

3185 claro. A conferência municipal vai discutir o plano decenal do município. Isso é uma
3186 discussão lá. Ela vai se virar com ele lá. Para Estado não é tudo o que ela vai discutir.
3187 Discutir do plano decenal do município em que aspectos ela depende do Estado, ou do
3188 governo federal, pra execução do seu plano municipal. Ou avanços mais gerais da política
3189 que ela pode apontar em cada um dos subtemas. Eu acho que a gente deve ser bem
3190 didáticos, sabe Consola? Grande parte do debate, nessa instância da conferência municipal,
3191 é o plano decenal municipal entendeu? Se não ele não vai nascer, ele não vai sair lá. Porque
3192 pra gente discutir o que já veio direcionado do governo federal, que é o Pacto, é uma luta
3193 entendeu? Para eles entenderem, que aquilo é o cerne do trabalho, que tem que se fazer no
3194 município hoje. **CONSOLAÇÃO:** A proposta do relatório, nesse momento, foi pensando
3195 mesmo que as conferências estão começando. O quê que seria dentro dos critérios que a
3196 gente colocou, de saber a questão da participação, de saber o número, entra lista de
3197 presença pra gente ter uma noção. Eu digo, nem que a gente, vai ser tão doloroso, a ponto
3198 de aferir participante por participante, mas no sentido de falar que nós estamos valorizando
3199 isso. Como que o município vai chegar pra gente e traduzir isso. Então foi uma tentativa de
3200 colocar na introdução dados básicos, que a gente tem em toda a conferência. Até hoje toda a
3201 conferência, por exemplo, na nacional, o Estado teve que apresentar isso, essa introdução.
3202 Então ela é comum, a questão de participação. Então, quando foi falado na comissão
3203 organizadora e foi deferida, inclusive até uma pergunta não falando que ele pode mandar
3204 uma proposta, por exemplo, aberta, também foi discutido isso. Porque não aberta? Seria
3205 interessante a diretriz? Porque a gente está falando do plano, dessa construção. Do quê que
3206 o município estaria deliberado, para poder contribuir com o plano do Estado. Porque ele pode
3207 mandar duas soltas também, que, talvez, não tenha a ver. Ele pode achar, naquele
3208 momento, que foi aquela discussão e aí também não contribui. Às vezes ele tem até o que
3209 contribuir pra avançar, e ele não daria essa contribuição. Quando a gente ver já
3210 esquematizado, eu acho que fica mais visual sabe? Também para pessoa falar, são duas. A
3211 gente tem uma coisa de esquema, acho que isso todo mundo tem, quando a gente recebe do
3212 conselho nacional. Então foi uma tentativa de juntar tudo isso, pra dar uma referência para o
3213 município, porque eles pedem isso. Nós já recebemos vários. Eu tenho uns e-mails que eu
3214 particularmente recebi, que já perguntam assim: me dá o modelo de relatório, me dá um
3215 modelo disso. Eu não digo que todos teriam, talvez, uma dificuldade de apresentar uma
3216 fórmula de relatório, mas eu entendi que se a gente não apresenta-se o que queremos,
3217 realmente, dentro do relatório, talvez a gente não teria. Se for o caso da gente mandar só as
3218 perguntas com as orientações e fala que não há problema nenhum. **MARIA:** Eu queria
3219 encaminhar isso do jeito tipo assim, o Volney colocou a proposta da questão da redução do
3220 tamanho do escrito no quadro, do espaço, enfim. Eu queria que a gente caminhasse. Pelo o
3221 que senti da discussão, a gente não vai fugir disso. Nós vamos permanecer a proposta do
3222 relatório, do jeito que está considerado a proposta do Volney de tamanho da descrita? Ou a
3223 gente vai ficar discutindo isso? É só uma questão pelo horário mesmo. Eu já vi que não
3224 vamos produzir muito. **VOLNEY:** Eu concordo com a Consolação. Você tem que ter essa
3225 objetividade sim, essa pedagogia sim. Eu tenho que perguntar. Eu estou perguntando isso, o
3226 que eu quero com isso? Os municípios tem muita dificuldade na construção dessa escrita. É
3227 muita dificuldade mesmo. Pelas experiências que eu tive nas conferência anteriores, você
3228 tem, muita das vezes, ajudar construir um texto às vezes. **RONALDO CAMARGOS:** Eu
3229 queria dizer que nós estamos trabalhando em um universo muito diversificado. Nós estamos
3230 falando de 853 municípios que as realidades são totalmente diferente. Então, eu acho que
3231 quanto mais a gente der orientação, com certeza vai facilitar o trabalho deste conselho, da
3232 comissão organizadora e do pessoal dessa conferência. É preferível ter um trabalho antes,
3233 do que durante a conferência. Eu acho que está muito bem claro e aqui, talvez, é só
3234 delimitar. Eu acho que não tem que deixar aberto isso não. Tem que dar direção sim. Na
3235 última conferência nacional nós só não demos direção, porque nós mandamos modelo de
3236 ata, modelo de formulário, modelo de inscrição, modelo de como convocar uma conferência
3237 conjunta. Foi tudo no informativo 2. Todos os Estados receberam, para encaminhar para os
3238 municípios. Esta é a questão que chegava no conselho estadual, e daqui também eu tenho

3239 certeza de que vai chegar. Na hora que a gente mandar a coisa solta, eles vão danar a ligar
3240 aqui perguntando qual é o instrumental, se não cada município vai fazer de um jeito. E aí, é
3241 como o colega falou, depois vai dar uma trabalhadeira do cão, para consolidar essas questões
3242 pela comissão organizadora. Tem que ter as informações sim gente. Pra balizar as análises
3243 que o comitê temático vai fazer, pra apresentar na conferência estadual. Sem isso nós não
3244 temos como fazer. Então, eu acho que esse instrumental diante da nossa realidade, que nós
3245 estamos vivendo hoje no Estado de Minas Gerais, da urgência, esse aqui é o “melhorzinho”
3246 que está tendo. Eu acho que aprimorar isso aqui, com o que eu estou dizendo de limitar lá,
3247 para não ter, mas tem que mandar um formulário sim, e os municípios gostam de receber
3248 este tipo de instrumental para preencher e encaminhar aqui, para o conselho estadual.
3249 **SIMONE:** Eu acho que tem que mandar sim, só não sei o que fazer com isso. Então eu fico
3250 insegura. Só isso que estou falando. Continuo insegura e vou ficar. Aí, depois nós vamos ter
3251 que ver o que vamos fazer com isso. Quebrar bastante a cabeça. Quando o conselho
3252 nacional manda para as estaduais, ele sabe exatamente o que ele quer lá no final. É isso que
3253 eu estou falando. Nós estamos mandando, sem saber onde nós estamos querendo chegar.
3254 Mas nós vamos assumir. Não tem problema com isso não. Sinceramente, o que nós vamos
3255 fazer com essa pergunta? Enfrentamento das situações de desproteção sociais e a cobertura
3256 dos serviços, programas, projeto, benefícios e transferência de renda nos territórios. Eles vão
3257 discutir, tem coisa que é de competência do município, tem coisa que é de competência do
3258 Estado de oferta, de cobertura. Se cobertura nós vamos discutir na conferência regional,
3259 então o que será que eles vão mandar para a estadual? Ou não. Nós vamos pegar o que é
3260 de âmbito estadual e vamos mandar para a regional? Entendeu? É isso o que eu estou te
3261 falando. A gente está perguntando. Tudo bem, vamos perguntar esse tanto de coisa aqui.
3262 Depois tem uma do pacto federativo e a consolidação do SUAS, o federalismo. Não. O
3263 federalismo tem uma parte que nós temos que mudar. Tem que ter federalismo do controle
3264 social, e tem que ter... Eu já estou com a cabeça lá na frente. Eu quero saber por que, como
3265 a gente não sabe, aonde queremos chegar? Eu fico insegura. Claro que eu fico insegura. Eu
3266 estou falando das perguntas aqui, porque, depois, pedir para mandar pra cá e não fazer nada
3267 com isso, não é? Então, nós temos no mínimo, que assumir a responsabilidade. Aconteça o
3268 que acontecer, nós vamos ter que depois pensar e dar conta disso aqui. Porque do mesmo
3269 jeito que nós estamos pedindo para os municípios, o conselho nacional também vai pedir
3270 para nós. Então, nós temos que arrumar a confusão que estamos pedindo aqui, mais a
3271 confusão da região, mais a confusão que o conselho nacional... Só estou chamado a
3272 atenção. Isso me deixa bastante insegura. Se eu tivesse discutido mais, eu ficaria mais
3273 segura. Não tem problema, se o conselho acha que é melhor a gente mandar um
3274 instrumental mesmo não sabendo... pelo ao menos eu não sei, às vezes vocês estão mais
3275 tranquila do que eu. Não tem problema não, mesmo não sabendo onde vamos chegar. Tudo
3276 bem. Mas aqui pra frente, eu gostaria que tudo o que a gente trouxesse de conferência, a
3277 gente discutisse até morrer, pra dar segurança na conferência. **CONSOLAÇÃO:** É. Está
3278 organizado no subtema, que foram as perguntas. Foi até a Simone mesmo... Não é Simone?
3279 Que na hora falou como que a gente poderia tirar. Nós estávamos falando de duas
3280 perguntas. Você falou então, vamos focar nas diretrizes. Então assim, eu acho que
3281 aumentou talvez, porque eu estou colocando nos 3 eixos aí, e deu para gente verificar que
3282 aquilo que você tinha proposto como duas, eu tinha entendido realmente que seria... **VOZES**
3283 **AO FUNDO VOLNEY:** O que eu estou entendendo aqui, se eu estiver errado vocês me
3284 corrijam tá? As diretrizes que considera importante a serem incluídas no plano decenal, o
3285 Estado vai ter que responder depois para a União, tá? Então eu te pergunto. Esta pergunta
3286 poderia ser feita na conferência lá, para que os grupos definam, então, quais são as
3287 diretrizes importantes a serem incluídas no plano decenal do Estado e da União? Porque, o
3288 que eu estou entendendo é que os municípios responderiam isso aí. O CEAS compilaria isso
3289 aqui, e poderia levar isso para os grupos na conferência estadual. O meu entendimento é
3290 esse. A lógica seria essa Consolação? **CONSOLAÇÃO:** Eu entendi pela discussão é acho
3291 que ficou só, o Hermellis que estava na reunião organizadora da conferência. O que discutiu
3292 foi isso, que o município não poderia... Não é que não poderia, o quê que faria sentido, para

3293 o plano decenal do Estado? São diretrizes. Porque se você começar com a ação direta, uma
3294 deliberação. Por isso que a Simone falou para discutir as diretrizes. E aí ficou então, que
3295 fique em duas diretrizes. A tarefa que foi dada foi essa. Foi colocado para a secretaria
3296 executiva fizesse, então, um formato, para passar para o município. Eu entendi que seria,
3297 então, um modelo mesmo desse relatório. Que a gente vai trabalhar só com duas perguntas
3298 em cada eixo, e iria compilar só isso, trabalhando só nas diretrizes. Foi o que eu entendi da
3299 reunião da comissão organizadora. Se eu entendi equivocadamente, porque eu passei
3300 também para a comissão, para as contribuições. Isso foi divulgado, foi marcado, cada um
3301 que quisesse e foi o que a gente pensou em fazer. Agora, eu penso que da discussão daqui
3302 faz uma introdução em relação ao tema. Falar que isso aqui iria nessa discussão para a
3303 estadual, falar um pouquinho das discussões do município, e acho que reforça a questão de
3304 que da estadual eles, podem estar encaminhando de acordo com aquele temário também.
3305 Eles escutam um temário, porque eles vão participar de uma conferência regional e que lá
3306 vai ser discutido isso, para eles apresentarem e levarem essas propostas, talvez, direto para
3307 a regional. Pode ser feito dessa forma. **VOLNEY:** Eu compilando esses municípios todos,
3308 nessa compilação, eu não posso fazer um texto gerador e trabalhar isso nas oficinas na
3309 conferência estadual? E, à partir daí os municípios produzirem essas diretrizes para o Estado
3310 e para a União ? É uma pergunta que eu quero fazer. **RONALDO CAMARGOS:** O que eu
3311 estou percebendo aqui, a Simone tem razão. Eu estou percebendo, que fora, que o conselho
3312 estadual não está com a clareza, do quê que vai fazer com as informações das conferências
3313 municipais. Eu posso estar equivocado. E aí, talvez, é mais fácil a gente adiar esse
3314 formulário e mandar depois. A minha defesa, no início, era de ter um instrumental. Agora é
3315 isso o que ela falou: nós vamos colher informação para fazer o quê? De que forma que vai
3316 discutido? No meu entendimento, e pelo debate que está acontecendo aqui agora, o
3317 conselho estadual não está com clareza das questões que estão sendo solicitadas, e como
3318 que vai trabalhar elas? Se têm essa dificuldade, não está no consenso. O conselho não está
3319 claro. É preferível adiar e mandar esse instrumental em um outro momento. Essa resolução
3320 já dá um parâmetro para a realização das conferências municipais. Depois manda um
3321 instrumental com clareza, com o que nós queremos, que tipo de informação, o que nós
3322 vamos fazer com ela, pra gente subsidiar a conferência regional e também a conferência
3323 estadual. Porque depois, é isso mesmo o que ela disse, a gente colhe muita informação aqui.
3324 Tem as informações e aí? Porque o município vai cobrar do Estado e do conselho estadual o
3325 quê que foi feito com essas informações, que foram encaminhadas. Então, nós temos que ter
3326 clareza, do que nós estamos querendo. Saber do município como a gente vai trabalhar isso
3327 nas duas instâncias de deliberação que é a regional e a estadual, até pra gente saber o
3328 resultado, a onde nós queremos chegar com a conferência estadual. E aí, a Lúcia colocou
3329 muito bem. Talvez uma das questões, é reforçar a necessidade dos municípios trabalhar os
3330 seus planos decenais no município. De repente a gente pode pensar em um instrumental, até
3331 pra balizar. Fazer uma síntese de que, como é que foi a discussão do plano municipal, e
3332 quais são as principais questões, que estão colocadas no plano municipal gente, porque isso
3333 vai trazer elementos para contratar uma universidade, pra fazer uma análise na conferência
3334 estadual. Olha que legal! Foi o que nós fizemos na conferência nacional. A gente pediu para
3335 os Estados nos mandar qual foi a síntese da discussão, que houve nos Estados. A partir
3336 dessa síntese, o comitê acadêmico trabalhou o material, que foi apresentado nas plenárias
3337 temáticas na conferência nacional. Então, de repente, nesse momento, a gente pede uma
3338 síntese da discussão do plano decenal, porque, como foi dito aqui gente, a maioria dos
3339 municípios não tem plano decenal, e aí eles vão ter que quebrar a cabeça para construir um
3340 plano decenal, com as diretrizes que está dada. Talvez, nesse momento, é melhor adiar esse
3341 formulário, aprofundar o debate e depois fazer um formulário, que realmente a gente saiba o
3342 que vamos fazer com ele, enquanto conselho estadual, enquanto comissão organizadora e
3343 enquanto ao gestor do Estado da política de assistência social. Essa é a minha posição.
3344 **MARIA:** Ele fez a proposta. **SIMONE:** Gente é assim mesmo. Eu participo de organização de
3345 conferência e é assim. Conferência é um negócio, que a gente tem que pensar muito nela.
3346 Não pode ser um negócio. Se todo mundo estiver confortável, não que existe o certo ou o

3347 errado, o correto e o incorreto. A gente tem que ter clareza nas coisas que nós estamos
3348 fazendo. Eu sei como é que é: o município responde isso aqui, vai “botar” esse negócio
3349 debaixo do braço e vai chegar na conferência estadual. Não vem com eu deliberei isso e
3350 mandei pra cá. Então, talvez, para o subtema a gente peça para responder a pergunta.
3351 Questão 1: tire duas propostas. Questão 2: tire duas propostas. Isso. Pode até ser
3352 caracteres, como o Volney colocou. Discuta isso e faça uma síntese das propostas de
3353 discussões. Manda pra cá. Eu prefiro até, por enquanto, ir até aí. Até nós termos clareza do
3354 quê que nós vamos fazer, porque é isso. Eu já sei que tem muita gente querendo, e
3355 achando, muito importante que a gente já avalie. Não, a história do SUAS é importante da
3356 gente discutir em Minas. Como é que nós vamos colocar isso aqui? Eu não sei. Eu também
3357 prefiro tudo bem, tem que ter o instrumental? Tem. Eu concordo plenamente. Agora, duas
3358 diretrizes que ele vai querer que a gente e se a gente for optar por esse modelo, esse vai ser
3359 o modelo até o final. É só isso que eu estou chamando a atenção. Então talvez fosse bom:
3360 Quais as diretrizes que considera importante, serem incluídas no Plano Decenal Estadual
3361 para 2016 a 2026. Tira esse, cite duas. Quantos caracteres vocês sugerem? **MARIA:** No
3362 máximo 5 linhas. **SIMONE:** Só tira o cite duas. **CONSOLAÇÃO:** Eu não estou entendendo a
3363 forma. A gente tira o relatório. Vai direto pra pergunta. **SIMONE:** Não. Nós não estamos
3364 discutindo o relatório. Estamos discutindo as perguntas. Ninguém está discutindo a parte de
3365 cima, estamos discutindo as perguntas. **MARIA:** O que está propondo é que em vez de ser
3366 cite duas, é só pedir para responder a pergunta. Aí, inclusive, a gente vai diminuir. Simone
3367 explica para ela. **SIMONE:** Ao pedir duas respostas nós já estamos dizendo para eles,
3368 mandem para nós duas. E não vai dar para gente fazer um modelo de conferência, igual o
3369 Ronaldo falou. Nós podemos pedir pra... enfrentamento das situações de proteções sociais
3370 de cobertura pra esse eixo. Nós vamos entregar isso aqui para 3 professores. Eles não vão
3371 trazer as perguntas, eles vão fazer uma análise dessa primeira pergunta. Não, nós vamos
3372 levar a segunda pergunta pra regional. Nós vamos discutir nos grupos isso. Se a gente fizer
3373 fechadinho assim Consola, a gente não consegue depois pensar em um outro modelo de
3374 conferência, ou em um modelo que nós queremos. Eu não estou falando em outro não, pode
3375 ser até igual. Isso aqui leva pra quê? Isso aqui leva para todas elas no final. É o que o Volney
3376 falou ali. Ele até já faz as contas, já até falou como que vai ser no final, se o modelo for esse,
3377 não foi? Eu concordo com você. Se o modelo for esse, o final vai ser todo mundo sentado no
3378 grupo, discutindo uma, duas perguntas deu isso. Não sei se o modelo é esse. Nós não
3379 discutimos ainda. Pode ser. A minha insegurança é porque a gente, ainda, não discutimos
3380 sobre isso. É só essa a minha insegurança. Entendeu Consola? **CONSOLAÇÃO:** Entendi a
3381 discussão. Eu queria saber como. **SIMONE:** Vai tirar, cite duas. Já está lá, inclusive, como
3382 que vai ser. **VOZES AO FUNDO MARTA:** Eu entendo a ansiedade. Acho que deve deixar
3383 aberto mesmo. Depois a gente pode aprimorar, porque o desenho não está todo feito. A
3384 gente pode incluir nesse anexo, aí, outras coisas, quando a gente estiver com mais clareza.
3385 Agora, como orientação primeira ela pode ajudar a discussão, porque parece que os
3386 municípios ainda não estão com a clareza no próprio desenho das suas conferências. Nós
3387 temos que soltar isso aí, para dar um alento, um ânimo, mas à medida que o conselho
3388 nacional, que o conselho estadual também forem amadurecendo, talvez a metodologia fique
3389 mais clara e os municípios também. Sinto que vão ficar assim, meios prejudicados, os casos
3390 que vierem na frente, mas a gente vai ter que ter cuidado para gente alinhar, e não prejudicar
3391 ninguém entendeu? Também é para não engessar demais. Acho que é um pouco isso, e
3392 depois pode ser aprimorado as orientações, que o próprio Ronaldo falou, cadernos, cartilhas
3393 para ajudar a chegar no produto que vai para a conferência estadual, porque, também, ainda
3394 vem o outro debate que é da conferência regional. O que tem que ficar claro é a diferença do
3395 que vem para a estadual. Vai vir demanda. A gente não sabe o que o conselho nacional vai
3396 pedir. Vocês lembram do primeiro plano decenal? **RONALDO:** Foi exatamente essa pergunta
3397 que eu fiz para Nilce, fiz aqui pra a Geisiane e conversei com o Volney. Qual é a diretriz do
3398 conselho nacional? Porque querendo ou não, o conselho nacional, ele é quem já soltava isso
3399 para os municípios, e a gente ficava aguardando muito pouco de diretriz estadual. Então, a
3400 gente não pode realmente construir um aqui, que vai dificultar muito mais na hora de

3401 transferir na nacional. Infezivelmente o nacional está muito atrasado nessa conferência e, aí,
3402 deixa a gente, e os municípios, precisando de uma diretriz. Acredito que tem sim, que ter
3403 uma referência. Também iniciar uma conferência municipal sem nenhuma referência, fica
3404 difícil. Eu acho que é ter só essa referência, é aguardar. Mas me assusta. Eu ainda fico
3405 assustado aqui, com o que está sendo definido hoje aqui, e assusto quando eu chegar lá, em
3406 Juiz de Fora. Puxa vida, o quê que vai construir? O quê que é que está discutindo no
3407 conselho estadual? Quais são as diretrizes? Nós vamos fazer o quê? Qual é o modelo?
3408 **MARIA:** Ronaldo, de cá ainda quer falar? Não? Podemos então encaminhar gente?
3409 Considerando a proposta de alteração no que tange as perguntas, fica aprovada a sugestão
3410 de metodologia, na realidade de encaminhamento para os municípios? Aí muda no que
3411 tange os 3 subtemas, porque o interessante é entender que existe 3 subtemas, e que nós
3412 queremos uma proposta de cada subtema, considerando a instância federal e municipal.
3413 Acho que é isso, não é gente? **VOZES AO FUNDO** A gente vai ter que aprofundar nisso. A
3414 gente precisa ter claro que isso dos municípios vão ser encaminhados para a estadual.
3415 Significa que vai ter que discutir sobre isso na estadual e tirar prioridade. Na minha lógica de
3416 costume, de outras diversas tipos de conferência, isso seria trabalhado inclusive com
3417 prioridade. Precisaria diminuir isso. Como é que nós vamos pegar um montante de 5 mil
3418 propostas, e fazer o quê? Tem que, em algum momento, criar prioridade entre as 5 mil. O
3419 quê que das 5 mil é importante? E aí você fecha e reduz. Acho que a estadual vai ter que ter
3420 esse caráter em algum momento, mesmo que discute muitas coisas, mas vamos ter que na
3421 estadual tirar um documento final, que deve ser orientador para o conselho, para os
3422 municípios e assim sucessivamente. Ninguém vai guardar 5 mil propostas, considerando
3423 todos que vem do município. Elas vão servir de base, arquivo, enfim. Mas na estadual tem
3424 que eleger prioridade. Para quê que é conferência estadual? Para eleger um documento final
3425 e tirar prioridade daquilo que vai ser considerar ação. Pelo menos é o que eu acho. Eu até
3426 brinquei com a Consolação, semana passada, “nossa mais eu nunca vi um sistema pra fazer
3427 tanta conferência como o de assistência social. A cada 2 anos. É muito pouco tempo.
3428 Termina uma e começa a outra. E executa quando?” **SHIRLEY:** Presidente. Porque que a
3429 gente não adota a sugestão do Ronaldo ali? Que a gente adie então esse documento, já que
3430 não está claro para o conselho, e o que a gente vai fazer com ele. **MARIA:** É pior. Porque já
3431 tem conferência acontecendo. A proposta aqui está ficando aberta. **SILVÂNIA:** Foi pedido
3432 uma orientação para o plano e o pessoal perguntou: tem diagnóstico? Cadê a demanda?
3433 Qual que é a demanda? Porque um plano, ele tem que ser feito em cima de uma demanda.
3434 Isso pode vim para a conferência também. Nós temos um diagnóstico? Uma demanda pra
3435 gente fazer esse plano? Eu acho que temos que partir disso, porque nós vamos fazer em
3436 cima de quê? De uma demanda, de um diagnóstico da atual situação. É isso o que eu queria
3437 colocar. **MARIA:** Muito bem. Eu acho que isso o que ela colocou, não sei vocês, mas eu não
3438 consigo enxergar que... Pode falar Simone. **SIMONE:** Só quero afirmar que nós temos um
3439 diagnóstico. Hoje nós temos pacto com os municípios. Eles sabem a meta que eles têm que
3440 atingir. Tem os indicadores, tem o IDCRAS, o IGDSUAS. Todos eles mostram caminho, o
3441 que precisa ser melhorado. Tem o IDConselho, enfim. Nós temos condições de fazer um
3442 plano muito melhor do que 10 anos atrás, com muito mais informação. Talvez a gente
3443 pudesse tirar aqui, depois da nossa colega conselheira, uma proposta para gente fazer uma
3444 teleconferência, não é gente? Sobre a conferência, porque é difícil pra nós. A situação nossa
3445 é uma situação bastante complicada. Eu apesar de achar complicado, apesar de ter todas as
3446 dúvidas, eu peço desculpas aos meus colegas conselheiros, e peço desculpa à secretaria
3447 executiva. Eu sei como que eu sou no grau de ansiedade que eu tenho, mas mesmo com
3448 essa ansiedade, a gente tem que soltar alguma coisa. Pior do que soltar é não soltar. Eu
3449 sugiro que a gente solte sim, e que a gente faça uma teleconferência com os municípios,
3450 para gente poder divulgar e alinhar para as conferências municipais. **MARIA:** Então a gente
3451 considera o que a gente já tinha decidido antes, que é de manter. Passamos para o anexo III.
3452 **CONSOLAÇÃO:** O anexo III é a lista de presença simplesmente. O outro é um modelo de
3453 ata e a ficha de inscrição. Que pela fala que já houve aqui, a gente tem a inclusão. A Patrícia
3454 sugeriu que a gente incluísse aqui, quando a gente pergunta: Você é uma pessoa com

3455 deficiência? Colocar: Deficiência psicossocial e deficiência intelectual. Ela disse que são
3456 esses termos que são utilizados. E incluir a pergunta: Você precisa trazer os seus filhos?
3457 Que seria o serviço de creche. Quantos? Qual é a idade deles? E se precisa dos
3458 atendimentos especiais. Inclui isso e a gente fecha aquele padrão mesmo, que toda
3459 conferência, acho que todos os lugares, colocam em relação a ficha de inscrição. Se isso
3460 atender já foi o consolidado do que saiu aqui. Vocês acham que atende? **MARIA:** Sim
3461 atende. Acrescentou o que a gente tinha proposto. Quem concorda com a proposta do anexo
3462 III mais a ficha de inscrição? **VOZES AO FUNDO** Vamos combinar, aonde tiver pré-
3463 conferência, se lê conferência e faça a redação geral. Nesse caso, aproveitar, antes da
3464 Simone sair, a gente precisa fazer a votação geral do nosso regulamento. Que a partir de
3465 agora passa a ser o regulamento. Quem concorda com o nosso regulamento e com as
3466 alterações feitas, sugestões acrescentadas, permaneça como está. A gente considera aprovado
3467 o nosso regulamento por unanimidade, considerando as alterações. **APLAUSOS.** Eu queria
3468 antes da gente acabar de fechar mesmo, dizer que a Consolação, inclusive até por e-mail de
3469 nós todos, um calendário da reunião da comissão organizadora. Eu acho que naquelas
3470 diversas reuniões que estão previstas, fora as nossas reuniões do conselho. Nós temos
3471 como melhorar muitas coisas, que nós achamos que ainda é um desafio. Vocês acreditam
3472 nisso? Algum conselheiro, aqui de Belo Horizonte, nas datas da comissão organizadora,
3473 puder vir por livre e espontânea vontade, venha ajudar a gente. Os demais itens vão ficar
3474 para gente discutir. **VOZES AO FUNDO** Vamos fazer um acordo aqui. Manda o texto para
3475 os nosso e-mails, mesmo passando na comissão, e a gente dar uma olhada.
3476 **CONSOLAÇÃO:** É texto de orientação gente. E aí, a gente precisa dele também com
3477 urgência. Então tem que mandar por e-mail. Eu faço a seguinte proposta, encaminha para o
3478 e-mail agora. O que ficou pra ser apresentado, quem tiver alguma coisa até terça-feira me
3479 manda, compilo, para quarta-feira a comissão dar o último trato no texto para gente soltar.
3480 **MARTA:** Eu só queria fazer uma sugestão. Quando for assim conteúdo, acho que norma
3481 não, mas conteúdo ela está tendo colaboradores também? Ela possa encaminhar sem tantas
3482 consultas também, sabe assim? Ela talvez precise caminhar, e ela vai poder avaliar quando?
3483 Ela volta para esse plenário quando ela vai encaminhando o trabalho, sem precisar tantas
3484 consultas. Eu ainda não tenho clareza de que quais são as situações. Mas sabe tem que
3485 pensar um pouquinho pra gente conseguir, nesse primeiro momento, dar uma avançada.
3486 **MARIA:** Então até terça gente. Mantém a contribuição por e-mail **VOZES AO FUNDO** Sim.
3487 Muito Bem. **RONALDO CAMARGOS:** Presidente. Eu queria fazer uma sugestão nesse
3488 conselho. A pauta de conferência, eu acho que ela tem que ser exclusiva na parte da manhã
3489 e na parte da tarde. Não têm condições de fazer tantas deliberações, tantas discussões
3490 dividindo com outros temas. Então, ou uma extraordinária. Porque, caso contrário, é isso aí,
3491 esvazia o final da plenária e a gente começa a correr com as coisas. É aquilo que nós
3492 falamos gente, é uma responsabilidade muito grande. Então a minha sugestão para esse
3493 conselho é que na hora que fizesse a discussão do regulamento da conferência estadual,
3494 das outras questões, que pautasse somente isso, nem que precisa-se chamar uma
3495 extraordinária pra não atrapalhar a agenda de vocês no conselho. A nossa agenda, porque
3496 eu vou ser conselheiro daqui uns dias. Então eu acho que isso é bom e produtivo. Chega no
3497 final da tarde ninguém está conseguindo nem produzir e contribuir com o debate. **MARIA:**
3498 Acatada a sugestão, e acatada a sugestão da Marta, também, pra comissão organizadora já
3499 ir “tocando”, na medida do possível e por e-mail também. **VOZES AO FUNDO**
3500 **CONSOLAÇÃO:** Então eu vou encaminhar hoje. Vou descer lá em baixo e encaminho o
3501 texto para vocês, para todos os conselheiros, pedindo a contribuição até terça-feira. Gente,
3502 mas terça-feira, se possível, não deixa pra meia noite não, porque eu vou ter um tempo
3503 mínimo pra estar preparando isso para quarta-feira. Está bom? **MARIA:** Então tá. Um bom
3504 retorno para todos e até a próxima se Deus quiser. FIM.

NOME	ENTIDADE/ORGÃO	ASSINATURA
Denise Cunha	GRESS	
Geisiane Lima Soares	CARITAS	

Hermellis M. T. de Campos	CMAS.F. de PAULA	
Isabel F.L Azevedo	SES	
Isabelsa de V. Texeira	SEDESE	
Julio cesar de oliveira Brum	IMSNS	
Lucia Elena S.J. Rodrigues	COGEMAS	
Maria Alves de Souza	FETAEMG	
Marta M. de C. Vieira Silva	SEDESE	
Mila M. Ribeiro	SEPLAG	
Patricia Pinto Valadares	FAPAEs/MG	
Rodrigo Santos	ASSPROM	
Ronaldo Gonçalves Oliveira	CMAS/JF	
Shirley A. Moreira da silva	CMAS/SARGEDO	
Simone A. Albuquerque	SEDESE	
Volney Lopes Araujo Costa	PSIND/ MG	

3505